REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2011

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(Ofício nº 26/2012 - CN - nº 337, de 2012, na origem)

ANO LXVII – SUP. "I" AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

RQS

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 26

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros
Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles
Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17)

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,27)
Vice-Líderes
Acir Gurgacz
Lídice da Mata (30,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,43)

.....

Líder do PT - 13
Walter Pinheiro (22,27)
Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (28)
Lindbergh Farias (23)
Ana Rita (24)
Anibal Diniz (26)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz
Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4
Lídice da Mata (30,39)
Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (29)

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,43)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Jayme Campos - DEM (25)
Vice-Líderes
Cyro Miranda (34)
Flexa Ribeiro (6,32)
Lúcia Vânia (33)
Mário Couto (35)
Paulo Bauer (7,31)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias
Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (5)
Paulo Bauer (7,31)
Flexa Ribeiro (6,32)

Líder do DEM - 5
José Agripino (2,10,14,45,46)
Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (25)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12

Líder
Gim Argello - PTB
Vice-Líderes
Blairo Maggi (19)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino

.....

Líder do PTB - 6
Gim Argello
Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

Líder do PR - 6
Blairo Maggi (19)
Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)
Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PSD - 2

Líder
Kátia Abreu - PSD (11,13)
Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4 º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

OFÍCIO N° 26/2012 – CN
(Ofício n° 337/GP, de 2012, na origem)

Ofício n. 3 3 7/GP

Brasília / DF, 30 de março de 2012.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília / DF

Assunto: Prestação de Contas – LRF, art. 56

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao que dispõe o art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, encaminho a Vossa Excelência a prestação de contas e o relatório de gestão desta Corte referentes ao exercício financeiro de 2011, este último elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n. 63, de 1° de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU n. 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU n. 123, de 12 de maio de 2011, e do Aviso n. 9 Gab. JM/TCU, de 1° de novembro de 2011.

Respeitosamente,

Ministro Ari Pargendler
Presidente

Superior Tribunal de Justiça

Prestação de Contas 2011
LRF Art. 56

Ministro Ari Pargendler
Presidente

Exercício 2011

Superior Tribunal de Justiça

Secretaria do Tribunal

PRESTAÇÃO DE CONTAS

LRF – Art. 56

2011

Brasília – DF

Março / 2012

Superior Tribunal de Justiça

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2011

Em cumprimento ao contido no art. 56 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que dispõe sobre a prestação de contas anual dos entes da Federação, submeto, a Vossa Excelência, relatório com ações e resultados alcançados pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ no exercício de 2011, além da análise dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Julgo oportuno registrar que a razão da existência do STJ está presente no art. 105 da Constituição Federal. Em linhas gerais, a competência ali normatizada prevê, para este Tribunal, a missão de processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando a uniformidade da interpretação das normas infraconstitucionais. No cumprimento dessa atribuição honrosa, ele empenha-se para oferecer aos jurisdicionados uma justiça de qualidade, rápida e efetiva.

Dando continuidade, portanto, ao previsto no Plano Estratégico para os exercícios de 2010 a 2014, aprovado pelo Conselho de Administração, o Tribunal alcançou resultados significativos em 2011, alinhado pelas diretrizes estabelecidas e atento ao aprimoramento dos serviços que presta à sociedade.

Inicialmente, destaco que o STJ recebeu 340.224 processos, número que representa 36% a mais do que o total aí recebido em 2010. A demanda volumosa não intimidou esta Corte, que conseguiu julgar, incluídos os agravos regimentais e os embargos de declaração, 317.105 feitos. Desse quantitativo, 79.099 foram julgados em sessão colegiada, e 238.006, monocraticamente. Os resultados demonstram que o STJ manteve a média de julgamentos dos últimos três anos em mais de 10 mil processos por relator. Somando esforços, a Presidência e a Vice-Presidência proferiram 64.571 decisões e despachos. Ressalto, nesse contexto, que, computando todos os acórdãos proferidos no ano e os remanescentes de 2010, alcançou-se o quantitativo de 79.993 publicações no exercício. No mesmo período, foram baixados 208.424 processos, atendendo aos anseios do cidadão por uma justiça mais rápida.

Outro resultado significativo e merecedor de relevo é o decorrente do tratamento dado aos recursos repetitivos, regulamentado pela Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008. Por essa lei, se um processo passa a representar uma controvérsia no STJ, torna-se desnecessário remeter-lhe processos idênticos. O julgamento de um feito sob essa sistemática importa na finalização dos processos idênticos – tanto os sobrestados nos tribunais de origem quanto os distribuídos no STJ. Em 2011, constavam 465 processos representativos de controvérsia afetados para julgamento, dos quais 374 processos foram julgados nos termos da lei dos repetitivos e 91 encontram-se em tramitação.

A propósito, está em andamento uma iniciativa para consolidar as informações da efetividade do instituto. Trata-se do Projeto Estratégico Recursos Repetitivos, que contará com a parceria dos tribunais de origem. O objetivo central é imprimir maior celeridade à identificação das matérias indicadas como repetitivas, bem como gerir as informações com mais transparência e tempestividade, com foco nos processos afetados, nos sobrestados e nos julgados, conforme esse procedimento.

Tendo em vista o avanço do desempenho institucional, sobretudo no que concerne à atividade judicante, foi dada prioridade ao aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico. Nesse ponto, listo as três vertentes em que o STJ tem atuado com afinco: a melhoria de seus sistemas informatizados, visando ao aprimoramento dos processos de trabalho, a integração de seus sistemas com os dos tribunais de origem e com os dos entes públicos, criando integrações institucionais, e a modernização dos serviços prestados para o adequado atendimento da prestação jurisdicional.

Em relação à primeira vertente – melhoria dos processos de trabalho – esclareço que a realidade instaurada com o processo judicial eletrônico traz à tona novas necessidades. Assim, os investimentos orçamentários continuaram priorizando a infraestrutura e a tecnologia, a fim de garantir tanto a disponibilidade de sistemas essenciais da atividade administrativa e da judicante, quanto a infraestrutura apropriada àquelas atividades. Esses esforços foram alinhados aos investimentos em gestão de pessoas, desenvolvendo competências para o aprimoramento das atividades realizadas pelos servidores da Casa.

O STJ investiu ainda na modernização das ferramentas de gerenciamento do suporte tecnológico administrativo e judicial, mediante a construção de uma sala de monitoração e de uma sala cofre. A primeira delas permite identificar a disponibilidade dos sistemas e agir corretivamente, com tempestividade. Já a sala cofre permite o armazenamento dos dados e dos processos eletrônicos, com a devida segurança, duplicando as informações, em tempo real, por meio de dois *datacenters*.

Além dessas conquistas, o serviço de suporte tecnológico realizou mais de 250 melhorias evolutivas no sistema em que tramitam os processos judiciais, o que resultou na desburocratização e na celeridade de diversas tarefas de impulso processual. Implementou a solução denominada Assinatura Eletrônica, que possibilita a autenticação dos documentos judiciais com segurança e em conformidade com a lei que regulamenta o processo eletrônico. Promoveu a alteração sistêmica dos procedimentos de indexação e validação dos processos judiciais, tornando a tarefa de virtualização 30% mais célere.

Tudo isso foi possível graças ao foco contínuo em gestão de pessoas. Foram instituídos para o exercício dois projetos: o Plano Anual de Capacitação e o Programa de Desenvolvimento Gerencial. O primeiro, formado pelos cursos indicados pelas áreas especializadas do Tribunal, e direcionando para o desenvolvimento das competências essenciais às atividades dos servidores, obteve como resultado 84% de realização dos cursos planejados, superando em 4% a proposta de 2010. Tais ações resultaram em 4.295 horas de capacitação. O segundo, voltado para as competências gerenciais, superou em 50% o esperado. Esses investimentos qualificam os recursos intangíveis da Corte, aprimorando qualitativamente o desempenho institucional.

Vale ressaltar, que mais de 1.800 servidores foram beneficiados com as ações de capacitação, o que corresponde a 68% do total de servidores desta Corte. Tamanho desempenho foi alcançado mediante a continuidade das ações de ensino a distância, que em 2011 focalizou o desenvolvimento gerencial nas metodologias de planejamento – com a ferramenta de *Balanced Scorecard* utilizada pelo STJ –, de processos de trabalho e de projetos.

Faço referência também ao investimento na disseminação das melhores práticas em gestão contratual, que culminou com a institucionalização do Manual de Gestão de Contratos do STJ. Esse documento lista as melhorias das rotinas de gestão, aponta os procedimentos para evitar ou resolver problemas comuns em gestão de contrato e destaca as informações de extrema importância para o gestor, bem como enumera os erros comuns e os graves e os assuntos sem jurisprudência consolidada, alertando o gestor.

Assim, o manual é útil para conferir capacitação prévia aos novos gestores, ao tempo que serve de balizador para os atuais gestores de contratos. Sua utilização aprimora a fiscalização e o gerenciamento das atividades de execução, possibilitando ajustes tempestivos e maior atenção à transparência da gestão orçamentária no STJ. Pretende-se, com tal instrumento, atender aos atuais regramentos exarados pelo Tribunal de Contas da União, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No tocante à segunda vertente de atuação do STJ, o foco foi a integração de seus sistemas com os dos tribunais de origem e com os dos entes públicos, visando criar integrações institucionais. Assim, foram renovados os 31 convênios de cooperação técnico-institucional, com os tribunais de origem, para o envio de processos digitalizados e a adesão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais a esse tipo de convênio. Atualmente, 100% dos tribunais já enviam processos judiciais digitalizados ao STJ. Além disso, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região envia parcela de seus processos judiciais totalmente eletrônicos (não digitalizados). Essas atuações têm sido bem sucedidas, tendo-se contabilizado mais de 250 mil feitos que chegaram por meio virtual ao STJ. Pelos convênios firmados, há proposta de aumentar gradativamente esse envio.

Houve, por consequência, o desenvolvimento da baixa eletrônica, que devolve os processos finalizados pelo STJ aos tribunais de origem, de forma virtual, propiciando a automatização do processo desde a remessa dos autos ao STJ até sua devolução ao tribunal que o encaminhou. Já existe implantação finalizada nos Tribunais de Justiça dos Estados de Minas Gerais e da Paraíba e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT. Essa solução avança dia a dia, e estima-se que, em 2012, 100% dos tribunais também possuam a baixa eletrônica com o STJ. Houve, ainda, a efetivação de sistema para o envio de telegramas com certificado digital do STJ ao TJDFT.

Outro avanço foi a adesão desta Corte ao Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, junto ao CNJ, o que viabiliza a integração sistêmica no âmbito do Poder Judiciário. Isso permitirá comunicação sistêmica do STJ diretamente com os entes públicos, tais como o Ministério Público, as Defensorias, a Procuradoria-Geral da União, o Banco Central e a Caixa Econômica Federal.

A última vertente de atuação do STJ, que trata dos serviços prestados aos clientes de sua atividade judicante, foi concretizada com diversos melhoramentos.

Um resultado de relevo, decorrente da modernização tecnológica explicitada na primeira vertente, foi a eliminação de restrições físicas para o acesso aos processos judiciais. Atualmente, há disponibilidade instantânea e simultânea do processo judicial aos diversos interessados, além da redução dos custos operacionais e do tempo de atendimento presencial.

Em 2011, foram registrados 44 milhões de acessos ao Portal do STJ, 10% a mais em comparação com o ano anterior. Isso foi possível graças ao desenvolvimento de funcionalidades que ampliaram a acessibilidade ao portal. Exemplo disso está na contabilização de mais de 3 milhões e 600 mil *downloads* de documentos bibliográficos em formato digital disponibilizados por meio da Biblioteca Digital Jurídica. Saliento o registro de

aproximadamente 95 milhões de acessos ao serviço de Pesquisa de Jurisprudência, com destaque para a otimização dos critérios de Pesquisa Pronta e Súmulas Anotadas.

Atento às tendências de comunicação, em que as informações são fornecidas aos interessados sem a necessidade de acesso ao *site*, o Tribunal fortaleceu sua presença nas redes sociais com o lançamento de seu perfil no *Facebook*. Houve, também, o aprimoramento de sua página no *Twitter*, a qual não é mais um mero replicador de notícias de julgamentos, mas um instrumento de divulgação de imagens e vídeos. Ações como essas fortalecem o relacionamento do STJ com a sociedade, além de conferir maior transparência à administração do bem público.

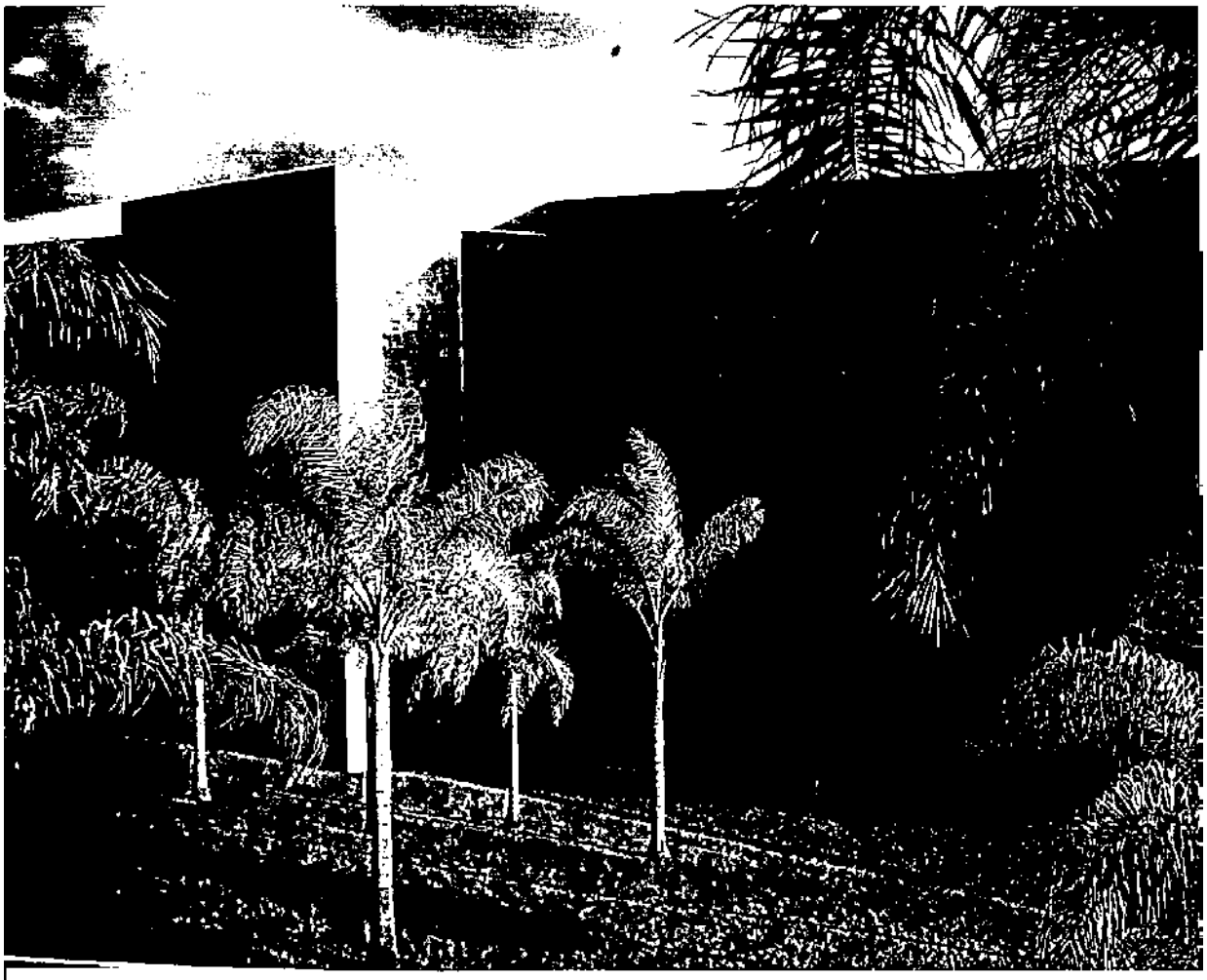
Com relação à preocupação com a questão ambiental, o STJ inseriu critérios ambientais para a aquisição de bens de consumo, visando atender aos critérios de sustentabilidade. Outra providência foi a relativa ao descarte adequado dos materiais consumidos. Essas ações estabeleceram um diferencial para a instituição no que diz respeito a uma administração comprometida com a humanidade e com o desenvolvimento sustentável.

Importante frisar, por fim, que, para alcançar todos os resultados mencionados, foi imprescindível o comprometimento e a dedicação dos ministros, bem como dos servidores, estagiários e terceirizados, que têm como um de seus maiores desafios consolidar o STJ como o Tribunal da Cidadania, oferecendo justiça de qualidade, rápida e efetiva.

Ministro Ari Pargendler
Presidente

Superior Tribunal de Justiça
Secretaria do Tribunal

Relatório de Gestão
2011



Brasília – DF
Março/2012

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DO TRIBUNAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília-DF
Março/2012

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DO TRIBUNAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação anual de contas ordinárias a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n. 63, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU n. 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria TCU n. 123, de 12 de maio de 2011, do Aviso n. 9 Gab. JM/TCU, de 1º de novembro de 2011 e da IN STJ n. 5, de 23 de agosto de 2011.

Brasília-DF
Março/2012

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL **11**
INTRODUÇÃO **15**
DESENVOLVIMENTO **16**
1.PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010 ..... **16**
1.1 – Relatório de Gestão Individual 16
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **17**
2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade 17
2.2 – Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais 19
2.3 – Programas de Governo sob responsabilidade da unidade 29
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro 34
3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos 76
3.2 – Análise Crítica 84
4.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 85
4.2 – Análise Crítica 85
5.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos 87
5.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas 89
5.3 – Composição do Quadro de Estagiários 90
5.4 – Demonstração de Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 91
5.5 – Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada 93
5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos 97
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **102**
6.1 – Instrumentos de transferência vigentes no exercício 102
6.2 – Informações sobre a prestação de contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 105
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **109**
7.1 – Modelo de declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV 109
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. ..... **110**
8.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 110
8.2 – Análise Crítica 110
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010. ..... **112**
9.1 – Estrutura de Controles Internos 112
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **114**
10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 114
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **116**
11.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial 116
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **118**
12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI) 118
13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **119**
14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **119**
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **119**
15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício 119
15.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício 119
16. PARTE A, ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **119**
16.1 – Recomendações da SCI atendidas no exercício 119
16.2 – Recomendações da SCI pendentes de atendimento no exercício 119
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010 ..... **120**
17.1 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis 120

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011 120
RESULTADOS E CONCLUSÕES 122
ANEXOS 123
Anexo I – Quadro de Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça 124
Anexo II – Resultados da Enfam em 2011 125
Anexo III – Resultados das Metas Nacionais 2011 135
Anexo IV - Deliberações do TCU atendidas no exercício 136

TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual 16
Gráfico n. 1 – Situação dos Indicadores Estratégicos 19
Gráfico n. 2 – Situação dos Projetos Estratégicos 20
Gráfico n. 3 – Situação do Plano de Ação 28
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo 29
Quadro A.2.2 – Execução física das ações realizadas pela UJ 30
Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias 34
Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes 34
Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital 35
Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 35
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 36
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ 37
Quadro A.2 9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ 38
Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ 39
Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação 40
Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação Valores em R$ 1,00 41
Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação 42
Tabela 1 – Créditos por Ato Próprio 44
Tabela 2 – Disponibilidades Financeiras 48
Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos 76
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores 85
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011 87
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011 87
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 88
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011 88
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011 89
Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 89
Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 90
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários 90
Quadro A.5.9 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores. 91
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada 93
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados 93
Quadro A.5.12 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 94
Quadro A.5.13 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 95
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 102
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 103

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes 104
Quadro A .6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse 105
Quadro A.6.5 – Visão geral da Análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse 106
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores do superior tribunal de justiça, da obrigação de entregar a DBR 110
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos 112
Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 114
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 116
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros 116
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade 117
Quadro A.12.1 Gestão da Tecnologia da Informação 118
Quadro B.1.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 120

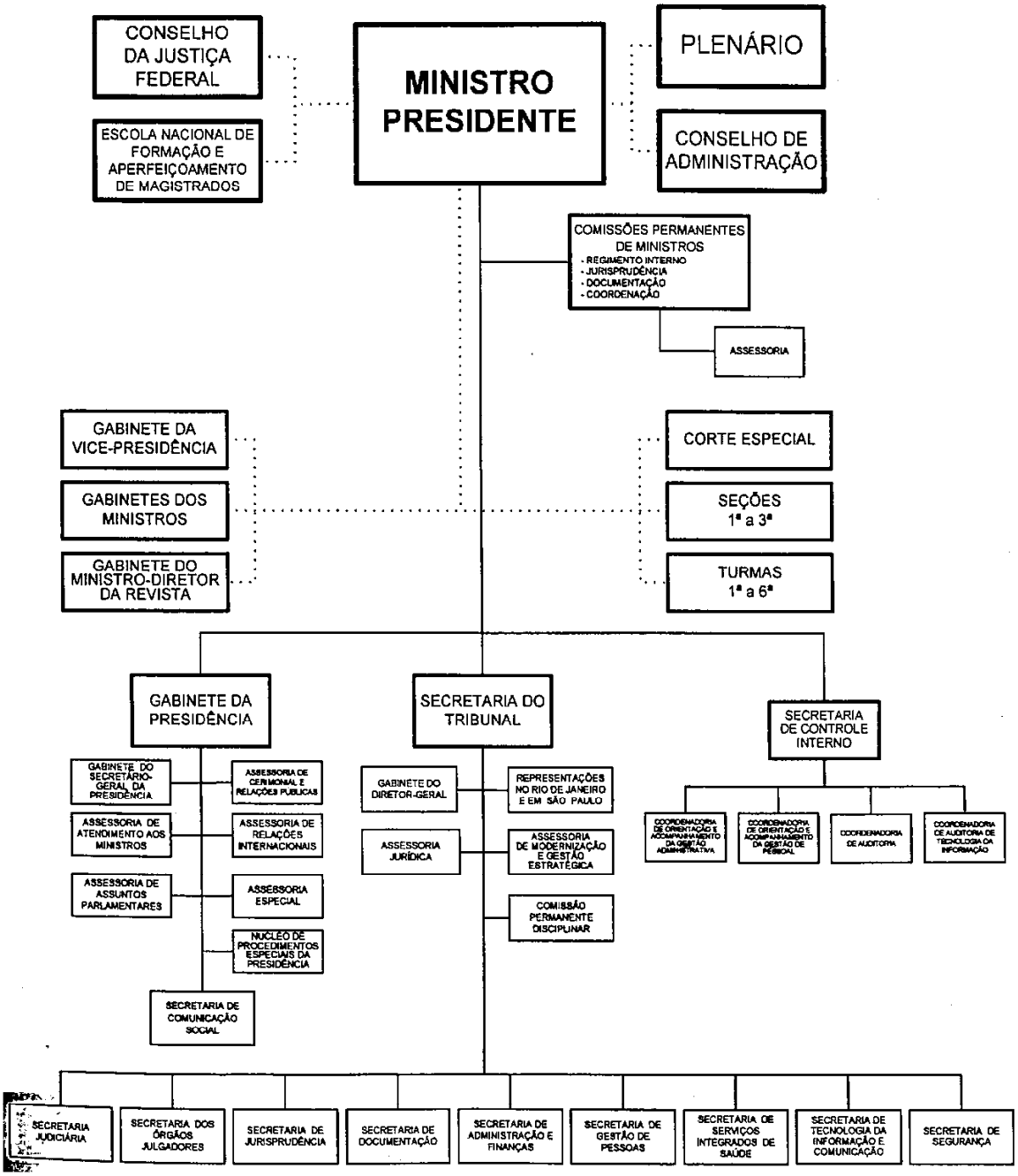
ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMG – Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica
ASP – Assessoria Parlamentar
BDJUR – Biblioteca Digital Jurídica do STJ
CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CEAR – Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura
CEB – Companhia Energética de Brasília
CGED – Coordenadoria de Gestão Documental
CJ – Cargo em comissão
CJF – Conselho da Justiça Federal
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CORE – Coordenadoria de Relacionamento
COTV – Coordenadoria de TV
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
DG – Diretoria-Geral
DJ – Diário da Justiça
DJe – Diário da Justiça Eletrônico
DN – Decisão normativa
DOU – Diário Oficial da União
EAD – Ensino à distância
Enfam – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
FC – Função comissionada
GD – Sistema de gestão de desempenho
HC – *Habeas corpus*
IN – Instrução normativa
ISO – *International Organization for Standardization*
LB – Linha de base
LOA – Lei Orçamentária Anual
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAC – Planejamento Anual de Capacitação
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PNE – Pessoas com necessidades especiais
PPCI – Plano de Prevenção e Combate a Incêndio
PRSA – Programa de Responsabilidade Socioambiental
SAF – Secretaria de Administração e Finanças
SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos
SCI – Secretaria de Controle Interno

SCO – Secretaria de Comunicação
SECEX – Secretaria de Controle Externo
SED – Secretaria de Documentação
SEFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SisRT – Sistema de Registros Textuais
SJD – Secretaria Judiciária
SJR – Secretaria de Jurisprudência
SLTI/MPOG – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TCE/MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
UG – Unidade gestora
UJ – Unidade jurisdicionada
Unasul – União de Nações Sul-Americanas

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura orgânica básica do Superior Tribunal de Justiça foi aprovada pela Resolução n. 9 de 29/7/2011 e publicada no Diário Oficial da União de 1º/8/2011, conforme se segue:



O organograma funcional apresentado distribui as competências internas das unidades do STJ nos termos do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal, aprovado pela Portaria n. 298 de 4 de julho de 2008. Dessa forma, compete:

Ao **Conselho da Justiça Federal**, que funciona junto ao STJ, promover o exercício da supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

À **Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados,** que funciona junto ao STJ, regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso, vitaliciamento e promoção na carreira da magistratura.

Ao **Plenário**, constituído da totalidade dos ministros, cumprir o que está descrito no art. 10 do Regimento Interno do STJ.

Ao **Conselho de Administração** deliberar sobre a organização dos serviços administrativos da Secretaria do Tribunal, além de outras atribuições descritas nos artigos 38 e 39 do Regimento Interno do STJ.

Às **Comissões Permanentes de Ministros** colaborar no desempenho dos encargos do Tribunal, conforme os artigos 40 a 46 do Regimento Interno do STJ.

Aos **Órgãos Julgadores**, Corte Especial, Seções e Turmas julgar o colegiado dos processos, conforme as competências descritas no Regimento Interno do STJ.

Ao **Gabinete da Vice-Presidência** prestar assessoramento ao ministro vice-presidente no exame de processos que lhe são conclusos para apreciação de recursos para o Supremo Tribunal Federal e os incidentes que deles suscitarem, bem como desenvolver atividades de apoio administrativo.

Aos **Gabinetes de Ministros** prestar assessoramento jurídico ao ministro no desempenho de suas atribuições previstas em lei e no Regimento Interno, bem como desenvolver atividades de apoio administrativo.

Ao **Gabinete do Ministro Diretor da Revista** assessorar o ministro diretor em assuntos relacionados com a edição das publicações oficiais do Superior Tribunal de Justiça, bem como desenvolver atividades de apoio administrativo.

Ao **Gabinete da Presidência** exercer as atividades de apoio administrativo à execução das funções do ministro presidente, bem como prestar-lhe assessoria no planejamento e fixação de diretrizes para a administração do Tribunal e no desempenho de suas atribuições previstas em lei e no Regimento Interno, inclusive no que concerne às funções de auditoria e de representação oficial e social do Tribunal.

Ao **Gabinete do Secretário-Geral da Presidência** supervisionar e coordenar as atividades administrativas e de assessoramento e planejamento do Gabinete da Presidência, de acordo com a orientação estabelecida pelo presidente.

À **Assessoria de Atendimento aos Ministros** assessorar o Gabinete da Presidência nas atividades de preservação dos direitos, interesses e prerrogativas dos ministros.

À **Assessoria de Assuntos Parlamentares** assessorar a Presidência do Tribunal em assuntos relativos aos órgãos do Poder Legislativo.

À **Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas** assessor a Presidência nas atividades que exigem cerimonial e promover as relações públicas.

À **Assessoria de Relações Internacionais** assessorar a Presidência nas atividades de relações internacionais.

À **Assessoria Especial** assessorar a Presidência na análise jurídica de assuntos administrativos que lhe sejam submetidos.

Ao **Núcleo de Procedimentos Especiais da Presidência** processar os recursos especiais repetitivos, bem como analisar a admissibilidade dos agravos de instrumento que chegam ao Tribunal.

À **Secretaria de Comunicação Social**, definir a política de comunicação social do STJ, formular proposta de integração com todos os meios de comunicação, informando sobre a missão e atos institucionais do Tribunal, para imprensa, rádio e televisão, e outros canais.

À **Secretaria de Controle Interno**, órgão especializado de controle, orientação e auditoria, subordinada ao presidente, acompanhar a execução dos programas de trabalho e a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal no Tribunal quanto aos princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública; orientar a atuação dos gestores; verificar a utilização regular dos recursos e bens públicos; avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à efetividade, economicidade, eficiência e eficácia.

À **Secretaria do Tribunal**, órgão de direção superior a cargo do diretor-geral, executar os serviços administrativos do STJ em conformidade com a orientação estabelecida pelo ministro-presidente e as deliberações do Tribunal.

Ao **Gabinete do Diretor-Geral** executar o preparo e despacho do expediente do diretor-geral, bem como o apoio administrativo às suas atividades.

À **Assessoria Jurídica** assessorar o diretor-geral na análise de assuntos jurídicos que lhe sejam submetidos, bem como examinar e aprovar minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios e outros ajustes, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

À **Comissão Permanente Disciplinar** instaurar processo disciplinar para apurar desvios de conduta e irregularidades administrativas que lhe sejam submetidas.

À **Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica** assessorar o diretor-geral nas atividades relacionadas aos planos de gestão, aos processos de trabalho e à informação, bem como elaborar o relatório de gestão e prestação de contas, na forma do artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Às **Representações do STJ no Rio de Janeiro e em São Paulo** prestar apoio administrativo aos ministros do Tribunal e às autoridades da Justiça Federal nas atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

À **Secretaria Judiciária** desenvolver as atividades de processamento inicial do feito, desde sua entrada no Tribunal até a conclusão ao relator, compreendendo as fases de protocolo, autuação, classificação e encaminhamento dos processos, bem como prestar informações processuais.

À **Secretaria dos Órgãos Julgadores** desenvolver as atividades subsequentes ao processamento inicial, de apoio direto aos ministros e às sessões colegiadas, e de processamento final, até a baixa definitiva dos autos.

À **Secretaria de Jurisprudência** desenvolver as atividades de análise temática da jurisprudência do Tribunal, armazenar as informações jurisprudenciais em base de dados, bem como recuperá-las.

À **Secretaria de Documentação** desenvolver as atividades de gestão da informação vinculadas ao acervo bibliográfico e documental, em meio físico e digital, com vistas à sua organização, disseminação, guarda, conservação e preservação.

À **Secretaria de Administração e Finanças** desenvolver as atividades de administração de material e patrimônio, licitações, contratações e aquisições, orçamento e finanças, transporte, engenharia e arquitetura, bem como promover a manutenção e conservação predial.

À **Secretaria de Gestão de Pessoas** elaborar e manter os planos de capacitação e de desenvolvimento gerencial; conservar organizados registros funcionais; realizar estudos e elaborar pareceres sobre direitos e deveres do servidor; elaborar folha de pagamento e os atos dela decorrentes.

À **Secretaria de Serviços Integrados de Saúde** realizar, mediante atendimento ambulatorial, a prestação direta de assistência médica, materno-infantil, odontológica, de enfermagem e psicossocial, bem como realizar perícias e administrar o plano de benefícios sociais do Tribunal e o plano de saúde dos servidores, ministros, dependentes, pensionistas e beneficiários especiais, de conformidade com o regulamento próprio.

À **Secretaria de Tecnologia da Informação** prover soluções de tecnologia da informação, automação de processos, comunicação eletrônica e armazenamento de dados.

À **Secretaria de Segurança** desenvolver as atividades relacionadas à segurança patrimonial, de autoridades, servidores e de pessoas que demandam o Tribunal, bem como realizar os serviços de apoio logístico às viagens dos ministros e demais autoridades.

INTRODUÇÃO

Em cumprimento às disposições do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n. 63, de 1º de setembro de 2010, da DN TCU n. 108, de 24 de novembro de 2010, da Portaria-TCU n. 123, de 12 de maio de 2011, do Aviso n. 9 Gab. JM/TCU, de 1º de novembro de 2011, da IN STJ n. 5 de 23 de agosto de 2011 e do art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4/5/2000, os quais disciplinam a organização e a apresentação dos processos de tomada e prestação de contas, o Superior Tribunal de Justiça apresenta neste relatório as principais informações relativas à gestão e ao seu desempenho durante o exercício de 2011.

Inicialmente estão apresentadas as informações gerais de identificação do Tribunal e suas competências. A seguir, este relatório expõe informações sobre a gestão estratégica, mencionando os resultados institucionais alcançados, sempre com foco no atendimento às expectativas do cidadão, na otimização dos processos internos de trabalho, no aprendizado e crescimento da organização e dos seus colaboradores e na eficiência da gestão dos recursos. São elencados, ainda, dados referentes à gestão orçamentária e à gestão de pessoas, bem como outras informações administrativas relevantes.

Ressalta-se que, em relação à Portaria-TCU n. 123, de 12 de maio de 2011, não se aplicam ao STJ os itens 1.2, 1.3, 1.4, 15.3 e 15.4; referentes à Decisão Normativa n. 108/TCU, não se aplicam ao Tribunal o item 14 da parte A, os itens 2, 3 e 4 da parte B, bem como todos os itens das partes C e D.

Esclarece-se que, em atendimento ao que dispõe a parte A, item 13, do anexo II da Decisão Normativa n. 108/TCU, este Tribunal não faz uso do cartão de pagamento do Governo Federal.

As principais realizações da gestão no exercício estão detalhadas no item 2.2.1 – Análise do andamento do Plano Estratégico STJ 2010-2014.

Apesar dos resultados alcançados, vale ressaltar que o STJ encontra-se em um contínuo aperfeiçoamento da sua gestão administrativa, sendo impactado pelas dificuldades inerentes ao processo de amadurecimento institucional, as quais vêm sendo minimizadas com a adoção de ações tais como a aplicação das melhores práticas de governança organizacional.

Para 2012 estão propostos os projetos e ações elencados no Plano Estratégico STJ 2010-2014, aprovado pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2010 e revisado em 15 de dezembro de 2011.

DESENVOLVIMENTO

1.PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU 108, DE 24/11/2010

1.1 – Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Superior Tribunal de Justiça		**Código SIORG:** Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superior Tribunal de Justiça	**Denominação abreviada:** STJ	
Código SIORG: Não se aplica	**Código LOA:** 11.000/11.101	**Código SIAFI:** 11.000
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão público		
Principal Atividade: Justiça		**Código CNAE:** 8423-0/00
Telefone de contato: (061) 3319-6812	**Fax:** (061) 3319-6217	
Endereço eletrônico: dg@stj.jus.br	**Página da Internet:** www.stj.jus.br	
Endereço Postal: Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 06, Lote 01, Trecho III, em Brasília/DF – CEP: 70.095-900 / Secretaria do Tribunal – Edifício Ministros I – 8° andar		
Normas relacionadas à unidade jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
O STJ foi instituído pela Carta Magna de 1988, artigo 105 e instalado pela Lei n. 7.746, de 30 de março de 1989.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da unidade jurisdicionada		
⇒ Regimento Interno do STJ, publicado no DJ de 7/7/1989 e republicado em 17/8/1989. • Atualizado até a Emenda Regimental n.13, de 9.5.2011, publicado no DJe 13.5.2011 ⇒ Estrutura organizacional aprovada pela Resolução n. 9, de 29/7/2011.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Organização da Secretaria do Tribunal, instituído pela Portaria n° 298, de 04 de julho de 2008.		

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à unidade jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
050001	Secretaria do Superior Tribunal de Justiça (executora)
050003	Secretaria de Controle Interno/STJ (controle)

Gestões relacionadas à unidade jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre unidades gestoras e gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
050001	00001

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1 – Competência Institucional

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça é responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e a defesa do Estado de Direito.

O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, não relacionadas diretamente à Constituição. Como órgão de convergência da Justiça comum, aprecia causas oriundas de todo o território nacional, em todas as vertentes jurisdicionais não especializadas. Sua competência está prevista no art. 105 da Constituição Federal, que estabelece os processos que têm início no STJ (originários) e os casos em que o Tribunal age como órgão de revisão, inclusive nos julgamentos de recursos especiais.

O artigo 105 da Constituição Federal, além de disciplinar as competências originais e recursais do Superior Tribunal de Justiça, faz menção aos órgãos que funcionam junto ao Tribunal, quais sejam:

- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; e
- Conselho da Justiça Federal – CJF, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões têm caráter vinculante.

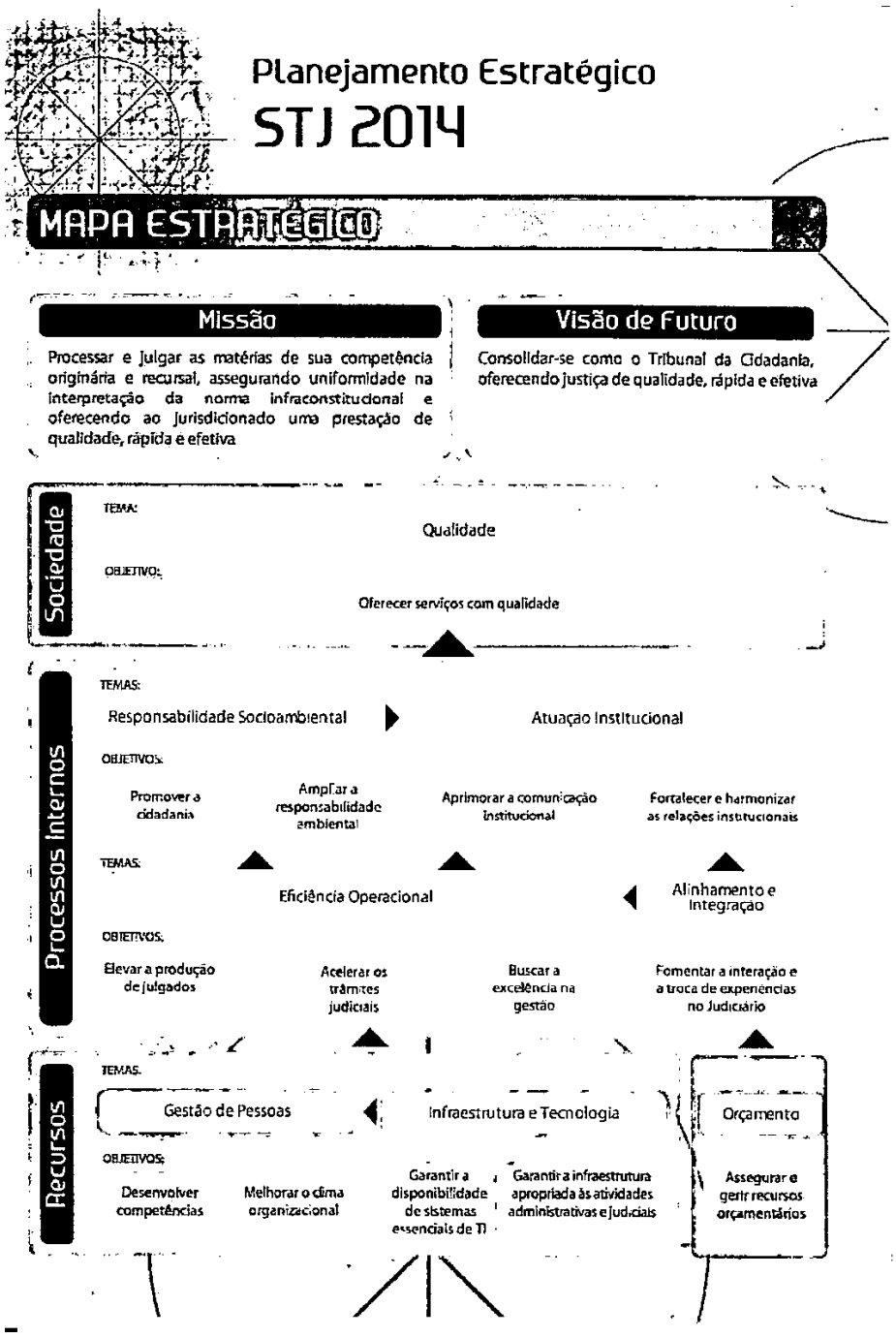
2.1.2 – Objetivos Estratégicos

O Superior Tribunal de Justiça já se utiliza do Planejamento Estratégico como modelo de gestão desde 1998. A partir de 2004, o Tribunal obteve um avanço significativo, época em que adotou um modelo equilibrado de gestão, calcado em sistema de planejamento que permitiu estabelecer a visão estratégica e traduzir as diretrizes organizacionais em ações concretas. O resultado da aplicação deste modelo, o *Balanced Scorecard*, foi o estabelecimento de um Plano de Gestão bianual, utilizado até o início de 2010.

Com o estabelecimento do Plano Estratégico Nacional do Judiciário, regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução CNJ n.70, de 18 de março de 2009, a estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais do STJ foi redefinida para atender às diretrizes nacionais, passando de uma periodicidade bianual para quinquenal. Assim, o 'Plano Estratégico STJ 2010-2014' foi aprovado pelo Conselho de Administração em 24/2/2010 e encontra-se atualmente na versão 1.3, atualizada em 15/12/2011.

O Plano Estratégico em questão está norteado pelos objetivos e temas estratégicos apresentados no mapa a seguir, que sinaliza os pontos de atuação em que o êxito é fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro do órgão.

Mapa Estratégico



2.2 – Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

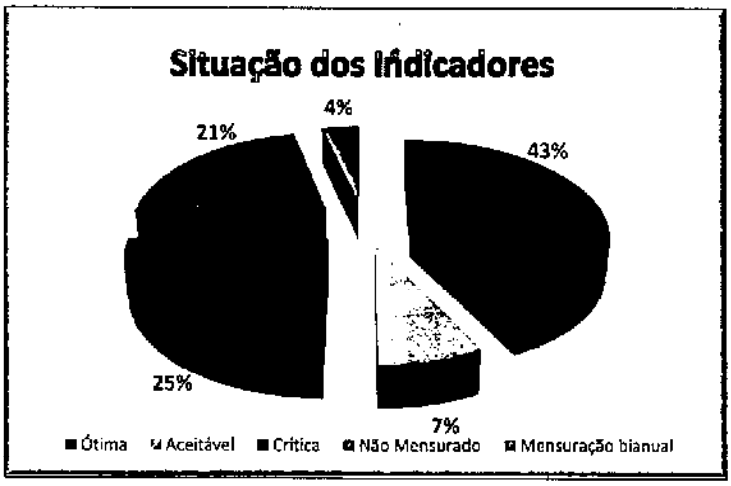
2.2.1 – Análise do andamento do Plano Estratégico STJ 2010-2014

Indicadores Estratégicos

O desempenho do Superior Tribunal de Justiça foi monitorado durante todo o exercício e os principais resultados estão apresentados ao longo deste relatório. O Anexo I apresenta um resumo estatístico das atividades jurisdicionais do STJ.

A situação geral dos indicadores estratégicos, no ano de 2011, está apresentada no gráfico abaixo. Observa-se que 50% dos indicadores encontram-se em situação ótima ou aceitável. Um dos indicadores deverá ser medido apenas em 2012, pois submete-se à mensuração bianual. Os indicadores não mensurados e os que se encontram em situação crítica estão sendo tratados em reuniões de análise estratégica, conforme pode ser verificado no "item 2.4.7 – Indicadores Institucionais" deste relatório, que apresenta descrições mais detalhadas sobre os resultados obtidos.

Gráfico n. 1 – Situação dos Indicadores Estratégicos



Situação	Quant	%
Ótima	12	43%
Aceitável	2	7%
[illegible]	7	25%
Não Mensurado	6	21%
[illegible]	1	4%
Total	**28**	**100%**

Ótima:
Índices iguais ou superiores à meta estabelecida

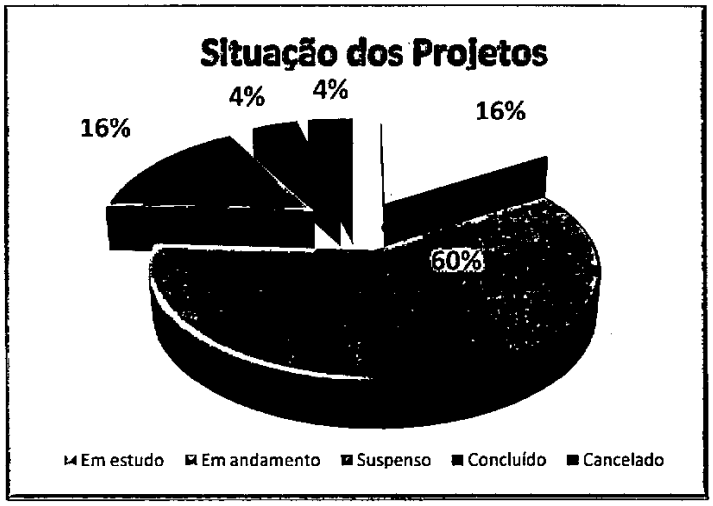
Aceitável:
Índices inferiores, em até 10%, à meta estabelecida

Crítica:
Índices inferiores, em mais de 10%, à meta estabelecida

Projetos Estratégicos

O Plano Estratégico STJ 2010-2014 expõe as diretrizes da organização, balizando as ações internas. A carteira de projetos apresenta dinamismo a depender das priorizações obtidas nas reuniões de análise estratégica. A situação geral de execução dessas iniciativas está apresentada no gráfico a seguir. Observa-se que quatro projetos não foram iniciados, pois encontram-se em estudo. Outros quinze encontram-se em andamento, sendo que a conclusão de dois deles está prevista para o início de 2012. Outros quatro estão suspensos, aguardando decisão administrativa sobre o retorno de sua execução e um projeto foi concluído. Por fim, um foi cancelado.

Gráfico n. 2 – Situação dos Projetos Estratégicos



Status	Quant	%
Em estudo	4	16%
Em andamento	15	60%
Suspenso	4	16%
Concluído	1	4%
Cancelado	1	4%
Total	**25**	**100%**

LEGENDA:

Em estudo – situação de projeto que pode estar no portfólio de projetos estratégicos, mas a sua execução ainda não foi iniciada. O roteiro do projeto está em elaboração. Normalmente, este é o primeiro estado de um projeto. Requer aprovação do roteiro e priorização para entrar em andamento.

Em andamento – situação de projeto que possui tarefas em execução, conforme descrito no cronograma.

Suspenso – situação de projeto que por alguma determinação ou tomada de decisão (em RAE – reunião de análise estratégica) tenha sido paralisado. A suspensão não significa que o projeto tenha sido cancelado, mas que deverá aguardar alguma decisão para ter ou não sua execução retomada.

Concluído – situação de projeto em que foram implementados os resultados e produtos planejados para o projeto, estando encerrado com a conclusão de todas as suas etapas.

Cancelado – situação em que o projeto é encerrado antes do término planejado por determinação ou tomada de decisão (em RAE – reunião de análise estratégica).

O desempenho de cada um dos projetos, monitorados durante o exercício de 2011, está descrito a seguir:

AGILIS - Programa de Gestão Documental
Objetivo: O projeto teve seu escopo reformulado em 2011, sendo definido como objetivo principal consolidar a metodologia de gestão documental, substituindo o ferramental existente, e automatizar a gestão informacional arquivística, com vistas a otimizar as atividades de criação, tramitação, utilização, localização e destinação dos documentos do STJ.
Situação: Em andamento. Foi elaborado um novo roteiro, destinado à segunda fase do projeto, qual seja, a consolidação da metodologia de gestão documental, incluindo novas ações, bem como revisão e adequação de prazos. O resultado 1 do cronograma que trata da internalização e sustentação do sistema Fluxus pelo STJ está concluído. Vale ressaltar que a primeira fase do projeto encerrou-se em 2010.

Alinhamento da Comunicação Institucional
Objetivo: Inicialmente descrito como Política de Comunicação Social, este projeto foi remodelado em 2011, definindo-se como objetivo principal estabelecer política de comunicação, implantar novo *layout* no portal e promover o reposicionamento estratégico da comunicação interna do STJ, visando otimizar as ações de comunicação com os públicos interno e externo.
Situação: Em andamento. As ações do projeto tiveram início em setembro de 2011. Em relação à vertente "Política de Comunicação", foram feitas consultas aos servidores da Secretaria de Comunicação Social, na tentativa de motivar e facilitar a participação do maior número de pessoas possível no projeto. Quanto à vertente "Portal do STJ", iniciou-se o seu mapeamento e reformulação, visando melhorar a usabilidade do *site*, aumentar as funcionalidades oferecidas aos usuários e a acessibilidade de modo geral. Por fim, para a vertente "Comunicação Interna", está em andamento um levantamento de dados que visa identificar os valores, crenças e normas comunicacionais partilhados pelos membros da comunidade interna do Tribunal, para posterior revisão do portfólio de produtos e serviços oferecidos para interação entre a gestão do STJ e sua comunidade interna, bem como a reformulação da intranet, para integração e ajuste visual ao novo portal.

Alinhamento Estratégico
Objetivo: inicialmente descrito como mapeamento, análise e melhoria dos processos de trabalho, este projeto foi remodelado em 2011, definindo-se como objetivo principal desdobrar o planejamento estratégico do STJ para todas as Secretarias, por meio do entendimento dos objetivos e indicadores estratégicos, com a identificação de objetivos setoriais, processos de trabalho, indicadores e ações, de forma que essas unidades possam visualizar mais claramente sua contribuição para a estratégia do Tribunal.
Situação: Em andamento. O projeto foi desdobrado em cinco etapas, assim nominadas: 1) análise e adequação do Plano de Ação das áreas; 2) mapeamento das rotinas; 3) mapeamento dos processos de trabalho; 4) definição de indicadores setoriais; 5) alinhamento das ações. A primeira etapa foi concluída com a adequação dos Planos de Ação setoriais ao Plano Estratégico STJ 2010-2014, retirando daquele rol as ações que deveriam integrar projetos estratégicos e as que eram rotinas das áreas. Houve também a revisão do Plano Estratégico STJ 2010-2014, com publicação da Resolução STJ n. 8/2011. Quanto ao mapeamento das rotinas, segunda etapa do projeto, todas as unidades foram instruídas sobre a metodologia, o que teve como resultado a fluxogramação da maior parte das rotinas, até o nível de Seção. A conclusão deste trabalho exigiu prazo superior ao previsto, razão pela qual ficou prejudicada a execução das ações seguintes dentro do exercício de 2011. Entretanto, o mapeamento dos processos de trabalho, terceira etapa do projeto, foi realizado na Secretaria de Gestão de Pessoas. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

efetuou o desdobramento, que culminará com a publicação do Plano Estratégico de TI. Em relação à Secretaria de Comunicação, o desdobramento foi realizado com o apoio de treinamento externo, estando pendente a validação do mapa de contribuição. A previsão é que mais uma secretaria seja contemplada no primeiro semestre de 2012, com priorização da Secretaria Judiciária, unidade vinculada à atividade fim. À medida que os processos de trabalho forem concluídos, serão iniciadas as capacitações necessárias à implementação das etapas de definição de indicadores setoriais e alinhamento das ações.

Central de Atendimento
Objetivo: Disponibilizar serviços e produtos para advogados, estagiários, partes em processos e demais interessados, de forma integrada e concentrada, em um único local, onde o cliente possa ser atendido de forma ampla e efetiva, presencial, remota ou virtualmente.
Situação: Em andamento. O projeto encontra-se em fase de levantamento dos serviços a serem disponibilizados na Central. As dificuldades estão na definição do projeto arquitetônico para início de obras, entretanto, sua conclusão está prevista para junho de 2012.

Estatísticas do Trâmite Processual
Objetivo: Implantar sistema para geração de relatórios estatísticos do trâmite processual do STJ utilizando ferramentas de *Business Intelligence* adquiridas pelo Tribunal e produzir um manual de referência de estatísticas processuais do STJ.
Situação: Em estudo. O roteiro e a definição da equipe estão sendo finalizados para que se inicie o projeto.

Gestão de Compras e Contratos
Objetivo: Identificar e implementar melhorias de processos e procedimentos de aquisição e gestão contratual.
Situação: Em estudo. Projeto em fase de definição de escopo e cronograma. Vale comentar que foi implementado o Plano de Aquisições e Contratações para o exercício de 2012, por intermédio da Portaria STJ n. 711, de 12 de dezembro de 2011.

Gestão de Desempenho por Competências
Objetivo: Propor um modelo integrado de gestão de desempenho e implementar um sistema composto de uma avaliação de resultados e uma avaliação por competências, com vistas a aferir o desempenho dos servidores, bem como promover o desenvolvimento, a valorização do indivíduo e a meritocracia.
Situação: Em estudo. Foram realizadas visitas de *benchmarking* a organizações públicas e foi gerado um relatório inicial. Foram levantados os possíveis fornecedores de solução informatizada. Contudo, com a priorização do projeto Solução Parametrizada para Gestão de Pessoas, as ações do presente projeto estão aguardando a especificação de requisitos para avaliação dos servidores do STJ no modelo de gestão por competências. Dessa forma, visando à otimização de recursos e de força de trabalho, optou-se por priorizar a aquisição do sistema parametrizado e, paralelamente, executar trabalhos de modelagem teórica dos instrumentos de avaliação.

Governança em TI
Objetivo: Implantar um modelo de governança na STI, com base em modelos já consagrados no mercado que visam orientar os processos de trabalho da STI aos serviços prestados pelo Tribunal à sociedade.
Situação: Em andamento. O projeto foi reorientado em relação à sua programação original, levando-se em consideração as recomendações propostas pela empresa Brisa e o entendimento dos gestores da STI quanto às prioridades de processos/práticas de TI a serem inicialmente implantados.

Relevou-se, prioritariamente, a premência de elaborar um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para a STI, em cumprimento à Resolução n. 90, de 29.9.2009, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça. O referido instrumento de gestão encontra-se concluído e sob a análise do Gabinete do Secretário-Geral da Presidência para encaminhamento ao Conselho de Administração do STJ, com vistas à aprovação. Este foi desdobrado em um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que está em fase final de elaboração na STI. Os referidos documentos estão alinhados às diretivas de governança e gerenciamento de serviços de TI, em consonância com o modelo de gestão proposto pelo Plano Estratégico STJ 2010-2014, com as recomendações contidas na IN n. 4 da SLTI/SEPLAN e com os acórdãos do TCU relativos a serviços especializados de informática e às resoluções do CNJ. A consolidação desta etapa, após aprovação pelo Conselho de Administração, dará prosseguimento à institucionalização dos processos definidos como prioritários para a STI, com a possibilidade de contratação de consultoria especializada e *software* para gestão de governança, se eles forem considerados como essenciais para a consecução do projeto.

Identidade Visual

Objetivo: Criar logomarca e um conjunto sistematizado de elementos gráficos para identificar visualmente o Superior Tribunal de Justiça, com abrangência interna e externa ao Tribunal, bem como definir normas para sua aplicação, por meio do Manual de Identidade Visual do STJ.

Situação: Em andamento. Iniciado o projeto com a construção de um arcabouço teórico/metodológico para subsidiar todas as etapas posteriores. Em seguida, foi realizada uma pesquisa no Tribunal, utilizando-se a intranet, com o intuito de auxiliar o embasamento conceitual da nova identidade a ser elaborada, contando com a colaboração dos servidores na construção da marca do STJ. No momento, a pesquisa encontra-se em fase de tabulação e interpretação de dados.

Impedimentos

Objetivo: Implantar sistema de informação, baseado na tecnologia de OCR (*optical character recognition*), que automatize a identificação de impedimentos e suspeições em processos judiciais.

Situação: Suspenso. O projeto encontra dificuldades de implementação por exigir capacitação da equipe da STI para uso da tecnologia necessária. Cabe comentar que, devido às priorizações definidas pela Administração na 5ª RAE, ocorrida nos meses de novembro e dezembro de 2011, a continuidade do projeto, no que depende da STI, fica sujeita à disponibilidade de recursos humanos por parte daquela unidade ou priorização, com sobrestamento de outras atividades que estão em execução.

Inclusão

Objetivo: O projeto teve seu escopo reformulado em 2011, sendo definido como objetivo principal proporcionar às pessoas portadoras de necessidades especiais saúde física e emocional, acessibilidade física, digital e social por meio da adequação dos ambientes do Tribunal, ampliação da acessibilidade do *site*, disseminação de práticas inclusivas com vistas a promover o respeito às diferenças e propiciar o direito que todos têm de preservar sua identidade e suas características pessoais, reconhecendo suas limitações.

Situação: Em andamento. Foram iniciadas reuniões preliminares com unidades da SIS para identificação dos protocolos atualmente utilizados para atendimento aos portadores de necessidades especiais – PNE's. Os procedimentos formais para afixação da placa indicativa do banheiro adaptado no andar da Sala de Conferência foram concluídos em janeiro de 2012. Foram concluídas as reformas nos banheiros do subsolo do Edifício da Administração e do Edifício dos Plenários, atendendo as especificações que dizem respeito aos PNE's. O planejamento das ações educacionais foi incluído no PAC do Tribunal, para 2012.

Jurisprudência
Objetivo: Implementar funcionalidades e migrar os *softwares* de alimentação da base de pesquisa de jurisprudência do STJ, visando imprimir celeridade ao fluxo de produção e garantir a pronta recuperação de dados.
Situação: Em andamento. O projeto está 80% concluído. Em 2011, foram entregues alguns módulos que comporão o sistema de produção: Manutenção de Acórdãos, Thesauro Jurídico, Manutenção de Súmulas, Manutenção de Decisões Monocráticas, Manutenção de Tabelas, Estatísticas da Jurisprudência – CCAJ, Linha de Produção Virtual, Módulo de Controle de Produção da SANAC, SCONF e SESUP e Módulo de Controle de Distribuição da CCAJ. Além disso, foram adquiridos 63 monitores compatíveis com a nova linha de produção virtual.

Jurisprudência Temática
Objetivo: Criar serviço diferenciado de pesquisa de jurisprudência, organizado por temas, mediante a elaboração de critérios de resgate de julgados do Superior Tribunal de Justiça, bem como realizar a seleção e catalogação de julgados referentes à legislação infraconstitucional e aos enunciados de súmulas desta Corte.
Situação: Concluído. O projeto foi finalizado com o desenvolvimento de metodologias de trabalho destinadas à realização das atividades de Pesquisa Pronta, Legislação Aplicada e Súmulas Anotadas. Houve também a adequação de programas e ferramentas específicas para a divulgação dos produtos. Os serviços foram disponibilizados e a Seção de Jurisprudência Temática (STEMA) foi criada, com subordinação à Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência.

Modernização dos Serviços Administrativos
Objetivo: Modernizar os serviços e procedimentos da área de administração e finanças, por meio da conclusão e/ou implementação de módulos que compõem o sistema Administra, integrados entre si e com os demais sistemas coorporativos do Tribunal.
Situação: Em andamento. Houve ajustes nas etapas do projeto. O módulo de Telefonia foi retirado do projeto, considerando que a STI passou a gerir a área. Os módulos Portal do Gestor e Gestão de Licitação/Sistema dos Correios sofreram diversas intercorrências que atrasaram o seu desenvolvimento. Com a aprovação do Plano Estratégico STJ 2010-2014 e as diretrizes da nova gestão, o módulo de Projeto Básico foi sobrestado e o de Diárias e Passagens, excluído, esse último, em razão da possibilidade de utilização de módulo do sistema Fluxus. O módulo do Coletor de Almoxarifado foi dividido em duas partes: a primeira refere-se ao controle de pedidos e entrega de materiais e a segunda, ao inventário. A primeira parte está concluída e a segunda foi sobrestada pela STI, em razão da priorização das atividades relativas à internalização do Sistema Fluxus. Por fim, o módulo do orçamento foi concluído em julho de 2011.

Política de Sustentabilidade
Objetivo: O Programa de Responsabilidade Socioambiental teve o seu escopo modificado em 2011, sendo renomeado de "Política de Sustentabilidade", com o objetivo de implementar diretrizes que norteiem o consumo consciente e a redução do impacto causado pelas ações do Tribunal ao meio ambiente a partir da adoção de procedimentos administrativos compatíveis com as políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
Situação: Em andamento. Foi realizado *benchmarking* em instituições públicas e privadas com elaboração da minuta da Política de Sustentabilidade, bem como do projeto para o estabelecimento do Ecoponto. Foi apresentada proposta de metodologia de licitações sustentáveis. Por fim, foi analisada a viabilidade técnica do projeto de conservação de água e realizadas visitas às unidades do Tribunal para promover ações de sensibilização destinadas à redução do consumo de materiais.

Ponto Biométrico
Objetivo: Implantar o Sistema de Controle de Ponto Biométrico no âmbito do STJ, por meio de mudança na infraestrutura, aquisição de solução integrada para controle eletrônico de frequência funcional, bem como os serviços de garantia e assistência técnica de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos e *softwares* adquiridos.
Situação: Em andamento. Para implementação do sistema houve necessidade de mudança na infraestrutura, aquisição de solução integrada para controle eletrônico de frequência funcional, bem como os serviços de garantia e assistência técnica de manutenção corretiva e preventiva nos equipamentos e *softwares* adquiridos. O sistema está em fase de teste e a implantação está prevista para início de fevereiro de 2012.

Prazos Prescricionais
Objetivo: Implementar sistemática de coleta de dados indicativos dos elementos identificadores de prescrição referentes aos processos de natureza criminal, com vistas a garantir mecanismos que possibilitem gestão e acompanhamento temporal do curso da prescrição dos processos no Superior Tribunal de Justiça.
Situação: Suspenso. Foram definidos os elementos indicativos da prescrição Cabe comentar que, devido às priorizações definidas pela Administração na 5ª RAE, ocorrida nos meses de novembro e dezembro de 2011, a continuidade do projeto, no que depende da STI, fica sujeita à disponibilidade de recursos humanos por parte daquela unidade ou priorização, com sobrestamento de outras atividades que estão em execução.

Processos Sigilosos
Objetivo: Estabelecer diretrizes e procedimentos para a tramitação de documentos e processos de natureza sigilosa no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, por meio da regulamentação dos procedimentos quanto ao acesso, manuseio, transporte, reprodução e guarda de documentos e processos, bem como a adequação dos sistemas informatizados.
Situação: Suspenso. Dificuldade de implementação por demandar adequação na arquitetura do sistema, com ajustes em todas as telas do Sistema Justiça. Cabe comentar que, devido às priorizações definidas pela Administração na 5ª RAE, ocorrida nos meses de novembro e dezembro de 2011, a continuidade do projeto, no que depende da STI, fica sujeita à disponibilidade de recursos humanos por parte daquela unidade ou priorização, com sobrestamento de outras atividades que estão em execução.

Recursos Repetitivos
Objetivo: Otimizar a eficácia dos recursos repetitivos, instituto previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil, por meio de alterações quanto à normatização, uniformização de processos de trabalho, integração de dados, implementação de sistemas informatizados e divulgação de informações.
Situação: Em andamento. Em novembro o projeto foi apresentado ao Ministro Presidente, que o aprovou. Aguarda-se a definição das equipes e responsabilidades para mapeamento dos processos de trabalho pelas demais unidades envolvidas.

Resumo Indicativo do Thesaurus
Objetivo: Implementar sistemática para registrar resumo indicativo dos processos judiciais, identificando o pedido e o contexto fático, com a utilização dos termos controlados do Thesaurus, lançando as informações como assunto complementar dos autos no sistema Justiça.
Situação: Em andamento. Projeto iniciado com adaptações nos módulos do Sistema Justiça, utilizados pela SJD e Gabinetes. Há dificuldade na alocação de recursos humanos na SJD.

Sistema de Aferição de Custos
Objetivo: Implantar uma metodologia de apuração de custos, a fim de calcular o dispêndio com a missão institucional do STJ ao longo do tempo, mediante interação continuada com gestores e implantação de sistema informatizado.
Situação: Suspenso. O projeto teve seu escopo reavaliado no exercício, tendo em vista a definição de um gestor responsável pela sua implantação. Em 2011 foi realizada uma avaliação conjuntural, dos ambientes interno e externo, relacionada a custos.

Solução Parametrizada para Gestão de Pessoas
Objetivo: Implantação de solução parametrizada/customizada de tecnologia da informação para gestão de pessoas no Superior Tribunal de Justiça.
Situação: Em andamento. Está prevista a conclusão do termo de referência em 15.2.2012 e uma audiência pública em março. A partir daí, iniciar-se-á o processo licitatório para aquisição da solução.

Sustentação e Desenvolvimento de Sistemas
Objetivo: Implantação de serviços de sustentação e desenvolvimento de sistemas de informação do STJ.
Situação: Em estudo. O roteiro e a definição da equipe estão sendo finalizados para que se inicie o projeto.

STJ na Era Virtual
Objetivo: O projeto teve seu escopo reformulado em 2011, sendo definido como objetivo principal consolidar o processo judicial eletrônico no âmbito do STJ, por meio da modernização do Portal do Jurisdicionado (e-STJ) e da implantação de procedimentos e sistemas que visem ao recebimento de documentos eletrônicos (e-DOC) e à evolução da integração com outros tribunais (i-STJ), aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).
Situação: Em andamento. O projeto está em fase de expansão dos serviços oferecidos ao processo judicial eletrônico. Em 2011 foram alcançados os seguintes resultados: Assinatura Eletrônica (V 1.0) nos principais documentos do Sistema Justiça; integração com o TJMG para recebimento de processos; integração com o STF (V 1.0); recebimento de processos eletrônicos do TRF4; Gestão de Peças - t-STJ: mudança no fluxo da validação/indexação para agravos para agilizar a virtualização do passivo; Plantão Judiciário; implantação de ofícios de informações de HC de São Paulo; ampliação do e-STJ para envio de arquivos maiores, acima de dois Mbytes; telegrama eletrônico com o TJDFT; Baixa Eletrônica – Tramitação completamente eletrônica de um processo judicial.

Universidade Corporativa do STJ – UNIJUS
Objetivo: Criar universidade voltada para o foco estratégico e o negócio do STJ, com o propósito de formar colaboradores, fornecedores e clientes do STJ, por meio de um processo de aprendizagem contínua e permanente aliada à utilização de tecnologia de ponta e metodologias inovadoras para a entrega do conhecimento.
Situação: Cancelado. O projeto estava previsto no Plano Estratégico STJ 2010-2014 e foi cancelado, conforme descrito no Processo STJ n. 5790/2011.

No Relatório de Gestão 2010, a carteira de projetos do STJ apresentava, ainda, outros três projetos que não constam mais do atual portfólio pelas razões descritas a seguir:

O projeto **Programa de Modernização de TI** foi considerado concluído no início do exercício de 2011, tendo em vista que foi absorvido pela rotina e a parte que restava foi abrangida pelo projeto de Governança em TI.

O projeto **Banco de Ideias** foi abarcado pelo projeto **Revitalização do Banco de Talentos**, conforme registrado no Relatório de Desempenho de maio de 2011. Este por sua vez, faz parte das sugestões de iniciativas do Comitê Gestor do Clima Organizacional e aguarda manifestação do Conselho de Administração, conforme previsto no Processo STJ n. 7613/2010.

2.2.2 – Análise do Plano de Ação da Unidade referente ao exercício

Ao final do exercício de 2010, as unidades organizacionais apresentaram o planejamento das ações a serem promovidas no ano de 2011, compondo assim o Plano de Ação da Secretaria do Tribunal, publicado por intermédio da Portaria n. 725, de 17 de dezembro de 2010. A implantação do plano de ação pelas unidades dependia de análise prévia e adequação ao Plano Estratégico STJ 2010-2014, o que foi cumprido por meio de interação entre as áreas do STJ, conforme registrado no processo administrativo STJ n. 4302/2011. Coube às unidades do Tribunal o acompanhamento e a implementação de seus planos de ação, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

PLANO DE AÇÃO		STATUS DA ATIVIDADE			
Unidade	**Ações planejadas**	**Não iniciadas**	**Em execução**	**Concluídas**	**Excluídas***
Secretaria do Tribunal	8	2	2	4	0
Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica	30	2	14	12	2
Secretaria de Administração e Finanças	26	0	12	14	0
Secretaria de Documentação	14	0	4	8	2
Secretaria de Gestão de Pessoas	16	0	2	11	3
Secretaria de Jurisprudência	6	0	5	0	1
Secretaria de Segurança	12	0	8	4	0
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	7	0	2	4	1
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	119	34	34	51	0
Secretaria dos Órgãos Julgadores	4	0	1	1	2
Secretaria Judiciária	15	0	4	4	7
Secretaria de Comunicação Social	15	0	11	2	2
Secretaria de Controle Interno	4	0	2	2	0
DADOS CONSOLIDADOS STJ	**276**	**38**	**101**	**117**	**20**

* Algumas ações excluídas foram absorvidas pelos projetos estratégicos.

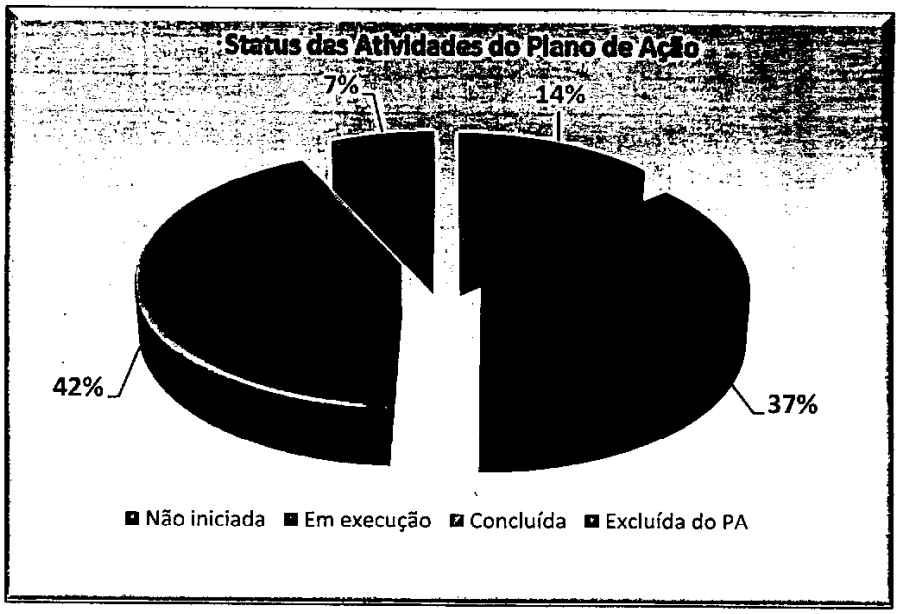
Análise Crítica

Considerando as informações acima, observa-se que, em 2011, 238 das 276 ações contidas no Plano de Ação da Secretaria do Tribunal foram concluídas, excluídas ou estão em execução nas unidades do Superior Tribunal de Justiça. O índice de cumprimento é de 86%.

Alguns fatores que influenciaram no não cumprimento integral das ações são: a complexidade de determinadas ações, o que ainda demandará maior empenho para sua execução; a dependência de decisões externas à unidade e a priorização de algumas atividades em detrimento de outras.

Ressalta-se o empenho das unidades e de seus colaboradores para a implementação desse plano, visto sua relevância para o cumprimento dos objetivos traçados no Plano Estratégico STJ 2010-2014.

Gráfico n. 3 – Situação do Plano de Ação



2.2.3 – Enfam

Os principais resultados obtidos no ano de 2011 pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados encontram-se no Anexo II.

2.2.4 – Metas Prioritárias 2011 do Poder Judiciário Nacional

Importante ressaltar que, durante o exercício de 2011, o STJ esteve alinhado ao CNJ no cumprimento das metas nacionais definidas para o Poder Judiciário. Os resultados aferidos são fruto do esforço concentrado de magistrados e servidores e estão descritos no Anexo III deste relatório.

2.3 – Programas de Governo sob responsabilidade da unidade

2.3.1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA	0568
Denominação	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no art. 105 da Constituição Federal.
Objetivos Específicos	Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal.
Gerente	Sulamita Avelino Cardoso Marcos
Público alvo	Sociedade

Informações orçamentárias e financeiras do Programa — **Em R$ 1,00**

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa *Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
755.464.884,00	732.438.810,00	714.230.877,39	633.657.555,72	80.573.321,67	633.599.444,61

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Processos Julgados	31/12/2006	64	69	69	57

Fórmula de Cálculo do Índice

Texto ... Indicador: Taxa de Processos Julgados Fórmula: Relação percentual entre o total de processos julgados sobre o total de processos distribuídos mais total de processos pendentes mais o total de agravos e embargos

Glossário:
Processos julgados - Decisões, colegiadas e monocráticas, terminativas ou definitivas. Não são computados os despachos de mero expediente e as decisões interlocutórias;
Processos distribuídos – Casos novos distribuídos a um dos ministros relatores ou registrados ao ministro presidente ou presidentes de Seções e Turmas (casos de execução judicial e embargos em execução judicial);
Processos pendentes de 1ª decisão – Processos protocolizados até o final do período anterior ao período-base e que ainda não tiveram nenhuma decisão terminativa ou definitiva;
Agravo Regimental - Recurso de decisões monocráticas proferidas no Tribunal (art. 258 do RISTJ);
Embargo de Declaração - Recurso de decisões proferidas no Tribunal (art. 263 do RISTJ).

Análise do Resultado Alcançado

Em 2011 o Tribunal recebeu 304.224 processos novos e julgou 317.105 (incluindo 68.868 recursos de agravos regimentais e os embargos de declaração), sendo 79.099 julgados em sessão e 238.006 decididos monocraticamente, o que representa uma média de 10.514 processos julgados por ministro. O STJ atingiu o índice de 57% do indicador estimado para o Programa, que representa 82,61% do previsto. O índice apurado consiste no julgamento 317.105 processos, 290.901 processos distribuídos, 192.802 processos pendentes de 1° julgamento em 31/12/2010 e 68.868 agravos e embargos. Entre os motivos que influenciaram a queda do índice está o aumento de 36% no recebimento de processos em 2011 em relação ao ano de 2010.

Fonte: SIGPLAN, Estatística e (*) SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

Os esforços direcionados à eficiência operacional ficam evidentes devido aos 317.105 processos julgados durante todo o ano de 2011, inclusos os agravos regimentais e embargos de declaração.

Colaboraram para o êxito no julgamento desses processos os esforços em cumprir a Meta n. 2 do CNJ, referente a 2009 e 2010, ou seja, foram julgados 93% dos processos judiciais distribuídos até 31/12/2006, ficando pendentes 3.515 de um total aproximado de 47 mil processos. Esses números revelam o empenho do Tribunal em cumprir a meta e reduzir o saldo de processos em estoque.

Relativamente à Meta Nacional n. 3/2011, cujo pressuposto é "julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e mais parcela do estoque com acompanhamento mensal"; de janeiro a dezembro de 2011, foram distribuídos 289.685 processos dos quais 247.334 foram julgados, o que representa 85,38%.

A dotação orçamentária, inicialmente, disponibilizada para a execução do Programa de Prestação Jurisdicional mostrou-se satisfatória, visto que houve execução de 97,51%, apesar do contingenciamento efetivado. O contingenciamento inicial foi da ordem de R$ 16 milhões, tendo finalizado o ano com apenas R$ 6,6 milhões, sem repercussão negativa na execução do Programa.

Constata-se que durante o ano, houve necessidade de solicitar Créditos Adicionais (remanejamento orçamentário) com o objetivo de ajustar a alocação original de recursos entre as Ações do Programa.

2.3.2 – Execução física das ações realizadas

Quadro A.2.2 – Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
02	061	0568	4236	A	3	processo julgado	338.154	317.105	304.672
02	301	0568	2004	A	3	pessoa beneficiada	11.435	10.461	11.435
02	365	0568	2010	A	3	criança atendida	720	655	722
02	306	0568	2012	A	3	servidor beneficiado	3.020	2.842	2.858
02	331	0568	2011	A	3	servidor beneficiado	34	38	72
02	128	0568	4091	A	3	servidor capacitado	6.500	5.664	6.950
02	128	0568	20G2	A	3	magistrado capacitado	7.000	1.722	7.500
02	131	0568	2549	A	3	matéria veiculada	7.539	7.497	7.915
02	126	0568	1H24	P	3	sistema implantado	18	17	17

Fonte: SIGPLAN e LOA 2011 Redação Final (autógrafo)

Análise Crítica

As informações contidas no quadro acima demonstram que o desempenho das ações ocorreu próximo do esperado, salvo quanto à ação 20G2 que teve distanciamento maior que as demais com relação à meta de desempenho. A seguir, constam observações específicas de cada ação:

Ação 4236 – Apreciação e Julgamento de Causas

Em fevereiro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça promoveu a análise estatística da meta física "apreciação e julgamento de causas". Para tanto, valeu-se do modelo estatístico de regressão com erros ARMA, tendo como base o histórico mensal de julgados compreendido entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2010. Dessa forma, o valor predito foi de 338.154 processos julgados para o exercício de 2011.

Para controlar o erro de previsão foi calculado um intervalo de 291.606 a 384.702 processos, o qual tem 95% de chance de conter o número de julgados a ocorrer.

Ao final do exercício de 2011, foram efetivamente julgados 317.105 processos, o que ocorreu dentro do intervalo estimado e corresponde a 93,77% do valor pontual previsto. Entre os resultados atualmente acompanhados e quantificados, informamos que o STJ está próximo ao cumprimento das metas 2/2009 e 2/2010 do CNJ, julgando 87,72% dos processos distribuídos até 31/12/2006. Vale ressaltar, ainda, que o ingresso de ministros na Casa gera um período de transição que impacta a produtividade do Tribunal.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A meta inicialmente prevista era de 11.435 pessoas beneficiadas (servidores e dependentes), enquanto o resultado atingido foi de 10.461. Destarte representa 91,48% da meta prevista na LOA/2011.

Alguns eventos que poderiam contribuir para o aumento do percentual de execução da meta não se concretizaram, por exemplo: posse e exercício de diversos cargos efetivos e comissionados vagos no transcorrer dos meses.

Quanto aos recursos direcionados ao benefício em 2011, não contemplaram satisfatoriamente a elevação da demanda verificada no exercício. Em decorrência disso, o atendimento aos usuários do Programa não obteve a efetividade almejada.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

A meta inicialmente prevista foi atender 720 crianças em idade escolar de zero a cinco anos. Entretanto, foram beneficiadas em média 655 crianças, até 31 de dezembro de 2011, o que representa 91% do resultado esperado. As oscilações ocorreram em razão de ingressos e desligamentos de servidores, bem como devido à opção de percepção do referido auxílio no órgão de origem do cônjuge.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Houve previsão de esta ação beneficiar 3.020 servidores, no entanto, a média de beneficiários foi de 2.842 até 31 de dezembro de 2011. A diferença de 6% a menor ocorreu em razão de ingressos e desligamentos de servidores no quadro de pessoal do STJ.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

A previsão inicial para a meta física informada foi de 34 benefícios, sendo que a média de beneficiários foi de 38 servidores até o dia 31 de dezembro de 2011. As oscilações decorrem de ingressos de servidores no quadro de pessoal do STJ no padrão inicial do cargo de técnico judiciário, bem como de exclusão de beneficiários do auxílio em virtude de alteração de padrão ou mudança de domicílio.

Ação 4091 - Capacitação de Recursos Humanos

Os dados referentes à capacitação de recursos humanos podem ser mais bem visualizados nos resultados dos indicadores estratégicos "Servidores Treinados" e "Planejamento Anual de Capacitação", citados no item 2.4.7 deste relatório.

Nos anos 2007-2010 a Secretaria de Gestão de Pessoas capacitou as seguintes quantidades de servidores: 6.942, 3.397, 6.330 e 7.564. Considerando a média simples de 6.058 e a mediana de 6.636 servidores treinados naquele quadriênio, entendeu-se como viável um aumento de 10,54%, na meta de participantes em eventos de capacitação, de 5.880 em 2010 para 6.500 em 2011.

A meta não foi alcançada, atingindo-se, após recalculo, 89,85% do planejado. Neste cálculo está computada a participação de servidores em vários eventos no transcorrer do ano, não sendo consideradas, contudo, eventuais participações de servidores sem vínculo.

O fator que mais comprometeu o alcance do objetivo de capacitação foi o *turnover* de servidores durante 2011.

Ação 20G2 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

O ano de 2011 foi o primeiro em que o Núcleo de EAD (Ensino à Distância) funcionou com resultados positivos para os participantes da Escola (Enfam): 92,8% dos alunos consideraram os cursos oferecidos como bons ou ótimos; 91% consideram que os cursos terão um grande impacto no desempenho do magistrado; 91,8% acharam os tutores bons ou ótimos; e outros 96,8% desejam fazer novos cursos na Enfam.

Alguns tópicos contribuíram para o bom êxito desse trabalho: equipe enxuta e comprometida em oferecer um serviço de qualidade; produção de cursos internos de Planejamento Estratégico; criação de quadro capacitado composto de quinze tutores magistrados e de mais seis servidores e parcerias com outras escolas – ENAMAT, TCU, AMB, CJF e CNJ.

Em 2011 a Enfam atuou como provedor de soluções para escolas que querem estruturar núcleos de EAD. Instalou no TRF 5ª Região o Moodle (ferramenta de EAD) com treinamento de operadores da plataforma.

Apesar de todos os esforços, não foi possível alcançar a meta inicialmente prevista de 7.000 magistrados aperfeiçoados, atingindo-se apenas 1.722 devido ao estabelecimento de uma meta superestimada para uma escola que praticamente iniciou suas atividades em 2011.

Ação 2549 - Comunicação e Divulgação Institucional

A meta contemplada para a ação em 2011 era de 7.539 matérias veiculadas. O resultado apurado no ano foi de 7.497, o que representa 99,44% do previsto.

Foram intensificadas as ações com vistas à maior veiculação de notícias atinentes às competências desta Corte como forma de agregar elemento ao fortalecimento da cidadania, objetivo desta Corte. Essas matérias são divulgadas na intranet, internet (Portal), TV, Rádio e edições dos

jornais Mural e Informe-se. Além dessas, foram veiculadas mais intensamente no portal do órgão os acessos ao Facebook, Twitter, STJunior.

O perfil do STJ no Facebook foi lançado em abril de 2011, e, em apenas quatro dias, a página gerou 87.972 visualizações. A cada mês, esta mídia se consolida como o número 1 em acessos, se comparado aos perfis dos demais órgãos públicos dos três Poderes. A mídia tem atraído diversos fãs por meio de promoções, por exemplo, o sorteio de livros, e a publicação de fotos retrospectivas comentadas de julgamentos ocorridos durante o ano.

O Twitter recebeu importantes inovações em 2011, constituindo-se em importante ferramenta na rede. A página tem ocupado a terceira posição na preferência do público entre vários entes oficiais. Tem atualmente mais de 62 mil seguidores, o que é explicado pela transformação ocorrida em sua estrutura: antes apenas replicava notícias de julgamentos e, a partir de então, traz fotos, vídeos e material da BDJur.Essa rede social (Twitter) possibilitou, no mês de fevereiro, a cobertura em tempo real de julgamento de interesse nacional (questão sobre união estável homoafetiva) essa iniciativa foi bem recepcionada pelos internautas. A publicação do mapa de decisões do STJ no Google Maps, no Dia da Cidadania, em outubro, permitiu aos cidadãos identificar julgamento de processos em cada localidade onde tenham ocorrido.

O STJunior apresentou resultados positivos em 2011. Antes mesmo de completar um ano de existência, foi premiado no 7º Congresso Brasileiro de Assessoria de Comunicação da Justiça (Conbrascom). Em junho, o *site* foi o vencedor do 9º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça na categoria "Conteúdo Web" e 3º colocado na categoria "Voto Popular". O STJunior embora seja uma mídia nova, cumpre a Meta 4 ,estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para o Judiciário em 2011: "Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas e quaisquer espaços públicos".

O Portal do STJ, destaque na rede, teve em 2011 média mensal de aproximadamente 44 milhões de acessos, representando um aumento de 10% em relação ao exercício de 2010.

Ação 1H24 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça – E-JUS II

O resultado obtido foi de 17,41%, o que representa 96,74% da meta, não sendo superada devido a não realização de alguns projetos no exercício de 2011. Contribuiu para o resultado da meta a expansão dos serviços provenientes do processo judicial eletrônico no âmbito do STJ, por meio da modernização do Portal do Jurisdicionado (e-STJ), da implantação de procedimentos e sistemas que visem ao recebimento de documentos (e-DOC) e da evolução da integração com outros tribunais (i-STJ) aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).

Assim, no ano de 2011, foram implementados serviços que promoveram o trâmite judicial completamente eletrônico entre o STJ e outras instâncias, ou seja, desde o nascedouro do processo no tribunal de origem, sua tramitação e julgamento no STJ e sua baixa eletrônica à origem.

Adicionalmente, em decorrência da dependência cada vez maior de uma plataforma tecnológica robusta, segura, consistente e de alta disponibilidade para suportar esses serviços oferecidos pela instituição a usuários internos e externos, em 2011 foram efetuados investimentos com o objetivo de aprimorar a infraestrutura de suporte a tais serviços e incrementar a segurança das informações e dos ativos de tecnologia disponibilizados para o Processo Eletrônico.

Destaca-se, então, a instalação de ambiente seguro para o CPD; replicação de dados do ambiente de produção para o Sistema Justiça; aquisição de soluções de *backup, proxies* e *firewall*; redundância de rede de comunicação de dados.

E, ainda, a manutenção dos serviços de sustentação das soluções de tecnologia da informação existentes no ambiente de produção que suportam as atividades administrativas e finalísticas do STJ.

2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 – Programação Orçamentária das Despesas

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das unidades orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superior Tribunal de Justiça	11101	050001

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de despesas correntes					
			1 – Pessoal e encargos sociais		2 – Juros e encargos da dívida		3- Outras despesas correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		682.440.332,00	667.287.949,00	N/A	N/A	207.219.008,00	247.895.104,00
	PLOA		688.664.332,00	683.197.062,00	N/A	N/A	207.253.208,00	170.895.115,00
	LOA		688.664.332,00	683.525.632,00	N/A	N/A	227.369.330,00	185.895.115,00
CRÉDITOS	Suplementares		65.024.000,00	10.965.593,00	N/A	N/A	9.230.126,00	10.258.000,00
	Especiais	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Extraordinários	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Créditos Cancelados		36.224.000,00	30.037.683,00	N/A	N/A	29.851.300,00	8.954.668,00
Outras Operações			N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total			717.464.332,00	694.453.542,00	N/A	N/A	206.748.156,00	187.198.447,00

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

(*) Não constam no total os valores de descentralização externa de créditos (conta contábil 1.9.2.2.1.00.00) do Ministério do Planejamento relativo a precatórios do grupo 1 (R$ 18.496.647,00) e precatórios do grupo 3 (R$ 3.977.374,00); os valores do Conselho da Justiça Federal (R$ 2.154.387,00) e grupo 1 dos Tribunais Regionais Federais (R$ 1.696.642,27).

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos créditos orçamentários			Grupos de despesa de capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões financeiras		6- Amortização da dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		26.210.415,00	43.738.450,00	N/A	N/A	N/A	N/A
	PLOA		26.210.415,00	17.242.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A
	LOA		26.210.415,00	17.242.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A
CRÉDITOS	Suplementares		9.620.000,00	3.868.421,00	N/A	N/A	N/A	N/A
	Especiais	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Extraordinários	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Créditos Cancelados		6.024.900,00	12.231.242,00	N/A	N/A	N/A	N/A
Outras Operações			N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total			29.805.515,00	8.879.179,00	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R$ 1,00

Origem dos créditos orçamentários			Despesas correntes		Despesas de capital		9 – Reserva de contingência	
			Exercícios					
			2011	2010	2011	2010	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		889.659.340,00	915.183.053,00	26.210.415,00	43.738.450,00	N/A	N/A
	PLOA		898.917.540,00	854.092.177,00	26.210.415,00	17.242.000,00	N/A	N/A
	LOA		916.033.662,00	869.420.747,00	26.210.415,00	17.242.000,00	N/A	N/A
CRÉDITOS	Suplementares		74.254.126,00	51.223.593,00	9.620.000,00	3.868.421,00	N/A	N/A
	Especiais	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Extraordinários	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Créditos cancelados		66.075.300,00	38.992.351,00	6.024.900,00	12.231.242,00	N/A	N/A
Outras operações			N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total			924.212.488,00	881.651.989,00	29.805.515,00	8.879.179,00	N/A	N/A

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Obs: Não constam no total os valores de descentralização externa de créditos (conta contábil 1.9.2.2.1.00.00) do Ministério do Planejamento relativo a precatórios do grupo 1 (R$ 18.496.647,00) e precatórios do grupo 2 (R$ 8.977.374,00); os valores do Conselho da Justiça Federal (R$ 2.154.387,00) e grupo 1 dos Tribunais Regionais Federais (R$ 1.696.642,27).

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da movimentação de crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1–Pessoal e encargos sociais	2–Juros e encargos da dívida	3–Outras despesas correntes
Movimentação interna	Concedidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Recebidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Movimentação externa	Concedidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Recebidos	090026	02.301.0569.2004.0001	N/A	N/A	2.154.387,00
		090031	02.061.0569.4257.0001	414.687,88	N/A	N/A
		090031	02.122.0569.09HB.0001	14.277,72	N/A	N/A
		090032	02.061.0569.4257.0001	195.391,86	N/A	N/A
		090032	09.272.0089.0396.0001	274.988,63	N/A	N/A
		090032	02.122.0569.09HB.0001	16.678,11	N/A	N/A
		090033	02.061.0569.4257.0001	341.682,88	N/A	N/A
		090033	02.122.0569.09HB.0001	13.217,49	N/A	N/A
		090034	02.061.0569.4257.0001	204.246,31	N/A	N/A
		090034	02.122.0569.09HB.0001	7.182,78	N/A	N/A
		090035	02.061.0569.4257.0001	207.356,19	N/A	N/A
		090035	02.122.0569.09HB.0001	6.932,42	N/A	N/A
		201009	28.846.0901.0005.0001	15.988.907,00	N/A	3.777.374,00
		201009	28.846.0901.0625.0001	800.000,00	N/A	200.000,00
		201009	28.846.0901.00G5.0001	1.707.740,00	N/A	N/A
Natureza da movimentação de crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de capital		
				4–Investimentos	5–Inversões financeiras	6-Amortização da dívida
Movimentação interna	Concedidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Recebidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Movimentação externa	Concedidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Recebidos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI GERENCIAL E SIAFI OPERACIONAL

Análise Crítica

O Quadro A.2.7 identifica as diversas movimentações orçamentárias recebidas das Unidades Gestoras da Justiça Federal para Benefícios e Pessoal (090026; 090031 a 090035), e da Secretaria de Orçamento Federal para Precatório (201009).

Foram liquidados integralmente, os recursos oriundos da UG 090026 no valor de R$ 2.154.387,00, relativos ao Convênio 002/1998 de assistência médica e odontológica (Quadro A.6.1), assim como aqueles oriundos da Unidade Gestora 090031 a 090035, para atender passivos de magistrados.

Em relação ao montante descentralizado pela UG 201009, R$ 0,65 não empenhado e quanto ao restante, uma parte foi paga e outra inscrita em restos a pagar.

2.4.4 – Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 -Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

1.1.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	N/A	N/A	N/A	N/A
Tomada de Preços	8.440,46	79.590,06	8.440,46	79.590,06
Concorrência	2.363.917,20	2.180.406,68	2.016.188,28	2.180.406,68
Pregão	127.413.088,39	63.211.365,15	66.836.394,60	63.047.862,38
Concurso	N/A	N/A	N/A	N/A
Consulta	N/A	N/A	N/A	N/A
Registro de Preços	N/A	N/A	N/A	N/A
Contratações Diretas				
Dispensa	22.499.195,87	24.875.682,72	15.551.297,93	24.875.682,72
Inexigibilidade	9.217.009,35	7.205.049,44	8.110.190,37	7.205.049,44
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	65.486,57	62.505,39	65.486,57	62.505,39
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	733.888.259,79	703.994.979,64	733.888.259,79	703.994.979,64
Diárias	185.637,89	599.154,10	185.637,89	599.154,10
Outros (*)	66.670.099,88	32.571.861,38	39.045,10	32.571.861,38

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Obs.: (*) Estão excluídos os créditos por descentralização do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais de R$ 3.851.029,27 (2010). Também não está computado o valor de R$ 50.355.189,74 destacado do encargo financeiro da União relativo a sentença judicial.

A.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de despesa	Despesa empenhada		Despesa liquidada		RP não processada		Valores pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesa de pessoal								
319011	404.691.362,68	408.971.105,19	404.691.362,68	408.971.105,19	N/A	N/A	404.691.362,68	408.971.105,19
319001	167.963.565,57	157.157.176,29	167.963.565,57	157.157.176,29	N/A	N/A	167.963.565,57	157.157.176,29
319113	74.301.248,32	75.476.236,06	74.301.248,32	75.476.236,06	N/A	N/A	74.301.248,32	75.476.236,06
Demais elementos do grupo	90.697.774,20	52.833.319,89	71.557.653,40	35.045.221,68	12.958.933,77	17.788.098,21	71.557.653,40	35.045.221,68
2 – Juros e encargos da dívida								
1º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3 – Outras despesas correntes								
339039	88.026.372,58	82.344.275,88	88.026.372,58	69.078.395,32	7.515.262,73	13.065.880,56	64.761.259,72	69.073.028,75
339037	50.248.527,30	42.101.890,51	50.248.527,30	35.294.586,15	5.160.262,73	6.807.304,36	33.349.240,46	35.294.586,15
339046	24.179.621,06	24.004.748,41	24.179.621,06	24.004.748,41	N/A	N/A	24.175.904,66	24.004.748,41
Demais elementos do grupo	26.458.158,92	27.965.993,10	29.152.424,10	23.519.664,88	2.277.317,49	4.446.328,22	20.409.635,10	23.464.738,72

Fonte: SIAFI GERENCIAL

1.1.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de despesa	Despesa empenhada		Despesa liquidada		RP não rocessado		Valores pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – investimentos								
449039	4.913.616,35	6.328.386,11	4.913.616,35	4.857.332,11	1.469.009,00	1.471.054,00	908.226,32	4.857.332,11
449052	24.457.840,27	1.894.301,19	24.457.840,27	1.321.069,36	565.283,83	573.231,83	2.097.210,06	1.217.859,32
449051	N/A	55.059,11	N/A	55.059,11	N/A	N/A	N/A	55.059,11
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
5 – Inversões financeiras								
1° elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2° elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3° elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
6 – Amortização da Dívida								
1° elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2° elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3° elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

No período de 2011, não foi observada nenhuma alteração significativa que impactasse a execução orçamentária. O contingenciamento promovido no exercício não trouxe prejuízo ao planejamento do órgão.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.4.3. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite	N/A	N/A	N/A	N/A
Tomada de preços	N/A	N/A	N/A	N/A
Concorrência	N/A	N/A	N/A	N/A
Pregão	N/A	N/A	N/A	N/A
Concurso	N/A	N/A	N/A	N/A
Consulta	N/A	N/A	N/A	N/A
Registro de preços	N/A	N/A	N/A	N/A
Contratações diretas				
Dispensa	N/A	N/A	N/A	N/A
Inexigibilidade	N/A	N/A	N/A	N/A
Regime de execução especial				
Suprimento de fundos	N/A	N/A	N/A	N/A
Pagamento de pessoal				
Pagamento em folha	N/A	N/A	N/A	N/A
Diárias	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	**26.325.050,27**	**52.472.786,19**		**48.764.263,97**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R$ 1,00

Grupos de despesa (*)	Despesa empenhada		Despesa liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de pessoal	S							
319091	39.866.112,00	9.673.907,00	36.707.821,60	7.240.131,51	3.158.290,40	2.433.775,49	36.707.821,60	7.240.131,51
319192	8.497.229,74	8.753.353,75	8.497.229,74	1.683.353,75	N/A	7.115.000,00	8.497.229,74	1.638.353,75
319191	1.421.000,00	1.707.740,00	870.768,18	362.594,08	550.231,82	1.345.145,92	870.768,18	362.594,08
Demais elementos do grupo	N/A	58.288,52	N/A	58.288,52	N/A	N/A	N/A	58.288,52
2 – Juros e encargos da dívida								
1º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3- Outras despesas correntes								
339091	787.831,45	3.977.373,35	787.831,45	3.799.695,07	787.831,45	177.678,28	787.831,45	3.799.695,07
339039	1.900.613,00	1.381.873,03	1.900.613,00	1.381.873,03	1.900.613,00	N/A	1.900.613,00	1.381.873,03
339092	N/A	765.743,97	N/A	765.743,97	N/A	N/A	N/A	765.743,97
Demais elementos do grupo	N/A	6.770,00	N/A	270,00	N/A	6.500,00	N/A	270,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.6. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R$ 1,00

Grupos de despesa	Despesa empenhada		Despesa liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	□		□		□		□	
449052	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
449051	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
5 - Inversões financeiras	□	□	□	□	□	□	□	□
1º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
6 - Amortização da dívida	□	□	□	□	□	□	□	□
1º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3º elemento de despesa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Demais elementos do grupo	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica

Ao analisar os Quadros A.2.11, A.2.12 e A.2.13, destaca-se que ocorreu uma grande variação no valor recebido/executado para pagamento de precatório. Isso foi decorrente, unicamente, da variação de quantidade e valor de precatório despachado para pagamento.

Com Recursos Originários do CNJ

♦ R$ 5.420.727,00 – Para o projeto de implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional (E-Jus), aberto por meio da Portaria Conjunta n. 2 de 31/5/2011, publicada no DOU, Seção 1, de 14/6/2011, utilizados em investimentos da ação.

Com Recursos Originários do Executivo

♦ R$ 1.553.199,00 – para atender excesso de arrecadação nas fontes 0150 (R$ 29.189,00) e 0175 (R$ 1.524.010,00) da ação Apreciação e Julgamento de Causas. Aberto por meio do Decreto de 2/12/2011, publicada no DOU, Seção 1, de 5/12/2011. Os recursos foram utilizados em despesas correntes.

♦ R$ 4.800.000,00 – para a operação especial Pagamento de Aposentadorias e Pensões. Aberto mediante o Decreto de 15/12/2011, publicado na edição extra do DOU, de 15/12/2011. Os recursos foram utilizados no pagamento de pessoal inativos e pensionistas.

Com Recursos Compensatórios do STJ

Créditos suplementares abertos por Ato do Presidente do Tribunal, cujo amparo legal está contido na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011, Lei n. 12.381/2011, art. 4º e no art. 57, § 1º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias n. 12.309, de 9 de agosto de 2010, e Portaria n. 6, de 28 de fevereiro de 2011 da Secretaria de Orçamento Federal/MP, conforme abaixo especificados:

♦ R$ 6.224.000,00 - para despesas com pessoal ativo e encargos sociais, aberto por meio da Portaria/STJ 283/2011.

♦ R$ 4.000.000,00 - para despesas com pessoal ativo e encargos sociais, aberto por meio da Portaria/STJ 284/2011.

♦ R$ 1.914.300,00 - para despesas com assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, aberto por meio da Portaria/STJ 345/2011.

♦ R$ 10.000.000,00 - para despesas com pessoal inativo e pensionista, aberto por meio da Portaria/STJ 369/2011.

♦ R$ 20.000.000,00 - para despesas com pessoal ativo e encargos sociais, aberto por meio da Portaria/STJ 378/2011.

♦ R$ 20.000.000,00 - para despesas com pessoal inativo e pensionistas, aberto por meio da Portaria/STJ 379/2011.

♦ R$ 9.620.000,00 - para despesas com custeio e investimentos, aberto por meio da Portaria/STJ 384/2011.

♦ R$ 341.900,00 - para despesas com assistência médica e odontológica, aberto por meio da Portaria/STJ 398/2011.

Tabela 4 - Créditos por Ato Próprio

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
283/11	Apreciação e julgamento de causas	1	90	100	5.223.000,00	Criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreira e revisão de remunerações – pessoal ativo	1	90	100	5.223.000,00
	Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência.	1	91	100	1.001.000,00	Contribuição da União de suas autarquias e fundações para o custeio do Regime de Previdência decorrente da criação e/ou provimento de cargos e carreiras e revisão de remunerações	1	91	100	1.001.000,00
	TOTAL				6.224.000,00	TOTAL				6.224.000,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
284/11	Apreciação e julgamento de causas	1	90	100	4.000.000,00	Apreciação e julgamento de causas	4	90	100	4.000.000,00
	TOTAL				4.000.000,00	TOTAL				4.000.000,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
345/11	Assistência médica e odontológica aos servidores	3	90	100	1.914.300,00	Auxílio alimentação	3	90	100	1.500.000,00
						Assistência pré-escolar	3	90	100	400.000,00
						Auxílio transporte	3	90	100	14.300,00
	TOTAL				1.914.300,00	TOTAL				1.914.300,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
369/11	Pagamento de aposentadorias e pensões	1	90	100	10.000.000,00	Apreciação e julgamento de causas	1	90	100	10.000.000,00
	TOTAL				10.000.000,00	TOTAL				10.000.000,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação Cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
378/11	Apreciação e julgamento de causas	1	90	100	20.000.000,00	Apreciação e julgamento de causas	3	90	100	18.000.000,00
							4			2.000.000,00
	TOTAL				20.000.000,00	TOTAL				20.000.000,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
379/11	Pagamento de aposentadorias e pensões	1	90	100	20.000.000,00	Apreciação e julgamento de causas	1	90	100	20.000.000,00
	TOTAL				20.000.000,00	TOTAL				20.000.000,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
384/11	Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional – EJus	4	90	100	7.000.000,00	Apreciação e julgamento de causas	3	90	100	2.620.000,00
						Capacitação de recursos humanos				800.000,00
	Comunicação e divulgação institucional				2.620.000,00	Comunicação e divulgação institucional				200.000,00
						Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional – EJus				6.000.000,00
	TOTAL				9.620.000,00	TOTAL				9.620.000,00

Portaria	Ação suplementada	GND	Mod	Fte	Valor	Ação cancelada	GND	Mod	Fte	Valor
398/11	Assistência médica e odontológica aos servidores	3	90	100	341.900,00	Assistência médica e odontológica aos servidores	4	90	100	24.900,00
						Assistência pré-escolar	3			189.400,00
						Auxílio-transporte	3			33.400,00
						Auxílio-alimentação	3			94.200,00
	TOTAL				341.900,00	TOTAL				341.900,00

Contingenciamento no Exercício

A fim de atender aos preceitos balizados no art. 9º da Lei Complementar n. 101/2000, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e consoante os critérios fixados nos artigos 69 e 70 da Lei n. 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, esta Corte promoveu, durante o exercício de 2011, as limitações e ampliações de empenho e movimentação financeiras, abaixo descritas:

♦ Contingenciamento no valor de R$ 16.819.745,00, de que trata a Portaria Conjunta n. 1 (STF, CNJ, STJ, CJF, STM, TSE, TST, TJDFT), de 28 de março de 2011;

♦ Descontingenciamento no valor de R$ 4.646.195, de que trata a Portaria Conjunta n. 2 (STF, CNJ, STJ, CJF, STM, TSE, TST, TJDFT), de 28 de setembro de 2011;

♦ Descontingenciamento no valor de R$ 5.558.242,00 de que trata a Portaria Conjunta n. 3 (STF, CNJ, STJ, CJF, STM, TSE, TST, TJDFT), 25 de novembro de 2011.

Em 2011, o orçamento do Tribunal foi limitado em R$ 16.819.745,00 e no transcorrer do exercício teve ampliação de R$ 10.204.437,00 ficando um saldo bloqueado de R$ 6.615.308,00.

Eventos negativos/positivos na execução da despesa

Para o atendimento adequado da execução de despesa de Pessoal Inativo, do exercício e de exercícios anteriores, foi necessário crédito adicional de R$ 34.800.000,00, composto por R$ 10.000.000,00 (Portaria STJ), R$ 4.800.000,00 (Decreto) e R$ 20.000.000,00 (Portaria STJ).

Inicialmente, a análise da execução da despesa demonstrou um déficit na dotação de Pessoal Inativo e Pensionistas no valor de R$ 14.800.000,00, atendido por meio do remanejamento de R$ 10.000.000,00 (originário da dotação de Pessoal Ativo) e R$ 4.800.000,00 (originário da SOF/MP).

Por último, após verificar uma sobra no valor de R$ 20.000.000,00 na ação de Apreciação e Julgamento de Causas (GND 1), foi possível proceder um remanejamento para a ação de Pagamento de Aposentadorias e Pensões, possibilitando o pagamento de passivos de magistrados.

2.4.6.1 Composição das Disponibilidades Financeiras

Tabela 2 – Disponibilidades Financeiras

R$ 1,00

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		98.588,05
Conta única do Tesouro Nacional		
Outras contas bancárias	98.588,05	
TOTAL	98.588,05	98.588,05

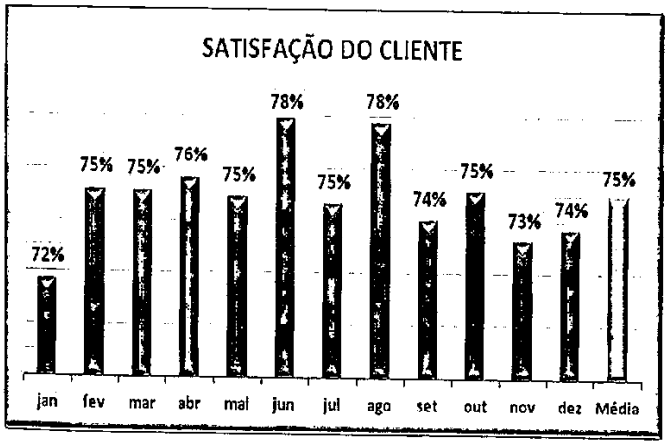
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	PARCIAL	TOTAL
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-147.304.074,63	-147.304.074,63
Valores em Trânsito Realizáveis		
Valores a Creditar		
Outros Créditos		
Créditos a Receber		
Créditos Tributários		
Recursos Especiais a Receber	-147.304.074,63	
Recursos a Receber por Transferência		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	-147.304.074,63	
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar		
Créditos Diversos a Receber		
Créditos a Receber - Folha de Pagamento		
Abono Permanência e Aposentadorias		
Créditos em Liquidação		
DEPÓSITOS	464.974,22	464.974,22
Consignações		
Recursos do Tesouro Nacional		
Depósitos de Diversas Origens	464.974,22	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	112.921.410,70	112.921.410,70
Obrigações a Pagar	112.921.410,70	
Fornecedores	0,00	
Do Exercício		
De Exercícios Anteriores		
Outros Débitos		
Pessoal a Pagar		
Do Exercício		
De Exercícios Anteriores		
Precatórios		
Encargos Sociais a Recolher		
Tributos a Pagar		
Recursos a Liberar por Transferência		
Restos a Pagar	112.921.410,70	
Não Processados a Liquidar	112.921.410,70	
Cancelados		
Valores em trânsito		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.584.086,66	11.584.086,66
Recurso Diferido Recebido	11.584.086,66	
Credores Diversos		
Outros Credores		
Valores em Trânsito Exigíveis		
Valores a Debitar		
Depósitos na Conta Única a classificar		
Ordens Bancárias Canceladas		
Outras Obrigações		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.576,92	7.576,92
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	7.576,92	
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	22.424.614,18	22.424.614,18
Disponibilidade por Fonte de Recursos	34.008.700,84	
Disponibilidade de Restos a Pagar		
Limite de Restos a Pagar - Concedido		
Limite de Restos a Pagar - Recebido		
Disponibilidade de Recurso Diferido	-11.584.086,66	
Disponibilidade de Cota Diferida Recebida	-11.584.086,66	
TOTAL	98.588,05	98.588,05

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

2.4.7. Indicadores Institucionais

Indicador 14.1	**Satisfação do cliente**					
Objetivo Estratégico	Oferecer serviços com qualidade					
Meta	Obter, anualmente, 80% de satisfação do cliente.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	78%	80%	80%	80%	80%	80%
O que mede	Mede o percentual de satisfação dos usuários externos com os principais serviços e infraestrutura oferecidos, por meio de questionário disponibilizado na Internet.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica Presidência/Ouvidoria					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	Pesquisa permanente disponibilizada no site do STJ – Sistema Gestor Internet					
Por que medir	Para conhecer a percepção do usuário quanto à qualidade dos serviços/infraestrutura oferecidos pelo STJ e promover melhorias.					
Como medir	Somatório das avaliações bom e ótimo (B+O) dividido pelo total de avaliações (TA), **Fórmula:** ((B + O) / TA)					
Resultado 2011	75%					

Gráfico:

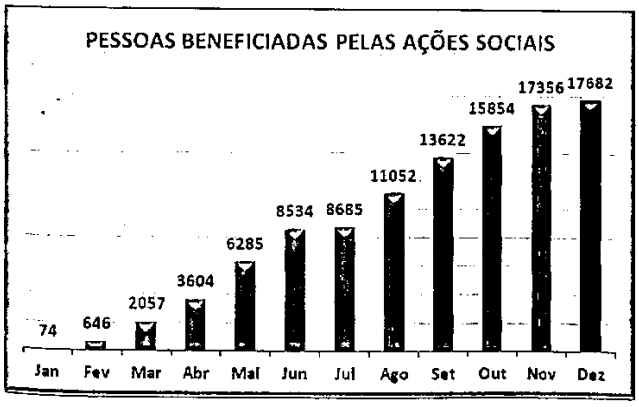


Análise: Para o ano de 2011 foi prevista meta de 80% de satisfação, e a média obtida foi de 75%, com mais de 81 mil respondentes, motivo pelo qual o indicador encontra-se em situação aceitável.

Ação corretiva: O indicador foi discutido em reunião de análise estratégica - RAE, ocorrida em junho/2011, sendo definida necessidade de maior estudo sobre o tema para reavaliar os serviços constantes da pesquisa de satisfação e propor ações de melhoria. Em nova RAE, realizada em outubro/2011, decidiu-se por uma maior interação entre as unidades responsáveis, para ajustes e alinhamento das informações e do formulário de pesquisa, que deverá acontecer no exercício de 2012. Somente após essa etapa, o indicador entrará em pauta para nova discussão em RAE.

Indicador 13.1	**Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania**					
Objetivo Estratégico	Promover a cidadania					
Meta	Beneficiar, no mínimo 15.000 pessoas, ao ano, pelas ações de cidadania do STJ.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
O que mede	Mede o número de pessoas que usufruem das ações de cidadania implantadas no STJ.					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP (CDEP) Secretaria de Documentação – SED (CULT) Secretaria do Tribunal / Comissão Ambiental – ST Secretaria Judiciária – SJD (CRPR) Secretaria de Administração e Finanças – SAF (COSG)					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	Controle de visitantes dos projetos da SED: Sociedade para Todas as Idades, Museu-Escola, Despertar Vocacional Jurídico, eventos culturais, Saber Universitário da Justiça Controle de participantes dos projetos da SGP: Treinamento STJ - atendimento de excelência, programa de visitação técnica. Controle de participantes do Programa de Digitalização da SJD. Controle de participantes do projeto "Liberdade Legal" da COSG/SAF (aguardando novo contrato) Controle de participantes dos projetos da Comissão Socioambiental: Escolarização Supletiva e STJ Solidário. Para a contagem de doações a serem realizadas pelo projeto "STJ Solidário" devem ser observados os critérios abaixo: a) Bens duráveis: computa-se o número de pessoas atendidas pelo projeto ou o número de bens doados, observando-se no último caso a Portaria STJ n.49 de 28/3/2011. b) Material de consumo: computa-se a quantidade total de material doado ou a quantidade mínima de pessoas a serem beneficiadas.					
Por que medir	Para promover a responsabilidade social por meio de ações de cidadania voltadas para públicos específicos.					
Como medir	Somatório mensal das pessoas beneficiadas pelas diversas ações de cidadania.					
Resultado 2011	17.682					

Gráfico:

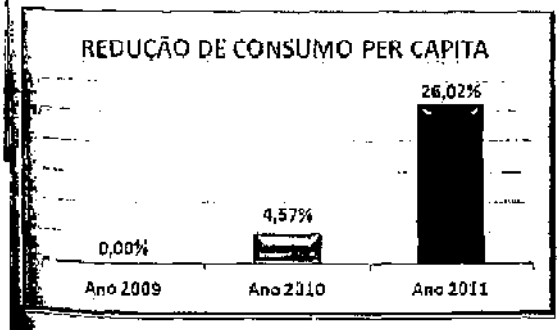


Análise: Nota-se a superação da meta em mais de 2.500 beneficiados, uma vez que o desdobramento para 2011 previa beneficiar 15 mil pessoas. Este resultado demonstra o quanto o STJ está cumprindo o seu papel de Tribunal da Cidadania.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 12.f	**Redução do consumo *per capita***					
Objetivo Estratégico	Ampliar a responsabilidade ambiental					
Meta	Reduzir em pelo menos 25% o consumo *per capita* com energia, papel e água, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	0	23%	23,5%	24%	24,5%	25%
O que mede	Mede o índice de redução do consumo *per capita* de papel, de energia elétrica e água					
Quem mede	DG/Comissão de Responsabilidade Socioambiental Secretaria de Administração e Finanças					
Quando medir	Periodicidade trimestral					
Onde medir	Energia elétrica: Contas mensais da CEB Água: Contas mensais da CAESB Papel: Controle de consumo efetuado pela área de almoxarifado Força de trabalho: Boletim Estatístico Administrativo.					
Por que medir	Para minimizar os custos com gastos de papel, energia elétrica e água.					
Como medir	**IRCP – Índice de redução de consumo *per capita*** Fórmula: IRCP = (ICP + ICE + ICA +ICC)/3 **ICP - Índice de consumo de papel** Fórmula: (1 – [(Cpac/Fttac)/(Cpaa/Fttaa)]) X 100 Informações para a fórmula: Cpac – Consumo de papel (números de resmas) no ano corrente Cpaa – Consumo de papel (números de resmas) no ano anterior **ICE - Índice de consumo de energia elétrica** Fórmula: (1 – [(Ceac/Fttac)/(Ceaa/Fttaa)]) X 100 Informações para a fórmula: Ceac – Consumo de energia (em KWh) no ano corrente Ceaa – Consumo de energia (em KWh) no ano anterior **ICA – Índice de consumo de água** Fórmula: (1 – [(Caac/Fttac)/(Caaa/Fttaa)]) X 100 Informações para a fórmula: Caac – Consumo de água (em m3) no ano corrente Caaa – Consumo de água (em m3) no ano anterior Fttac – Força de trabalho total ao final do ano corrente Fttaa – Força de trabalho total ao final do ano anterior					
Resultado 2011	26,02%					

Gráfico:



Análise: Observa-se que o indicador superou a meta prevista para 2011. Conforme reunião de análise estratégica realizada no dia 29 de junho de 2011, o indicador passou a ser calculado de acordo com o proposto pela meta prioritária n.6/2010 do CNJ, que computava a redução do consumo *per capita* nos tribunais. Ressalta-se que os dados apurados com o novo indicador ainda serão analisados em RAE.

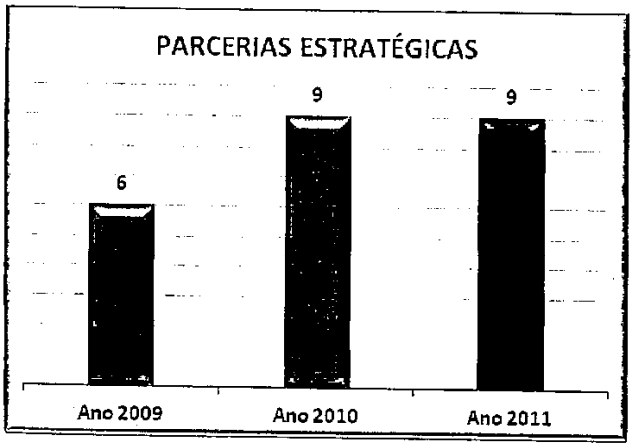
Ação corretiva: Não há.

Indicador 11.1	**Inserções institucionais na mídia**					
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação institucional					
Meta	Aumentar em 25% o número de inserções na mídia, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	51.558	5%	10%	15%	20%	25%
O que mede	Mede a quantidade de inserções promovidas pelo STJ nas diversas mídias.					
Quem mede	Secretaria de Comunicação Social - SCO					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Mídias (TV, rádio, internet, revistas, outros)					
Por que medir	Para dar maior visibilidade aos resultados alcançados e às ações promovidas pelo STJ.					
Como medir	Somatório das inserções nas mídias (NIM) **menos** total de inserções nas mídias no ano de referência (RIM) **dividido** pelo total de inserções nas mídias no ano de referência (RIM). **Fórmula:** (NIM – RIM / RIM)					
Resultado 2011	**Não mensurado.**					
Justificativa	Conforme reunião de análise estratégica realizada dia 29 de junho de 2011 e relatório de problemas para a mensuração do indicador, processo STJ 3522/2011, a mensuração está suspensa, tendo em vista a falta de contrato do clipping eletrônico *STJ na Mídia*, extinto a partir de janeiro de 2011, por decisão do Conselho de Administração do Tribunal. O indicador será adequado ou substituído após estudos desenvolvidos pela Secretaria de Comunicação Social em parceria com a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica.					

Indicador 11.2	**Matérias institucionais positivas**					
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação institucional					
Meta	Aumentar em 25% o índice de matérias positivas veiculadas pela mídia, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	47.396	5%	10%	15%	20%	25%
O que mede	Mede o percentual de matérias positivas veiculadas de forma espontânea pelas diversas mídias em relação ao total de matérias veiculadas sobre o STJ.					
Quem mede	Secretaria de Comunicação Social - SCO					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Nas diversas mídias, por meio do somatório das veiculações na TV, rádio, internet, revistas e outros.					
Por Que medir	Para monitorar a imagem do STJ perante a mídia.					
Como medir	Total de matérias positivas sobre o STJ veiculadas nas mídias (TMP) **dividido** pelo total de matérias veiculadas sobre o STJ (TMV). **Fórmula:** (TMP / TMV)					
Resultado 2011	**Não mensurado.**					
Justificativa	Conforme reunião de análise estratégica realizada dia 29 de junho de 2011 e relatório de problemas para a mensuração do indicador, processo STJ 3523/2011, a mensuração está suspensa, tendo em vista a falta de contrato do clipping eletrônico *STJ na Mídia*, extinto a partir de janeiro de 2011, por decisão do Conselho de Administração do Tribunal. O indicador será adequado ou substituído após estudos desenvolvidos pela Secretaria de Comunicação Social em parceria com a Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica.					

Indicador 10.1	**Parcerias estratégicas**					
Objetivo Estratégico	Fortalecer e harmonizar as relações institucionais					
Meta	Dobrar o número de parcerias estratégicas celebradas, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	6	7	8	9	10	12
O que mede	Total de acordos de cooperação técnica, convênios e intercâmbios celebrados entre o STJ e outras entidades, que contribuam diretamente para o cumprimento da estratégia do Tribunal.					
Quem mede	Secretaria de Administração e Finanças - SAF Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Controle de convênios/acordos de cooperação técnica firmados/Sistema Administra					
Por que medir	Para fortalecer e harmonizar as relações entre STJ e as demais entidades					
Como medir	Total de parcerias externas ao STJ que contribuam diretamente para o cumprimento da estratégica do Tribunal. São computadas as parcerias vigentes, somadas às novas parcerias firmadas no exercício.					
Resultado 2011	9					

Gráfico:

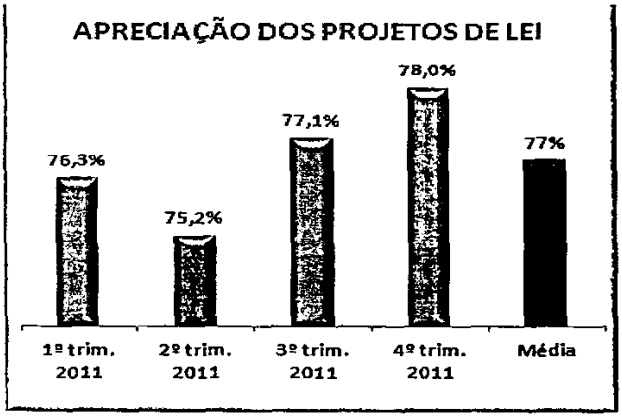


Análise: A meta prevista para 2011 era aumentar para oito o número de parcerias firmadas entre o STJ e outros órgãos. Os resultados indicam que a meta foi superada, uma vez que no período foram celebradas nove parcerias. Observa-se que nos dois últimos exercícios foi atingida, inclusive, a meta estabelecida para 2012.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 10.2	**Apreciação dos projetos de lei**					
Objetivo Estratégico	Fortalecer e harmonizar as relações institucionais					
Meta	Alcançar, no mínimo, 80% de apreciação dos projetos de interesse do STJ, até dezembro de 2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	61%	64%	68%	72%	76%	80%
O que mede	Mede o percentual médio de apreciação dos projetos de interesse do STJ nas casas do Poder Legislativo Federal.					
Quem mede	Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASP					
Quando medir	Periodicidade trimestral					
Onde medir	Planilha de acompanhamento da ASP					
Por que medir	Para assegurar a apreciação dos projetos de lei e outras proposições que visem ao aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro.					
Como medir	Somatório do percentual de apreciação dos projetos de interesse do STJ em cada casa legislativa (PAP) **dividido** pelo número de casas legislativas (NCL). **Fórmula:** (PAP / NCL)					
Resultado 2011	77%					

Gráfico:

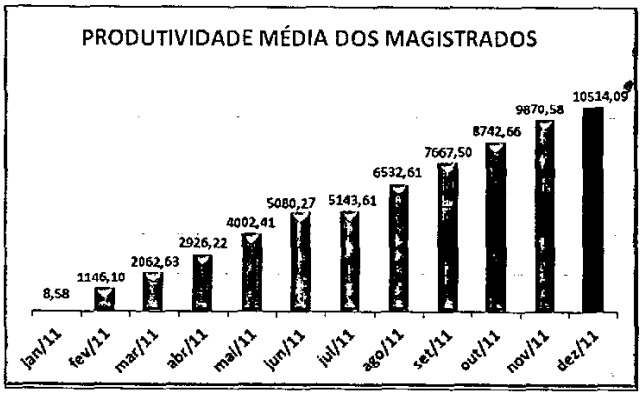


Análise: O indicador superou a meta definida para 2011 (68%) em 9%, apurando-se a média de 77% de apreciação dos projetos de lei de interesse do STJ nas casas do Legislativo Federal. O percentual médio de apreciação positiva na Câmara foi de 51,7%, no Senado de 84,2% e no Congresso de 94,2%.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 9.1	**Produtividade média dos magistrados**					
Objetivo Estratégico	Elevar a produção de julgados					
Meta	Aumentar em 15% a produtividade média dos magistrados, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	10.718	3%	7%	10%	12%	15%
O que mede	Percentual médio de processos julgados por magistrado					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	Sistema justiça					
Por que medir	Para ampliar o atendimento da demanda e evitar o acúmulo de processos no Tribunal.					
Como medir	Total de processos julgados (PJ) **dividido** pelo total de magistrados (TM). **Fórmula:** (PJ / TM)					
Resultado 2011	-1,90%					

Gráfico:

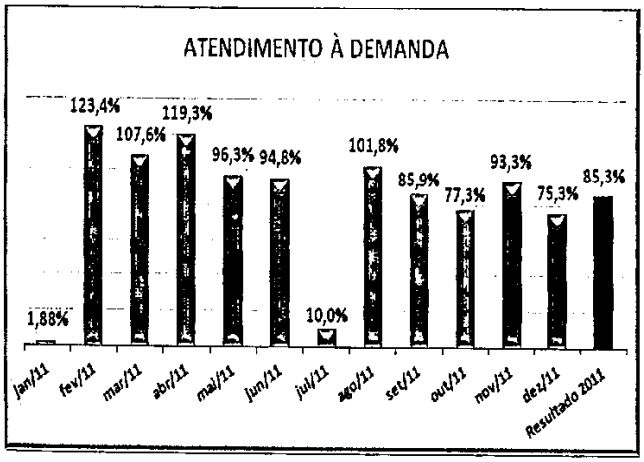


Análise: Observando-se os dados, constata-se que a meta para aumentar em 7% a produtividade média dos magistrados não foi alcançada, considerando que, em média, o número de processos julgados por magistrado ao final do exercício foi de 10.514, o que equivale a um percentual de -1,90%. Contudo, é importante ressaltar o expressivo aumento de 36% no recebimento de processos em 2011, em relação ao ano de 2010, bem como o ingresso de novos ministros no Tribunal, gerando um período de transição que impacta na produtividade dos gabinetes.

Ação corretiva: O resultado deste indicador será levado ao conhecimento dos ministros.

Indicador 9.2	**Atendimento à demanda**					
Objetivo Estratégico	Elevar a produção de julgados					
Meta	Julgar quantidade igual à de processos distribuídos no ano e parcela do estoque, anualmente, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	87,28%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%
O que mede	Mede o percentual de processos julgados em relação aos processos que entraram no Tribunal, no mesmo período.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	Sistema justiça					
Por que medir	Para verificar a capacidade do STJ de atender à demanda de processos que ingressam todos os anos e evitar o aumento do estoque.					
Como medir	Total de processos julgados (PJ) dividido pelo total de processos distribuídos (PD). **Fórmula:** PJ/PD					
Resultado 2011	85,3%					

Gráfico:

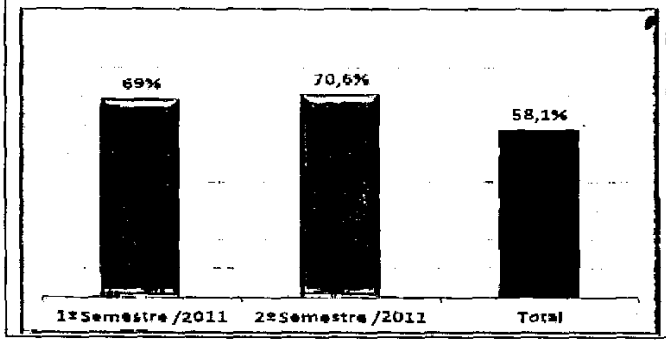


Análise: A meta de julgar mais de 100% da demanda não foi alcançada, aferindo-se ao final de 2011 o percentual de 85,3% de processos julgados em relação aos processos que entraram no Tribunal, no mesmo período. Observa-se no gráfico que em alguns meses de 2011 o STJ cumpriu a meta proposta para o ano, destacando-se os meses de fevereiro, março, abril e agosto. Em outros meses a meta ficou bem próxima de ser alcançada. Ressalta-se que os resultados de janeiro e julho ficam prejudicados em virtude do recesso forense. É importante destacar o expressivo aumento de 36% no recebimento de processos em 2011, em relação ao ano de 2010, bem como o ingresso de novos ministros no Tribunal, gerando um período de transição que impacta na produtividade dos gabinetes.

Ação corretiva: O resultado deste indicador será levado ao conhecimento dos ministros.

Indicador 8.1	**Congestionamento**					
Objetivo Estratégico	Acelerar os trâmites judiciais					
Meta	Reduzir para 30% a taxa de congestionamento, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	≈60%	60%	50%	40%	35%	30%
O que mede	Mede o índice de processos baixados em relação ao total de processos a serem julgados e ao total de processos recebidos.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade semestral					
Onde medir	Sistema Justiça					
Por que medir	Para manter um balanceamento entre a entrada e saída de processos no Tribunal, evitando a formação de estoques.					
Como medir	Total de processos baixados (PB) dividido pelo total de casos novos mais total de casos pendentes. **Fórmula:** (1 – (PB / (CN + CP)))					
Resultado 2011	58,1%					

Gráfico:

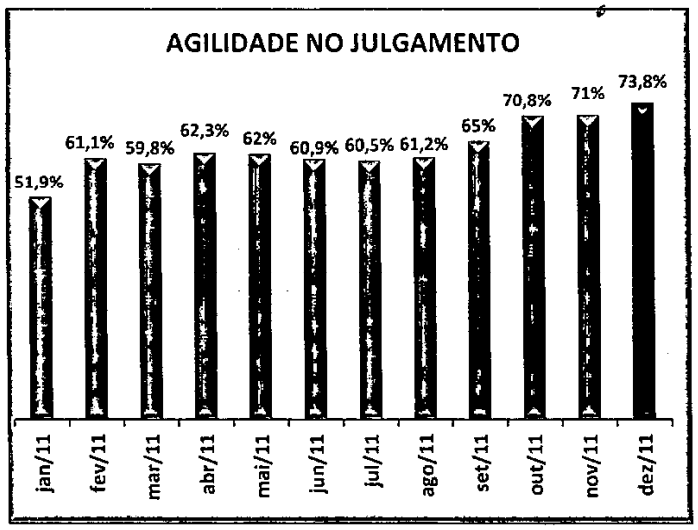


Análise: Apesar de o Tribunal ter ficado próximo da meta estipulada para 2011 (50%), ela não foi alcançada, chegando ao final do exercício com 58,1%. Atualmente, existe um estoque de mais de 192 mil processos a serem baixados.

Ação corretiva: O resultado deste indicador será levado ao conhecimento dos ministros.

Indicador 8.2	**Agilidade no julgamento**					
Objetivo Estratégico	Acelerar os trâmites judiciais					
Meta	Aumentar para 80% o percentual de processos baixados em até um ano, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	57%	60%	65%	70%	75%	80%
O que mede	Mede o percentual de processos (originários e recursais) baixados no mês, que tramitaram em até um ano.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	Sistema Justiça					
Por que medir	Para reduzir o tempo médio gasto em todas as fases de tramitação dos processos, atendendo ao dispositivo constitucional que assegura a razoável duração do processo.					
Como medir	Número de processos baixados dentro de um ano (PBA) **dividido** pelo total de processos baixados **Fórmula:** (PBA / PB)					
Resultado 2011	**73,82%**					

Gráfico:

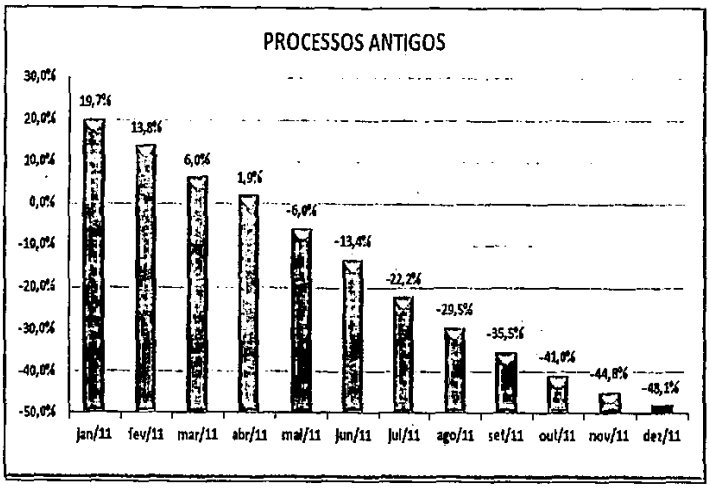


Análise: Observando o gráfico, constata-se que a meta de 2011 já foi atingida em setembro com o percentual de 65%. Em dezembro, verifica-se que o STJ superou a meta estipulada em quase 9%. Credita-se este resultado ao esforço dos Gabinetes de Ministros em aumentar o percentual de processos baixados em até um ano.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 8.3	**Processos antigos**					
Objetivo Estratégico	Acelerar os trâmites judiciais					
Meta	Reduzir em 25% o índice de processos antigos, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	28,8% 66.108	5%	10%	15%	20%	25%
O que mede	Percentual de processos antigos (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) pendentes em relação ao total de processos pendentes.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	Sistema Justiça					
Por que medir	Para verificar a capacidade do STJ de reduzir o estoque de processos antigos.					
Como medir	Número de processos antigos pendentes (PAP) **dividido** pelo total de processos pendentes (PP) **multiplicado** por 100. **Fórmula:** (PAP / PP) x 100					
Resultado 2011	-48,1%					

Gráfico:

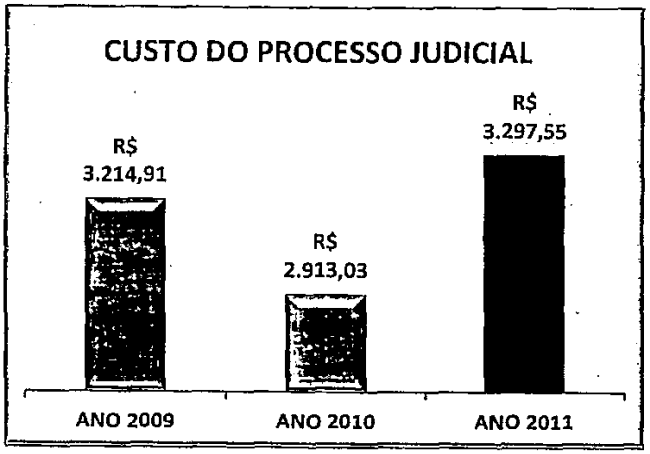


Análise: Observando o gráfico, constata-se que a meta de 2011 já foi atingida em junho com o índice -13,4% de processos antigos. Em dezembro, verifica-se que o STJ superou a meta estipulada em quase cinco vezes. Credita-se este resultado ao esforço dos Gabinetes de Ministros em julgar os processos mais antigos, conforme orientação do CNJ ao Poder Judiciário.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 7.1	**Custo do processo judicial**					
Objetivo Estratégico	Buscar a excelência na gestão					
Meta	Manter o custo do processo judicial abaixo de R$3.000,00, até dez/2014					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	R$ 3.214,91	<3.000,00	<3.000,00	<3.000,00	<3.000,00	<3.000,00
O que mede	Mede o valor médio gasto com os processos judiciais, relacionando o orçamento aplicado do tribunal ao total de baixados no período.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Administra/SIAFI/Sistema Justiça					
Por que medir	Para reduzir o custo administrativo do Tribunal, aumentando a produtividade e dando maior retorno à sociedade pelo cumprimento eficiente da função jurisdicional do STJ.					
Como medir	Despesa total (DT) **menos** inativos (IN) **menos** investimentos (INV) **mais** depreciação (DEP) **dividido** pelo total de processos baixados. Base de cálculo da depreciação: 10 % do valor total do acervo de materiais permanentes do STJ. Fonte:Relatório de Movimentação de Bens – Sistema Administra **Fórmula:** (DT – IN – INV + DEP) / PB					
Resultado 2011	R$ 3.297,55					

Gráfico:

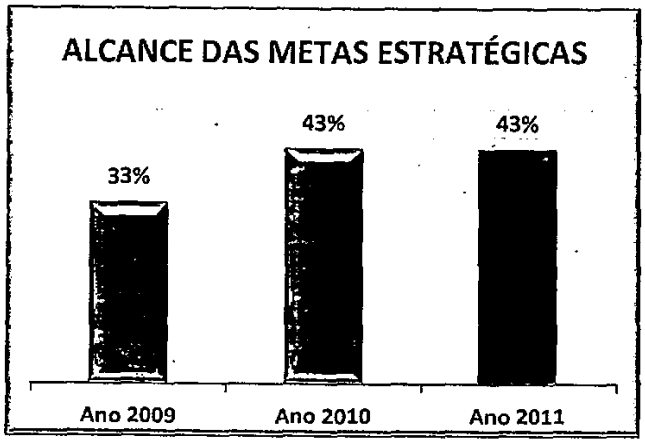


Análise: A meta estipulada era manter o custo do processo judicial abaixo de R$ 3 mil. Entretanto, o valor apurado encontra-se R$ 297,55 acima do esperado. Ressalta-se que este resultado pode ter sido influenciado pela redução dos processos baixados em 7,4%, bem como uma redução de 31% nas despesas com investimentos.

Ação corretiva: As possíveis causas desse aumento estão em análise pela área orçamentária, assunto que será discutido posteriormente em reunião de análise estratégica.

Indicador 7.2	**Alcance das metas estratégicas**					
Objetivo Estratégico:	Buscar a excelência na gestão					
Meta	Alcançar, no mínimo, 90% das metas estratégicas, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	33%	50%	60%	70%	80%	90%
O que mede	Mede o percentual de metas estratégicas cumpridas em relação ao total de metas estratégicas.					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade semestral					
Onde medir	Planilha Excel de controle de metas					
Por que medir	Para garantir o cumprimento do Plano Estratégico STJ 2014.					
Como medir	Número de metas estratégicas alcançadas no ano (MEA) **dividido** pelo total de metas estratégicas (ME). **Fórmula:** (MEA / ME)					
Resultado 2011	43%					

Gráfico:

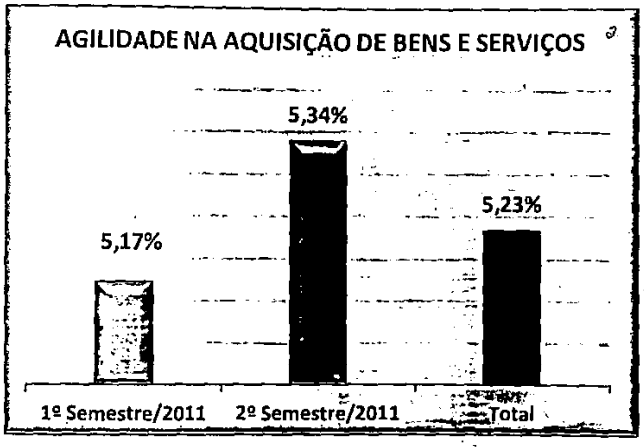


Análise: Os dados demonstram que a meta de 60% prevista para 2011 não foi alcançada, ficando a 17 pontos percentuais do resultado esperado. Analisando os dados históricos, observa-se que o índice aumentou em relação a 2009 (33%) porém manteve-se o percentual obtido em 2010. A maior parte dos indicadores que apresentaram situação crítica ao final do ano, estão relacionados à atividade judicante, e foram impactados pelo grande número de processos recursais. Ressalta-se que este resultado pode ter sido influenciado pelo expressivo aumento de 36% no recebimento de processos em 2011, em relação ao ano de 2010, bem como o ingresso de novos ministros no Tribunal, gerando um período de transição que impacta na produtividade dos gabinetes.

Ação corretiva: Discutir o assunto em reunião de análise estratégica.

Indicador 7.3	**Agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços**					
Objetivo Estratégico	Buscar a excelência na gestão					
Meta	Obter 100% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até dez/2014.					
	LB	2010	2011	2012	2013	2014
	3,3%*	60%	70%	80%	90%	100%
O que mede	Mede o percentual de processos de aquisição de bens e serviços tramitados no prazo padrão.					
Quem mede	Secretaria de Administração e Finanças – SAF					
Quando medir	Periodicidade semestral					
Onde medir	Fluxus e Administra					
Por Que medir	Para assegurar rapidez nas contratações.					
Como medir	Número de processos finalizados no prazo padrão (PFP) **dividido** pelo total de processos finalizados (PF). **Fórmula:** (PFP / PF)					
Resultado 2011	5,23%					

Gráfico:



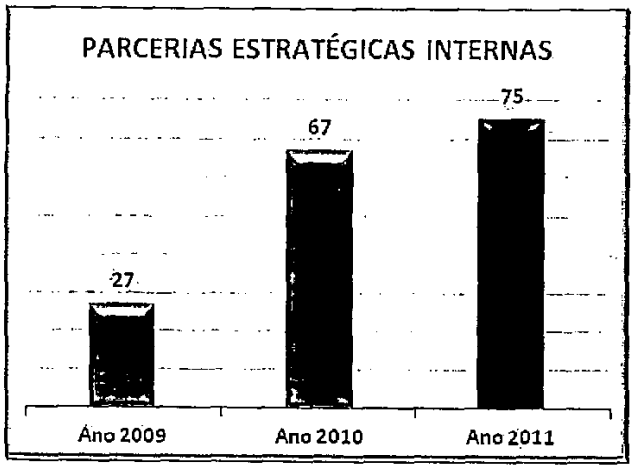
Análise: A análise do gráfico demonstra que quanto à meta estabelecida para 2011 (70%) dos processos finalizados no prazo, apenas 5,23% foram alcançados. Salienta-se que foram computados no indicador os processos relativos aos grupos 4 e 5 (cinquenta dias para convites e pregão e oito dias para dispensa e inexigibilidade), tendo em vista não constarem aquisições/contratações dos demais grupos.

Ação corretiva: O assunto será tratado em reunião de análise estratégica, visando à revisão das metas anuais referentes ao indicador.

Indicador 6.1	**Boas práticas de gestão do Poder Judiciário, aproveitadas**					
Objetivo Estratégico	Fomentar a interação e a troca de experiências no Judiciário					
Meta	Implantar pelo menos uma prática de outro Tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário, anualmente, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	-	1	1	1	1	1
O que mede	Número de iniciativas do Banco de Boas Práticas de Gestão implantadas no STJ					
Quem mede	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Informações gerenciais / Banco de Boas Práticas - CNJ / Planilha Excel CPES					
Por que medir	Para identificar e implantar boas práticas do Judiciário, visando ao aprimoramento do desempenho do STJ.					
Como medir	Número de iniciativas do Banco de Boas Práticas implantadas no ano.					
Resultado 2011	**Não mensurado**					
Justificativa	O Conselho Nacional de Justiça iniciou em 2011 uma revisão no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário que definirá uma maneira de certificar os resultados obtidos na forma de selo de qualidade, na qual atestará a efetividade da prática, conforme publicado em sua página na internet. Já está disponível no *site* do CNJ o critério de pesquisa para os itens com *status* de "Resultados validados"; entretanto, quando consultado, constatou-se que até o momento não existem práticas validadas. Considerando que o STJ utilizará, na mensuração do indicador, somente as práticas que apresentam aquele *status*, a medição do indicador está sobrestada até que as ações postadas possuam a certificação do CNJ. Ressalta-se que, no decorrer do ano de 2011, o Tribunal postou três práticas, as quais aguardam validação. São elas o Programa Atendimento de Excelência, Visitação Técnica – Conhecendo o STJ e a Cartilha Básica de Direito.					

Indicador 6.2	**Parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário**					
Objetivo Estratégico	Fomentar a interação e a troca de experiências no Judiciário					
Meta	Aumentar para 35 o número de parcerias estratégicas firmadas com o Poder Judiciário, até dez/2014					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	27 parcerias	28	30	31	33	35
O que mede	Número total de parcerias firmadas entre o STJ e os demais órgãos do Poder Judiciário, que contribuam diretamente para o cumprimento da estratégia do Tribunal.					
Quem mede	Secretaria de Administração e Finanças - SAF Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Controle de convênios/acordos de cooperação técnica firmados/Sistema Administra					
Por que medir	Para fomentar o intercâmbio entre os Tribunais, otimizar recursos e aprimorar o desempenho do STJ, com vistas ao alcance das metas estratégicas.					
Como medir	São computadas todas as parcerias estratégicas vigentes e internas ao Poder Judiciário (TPEV), **somadas** às novas parcerias estratégicas, internas ao Poder Judiciário e firmadas no exercício (TPEN). **Fórmula:** TPEV + TPEN					
Resultado 2011	75					

Gráfico:



Análise: A meta prevista para dez/2011 era de aumentar para trinta o número de parcerias firmadas com órgãos do Poder Judiciário. Os resultados indicam que a meta foi superada, uma vez que no período foram identificadas 75 parcerias, superando, inclusive, a meta estabelecida para dez/2014.

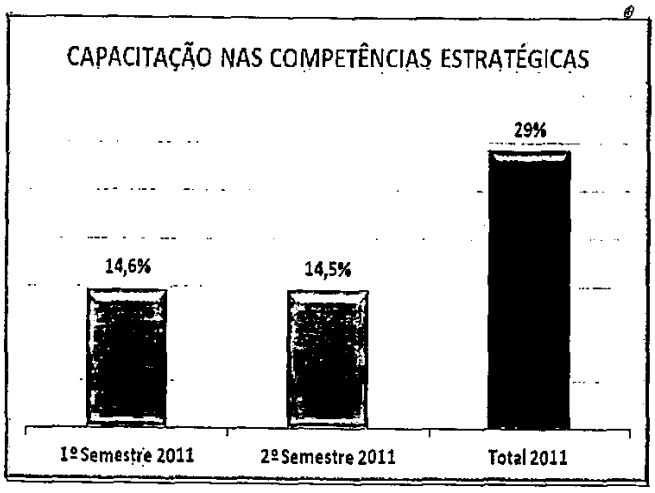
Salienta-se que foi retificada a meta alcançada em 2010, quando não se considerou a diversidade de parceiros dentro de um mesmo contrato, acordo ou termo.

Acredita-se que a meta encontra-se subestimada tendo em vista a quantidade de parcerias que foram geradas devido ao processo eletrônico. Assim, pretende-se revisar a meta em 2012.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 5.1	**Capacitação nas competências estratégicas**					
Objetivo Estratégico	Desenvolver competências					
Meta	Atingir 20% do índice de capacitação nas competências estratégicas, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	15%	18%	19%	20%	20%	20%
O que mede	Mede o percentual de servidores ativos com pelo menos vinte horas de capacitação em competências estratégicas em relação ao total de servidores.					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP					
Quando medir	Periodicidade semestral					
Onde medir	Sistema Administrativo de Recursos Humanos - SARH					
Por que medir	Para capacitar servidores com vistas ao aperfeiçoamento da execução das atividades do Tribunal, assegurando a participação em eventos de capacitação em competências estratégicas.					
Como medir	Número de servidores treinados com pelo menos vinte horas nas competências estratégicas (STC) em determinado período, dividido pelo total de servidores ativos (TSA) **Fórmula:** (STC / TSA)					
Resultado 2011	**29%**					

Gráfico:



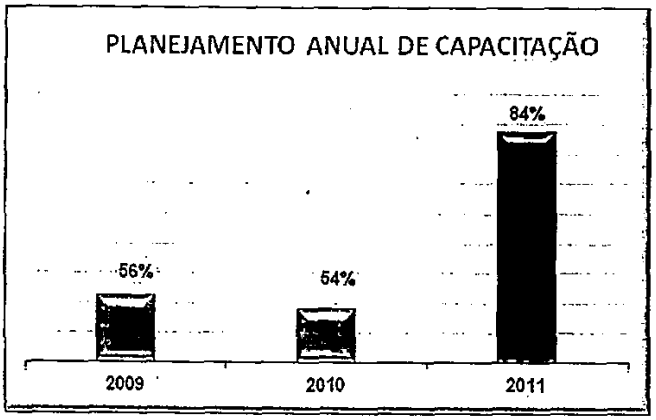
Análise: Em 2011, verifica-se que o indicador superou a meta (19%) em 10%, alcançando o índice de 29% de capacitação nas competências estratégicas.

Cabe comentar que é responsabilidade de todo o Tribunal alcançar metas de capacitação e a superação delas é influenciada fortemente pela capacidade de planejamento e acompanhamento dos gestores do Tribunal em relação ao desenvolvimento da sua equipe: ressalta-se a necessidade de envolver as unidades no alcance dessas metas. Nesse sentido são encaminhados regularmente relatórios de acompanhamentos às unidades do Tribunal.

Ação corretiva: Não há. Entretanto, os dados devem ser analisados em RAE, tendo em vista que os resultados obtidos em 2010 (25%) e 2011 (29%) superaram inclusive a meta estabelecida para 2014.

Indicador 5.2	**Planejamento Anual de Capacitação**					
Objetivo Estratégico	Desenvolver competências					
Meta	Atender 80% dos itens do Planejamento Anual de Capacitação - PAC, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	56%	70%	80%	80%	80%	80%
O que mede	Percentual de itens atendidos do Planejamento Anual de Capacitação (PAC) e do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) em relação ao total de itens do planejamento anual.					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Sistema Administrativo de Recursos Humanos - SARH					
Por que medir	Para capacitar servidores com vistas ao aperfeiçoamento da execução das atividades do Tribunal, em alinhamento ao Planejamento Anual de Capacitação do STJ.					
Como medir	Índice de atendimento do Planejamento Anual de Capacitação (IPAC) é **igual** a cursos executados (CE) **dividido** por cursos planejados no PAC e PDG (CPPP) **mais** cursos novos (CN). **Fórmula:** IPAC = [CE / (CPPP + CN)]					
Resultado 2011	**84%**					

Gráfico:



Análise: Foram executadas 84% das ações previstas no Plano Anual de Capacitação, sendo ofertadas 4.295 horas de capacitação, representadas pelas 5.364 oportunidades de capacitação.

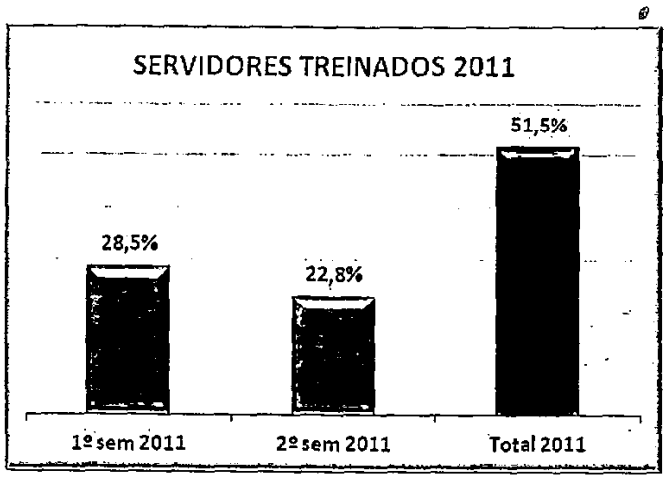
O indicador demonstra que superamos a meta projetada, o que significa que, dos 177 temas planejados, apenas 29 não foram executados.

Ressalta-se que o Plano Anual de Capacitação (PAC) é elaborado com a participação dos gestores do Tribunal, de acordo com suas demandas prioritárias, mas, ao longo do ano, algumas demandas novas surgem, bem como a necessidade de modificar o planejamento inicial. No entanto, essas atividades inicialmente não previstas são contempladas à medida que estão alinhadas com a estratégia desta Corte.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 5.3	**Servidor treinado**				
Objetivo Estratégico	Desenvolver competências				
Meta	Obter 58% de servidores treinados com mais de 16 horas, até dez/2014.				
	LB/2010	2011	2012	2013	2014
	48,14%	50%	52%	55%	58%
O que mede	Percentual do total de servidores ativos que participaram em pelo menos dezesseis horas-aula de capacitação no período. A medição deste indicador leva em consideração a medição por unidade organizacional (UO).				
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP				
Quando medir	Periodicidade semestral				
Onde medir	Sistema Administrativo de Recursos Humanos – SARH				
Por que medir	Para aperfeiçoar a execução das atividades de cada área do Tribunal, assegurando oportunidades constantes de treinamento aos servidores.				
Como medir	Número de servidores com mais de dezesseis horas-aula de capacitação em determinado período (TSAC) **dividido** pelo total de servidores ativos (TSA). **Fórmula:** (TSAC / TSA)				
Resultado 2011	51,5%				

Gráfico:



Análise: Atribui-se esse resultado à implementação de ações a distância com a criação do Núcleo de Ensino a Distância (NEAD) e a possibilidade de oferecer capacitação no formato a distância para os servidores do Tribunal de forma a otimizar as oportunidades de capacitação ofertadas no período.

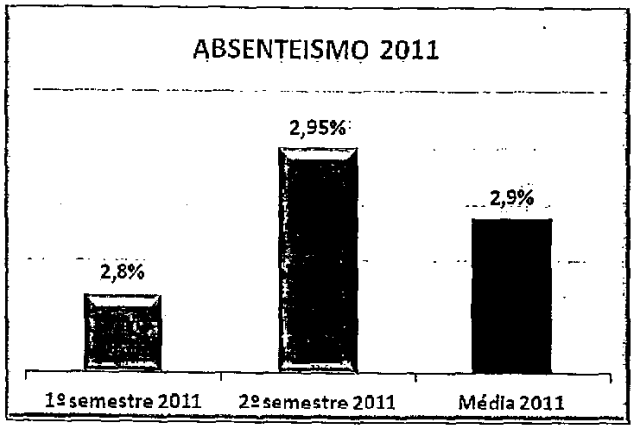
Ressalta-se que, para que esta meta continue crescendo, faz-se necessário o contínuo comprometimento de cada gerente com a capacitação de sua equipe, identificando e estimulando os servidores a participar de capacitação conforme a necessidade da unidade.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 4.1	**Satisfação do servidor/clima organizacional**					
Objetivo Estratégico	Melhorar o clima organizacional					
Meta	Obter 80% de satisfação do servidor com o clima, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	-	70,21%	-	77%	-	80%
O que mede	Mede o grau de satisfação das pessoas com a organização STJ.					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP					
Quando medir	Periodicidade bianual					
Onde medir	Pesquisa temporária disponibilizada na intranet do STJ.					
Por que medir	Para alcançar a excelência no nível de satisfação dos servidores com as condições de trabalho na organização.					
Como medir	Soma das médias dos itens avaliados positivamente (MIAP) **dividido** pelo total de itens da pesquisa de clima organizacional (IPCO) **multiplicado** por 100. **Fórmula:** (MIAP / IPCO) x 100					
Resultado 2011	**Não mensurado**					
Justificativa	Este indicador é medido a cada dois anos, tempo considerado razoável para que a organização execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição. A última avaliação, entretanto, havia sido realizada em 2007, com metodologia diferente da que foi utilizada em 2010, motivo que dificulta comparações entre os percentuais. Em 2010, o indicador foi apurado em 70,21%, índice considerado como regular pela consultoria contratada para aferi-lo. Os maiores índices médios de satisfação foram para os seguintes fatores: identidade e compromisso – 86,85%; engajamento – 78,10%; qualidade de vida no trabalho – 74,43%. Já os menores índices foram para estes fatores: desenvolvimento profissional – 56,65%; espírito de equipe – 58,00%; comunicação - 61,44%.					

Indicador 4.2	**Absenteísmo**					
Objetivo Estratégico	Melhorar o clima organizacional					
Meta	Manter o absenteísmo abaixo de 2%, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	2,13%	<2%	<2%	<2%	<2%	<2%
O que mede	Mede o percentual de ausências dos servidores lotados em uma unidade, em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal.					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP					
Quando medir	Periodicidade semestral					
Onde medir	Sistema Administrativo de Recursos Humanos - SARH Frequência dos servidores – SGP Licenças de saúde – SIS					
Por que medir	Para permitir o adequado planejamento de estratégias de prevenção e controle das ocorrências que acometem os servidores com maior frequência.					
Como medir	Dias de ausências dos servidores lotados (DASL)* **dividido** pelos dias de lotação dos servidores**, (DLS). **Fórmula:** (DASL / DLS) * Ausências consideradas para o cálculo: falta injustificada, falta justificada, licença tratamento de saúde, licença benefício acidente em serviço e licença doença família. ** Dias corridos (total de dias do ano).					
Resultado 2011	2,9%					

Gráfico:



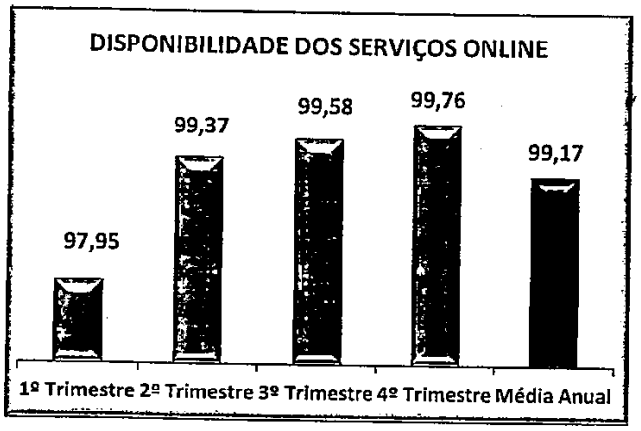
Análise: O aumento do índice de absenteísmo, por licença de doenças osteomusculares, acompanhamento de pessoas da família e doenças respiratórias observado em 2010, continuou neste exercício. Contudo, percebe-se o aumento do número de atestados e não dos dias afastados na mesma proporção.

Ação corretiva: Novas ações preventivas e de promoção de saúde serão implantadas na área de doenças osteomusculares e na avaliação de dados junto à área de gestão de pessoas a fim de reduzir esse índice.
Pretende-se realizar uma análise mais acurada do indicador para verificar possíveis causas gerenciais ou de relação com o ponto biométrico, submetendo posteriormente à reunião de análise estratégica.

Indicador 3.1	**Aderência às metas do PETI**					
Objetivo Estratégico	Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI					
Meta	Alcançar 85% das metas do PETI – Planejamento Estratégico de TI, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	60%	65%	70%	75%	80%	85%
O que mede	Percentual de metas alcançadas em relação ao total de metas do PETI					
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Sistema de acompanhamento de metas da STI					
Por que medir	Para garantir a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.					
Como medir	Número de metas alcançadas **dividido** pelo total de metas do PETI **Fórmula:** (MA / MPETI)					
Resultado 2011	**Não mensurado.**					
Justificativa	Durante o exercício de 2011, em conformidade com seu Plano de Ações, a STI elaborou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI) 2011-2014, à luz do Plano Estratégico Institucional do STJ para o quinquênio 2010-2014 e da supracitada Resolução CNJ n. 99. O PETI 2011-2014 encontra-se concluído e sob a análise do Gabinete do Secretário-Geral da Presidência para encaminhamento ao Conselho de Administração do STJ com vistas à aprovação, conforme consta no Processo STJ 4940/2011. Em vista do cenário apresentado, ainda não teve início o ciclo de medição e acompanhamento das metas e indicadores definidos.					

Indicador 3.2	**Disponibilidade dos serviços *online***					
Objetivo Estratégico	Garantir a disponibilidade dos sistemas *online*					
Meta	Manter a disponibilidade dos serviços *online* acima de 98%, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	94%	95%	>98%	>98%	>98%	>98%
O que mede	Mede a média de disponibilidade dos serviços *online* em relação ao tempo total do período.					
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI					
Quando medir	Periodicidade trimestral					
Onde medir	Sistema de acompanhamento de metas da STI					
Por que medir	Para garantir a disponibilidade dos sistemas *online* à execução da estratégia.					
Como medir	Tempo de indisponibilidade de sistemas (TIS) **dividido** pelo tempo total do período (TP). **Fórmula:** 1 - (TIS / TP)					
Resultado 2011	**99,17%**					

Gráfico:



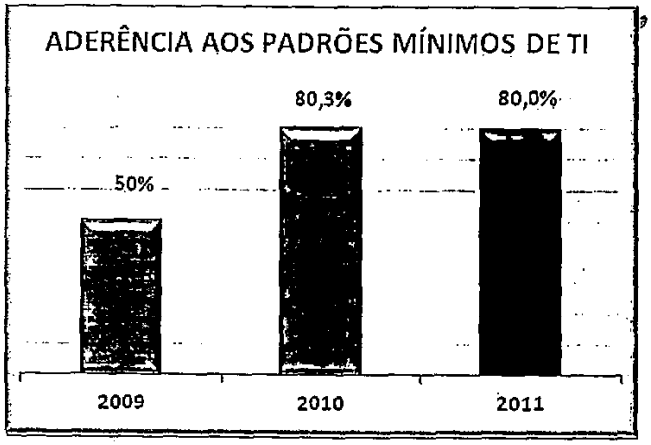
Análise: Em decorrência da superação da meta estimada de 95% no exercício de 2010 e da manutenção desse índice em percentual superior a 95% no 1° trimestre de 2011, foi apresentada, em reunião realizada no dia 27/6/2011 entre a AMG e a STI, a proposta de alteração para 98% da meta 2011 a 2014 para este índice de disponibilidade. Tal proposta foi aprovada pelos gestores da STI em 26/7/2011.

Dessa forma, os dados demonstram que a meta de 98% de disponibilidade de sistemas *online*, aprovada para este exercício de 2011, foi superada em 1,76%. Trata-se de indicador apurado trimestralmente e, no decorrer dos quatro trimestres do ano, constatou-se gradual incremento em seu valor.

Ação corretiva: Não há.

Indicador 2.1	**Aderência aos padrões mínimos de TI**					
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais					
Meta	Atender 100% dos padrões mínimos de TI, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	50%	60%	70%	80%	90%	100%
O que mede	Mede o percentual entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução n. 90 do CNJ.					
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Sistema de acompanhamento de metas da STI					
Por Que medir	Para prover os recursos materiais e tecnológicos que permitam o bom desempenho das unidades do STJ.					
Como medir	Número de itens atendidos (IA) **dividido** pelo total de itens especificados na Resolução n. 90/CNJ (IR). **Fórmula:** (IA / IR)					
Resultado 2011	**80%**					

Gráfico:



Análise: A meta para 2011 era atender 70% dos padrões mínimos de TI, especificados na Resolução n. 90 do CNJ, e foi superada em dez pontos percentuais. Vale ressaltar que o resultado é obtido pelo atendimento de 36 dos 45 itens apresentados na resolução supracitada.

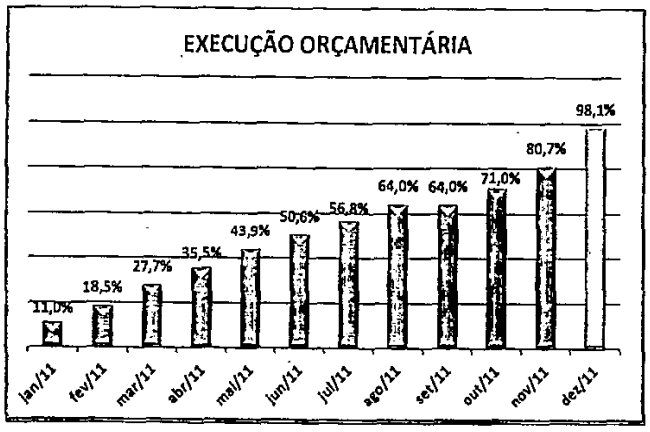
Ação corretiva: Não há.

Indicador 2.2	**Condições de trabalho**					
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais					
Meta	Atender 90% dos itens da Norma Regulamentadora 17 sobre condições de trabalho ideais, aplicáveis ao STJ, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	37,5%	50%	60%	70%	80%	90%
O que mede	Mede o percentual entre os itens atendidos da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, em relação ao total de itens.					
Quem mede	Serviços Integrados de Saúde - SIS					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Tabela de controle da SIS					
Por que medir	Para garantir as condições mínimas de trabalho ao bom desempenho dos servidores do STJ, conforme NR 17 do MTE.					
Como medir	Número de itens da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, aplicáveis ao STJ (INRA) **dividido** pelo total de itens aplicáveis (IAP). **Fórmula:** (INRA / IAP)					
Resultado 2011	**Não mensurado**					
Justificativa	Tendo em vista a impossibilidade de mensurar o indicador pela inexistência de levantamento atualizado indicando os itens atendidos da NR 17 do MTE, conforme processo STJ 3545/2011, a tarefa não foi realizada em 2011. Para viabilizar seu levantamento em 2012, contactou-se a UnB, valendo-se do Acordo de Cooperação n 001/2010.					

Indicador 1.1	**Execução do orçamento estratégico**					
Objetivo Estratégico	Assegurar e gerir recursos orçamentários					
Meta	Alcançar 90% de execução orçamentária das iniciativas estratégicas, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	78%	80%	82%	85%	87%	90%
O que mede	Mede o percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.					
Quem mede	Secretaria de Administração e Finanças - SAF					
Unidade diretamente responsável	Secretaria de Administração e Finança – SAF Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica - AMG					
Contribui para o alcance da meta	Todas as unidades do Tribunal gestoras de projetos estratégicos					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Sistema Orçamentário - SAF Planilha de controle de execução do orçamento estratégico - CPES					
Por que medir	Para garantir a execução do orçamento destinado às iniciativas estratégicas.					
Como medir	Valor executado nas iniciativas estratégicas (VE) **dividido** pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VD). **Fórmula:** (VE / VD)					
Resultado 2011	**Não mensurado**					
Justificativa	A mensuração ficou prejudicada em 2011, tendo em vista que a priorização dos projetos estratégicos por parte da Administração ocorreu somente na 5ª RAE, em novembro e dezembro de 2011. Ressalta-se que das 24 iniciativas que constam da Carteira de Projetos Estratégicos do STJ, dez entraram na fase de execução.					

Indicador 1.2	**Execução orçamentária**					
Objetivo Estratégico	Assegurar e gerir recursos orçamentários					
Meta	Alcançar 100% de execução orçamentária, anualmente, até dez/2014.					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	99,12%	100%	100%	100%	100%	100%
O que mede	Mede o percentual da execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, acrescido dos créditos suplementares. Exclui precatórios.					
Quem mede	Secretaria de Administração e Finanças - SAF					
Unidade diretamente responsável	Secretaria de Administração e Finança - SAF					
Quando medir	Periodicidade mensal					
Onde medir	SIAFI O índice é calculado com base na dotação disponibilizada em relação à despesa empenhada, excluindo-se os precatórios.					
Por que medir	Para assegurar a eficiência da organização na aplicação dos recursos consignados ao Tribunal no Orçamento Geral da União.					
Como medir	Total do orçamento aplicado (TAO) **dividido** pela dotação orçamentária autorizada (TO). **Fórmula:** (TAO / TO)					
Resultado 2011	98,1%					

Gráfico:



Análise: A execução orçamentária do Tribunal ficou a 1,9 ponto percentual da meta prevista para 2011. Vale ressaltar que a execução está mais uniformemente distribuída em relação aos anos anteriores, quando se verificava um volume concentrado nos últimos meses do exercício.

Ação corretiva: Não há.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final em 31/12/2010	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo final em 31/12/2011
050001	00017820618	43,14	43,14	0	0
050001	00024721123	108,04	108,04	0	0
050001	00029971187	67.777,50	67.777,50	0	0
050001	00200760106	22.655,98	22.655,98	0	0
050001	00247851647	44,33	44,33	0	0
050001	00323438172	22.655,98	22.655,98	0	0
050001	00326467122	93,3	93,3	0	0
050001	00439274168	22.655,98	22.655,98	0	0
050001	00471051942	57,58	57,58	0	0
050001	00695346083	42,69	42,69	0	0
050001	00782457100	76,58	76,58	0	0
050001	00803762402	80,35	80,35	0	0
050001	00992856493	21,29	21,29	0	0
050001	01178084159	43,77	43,77	0	0
050001	01233993607	44,03	44,03	0	0
050001	01243192623	100,74	100,74	0	0
050001	01421228661	53,03	53,03	0	0
050001	01449548180	49,34	49,34	0	0
050001	01465127747	116,23	116,23	0	0
050001	01654300799	114,87	114,87	0	0
050001	01873965400	23,65	23,65	0	0
050001	02352249104	1.732,36	1.732,36	0	0
050001	02456946413	22,16	22,16	0	0
050001	03005682153	8.373,51	8.373,51	0	0
050001	03174843626	10,61	10,61	0	0
050001	03230847458	22,28	22,28	0	0
050001	03396460120	3.650,77	3.650,77	0	0
050001	03410830464	97,07	97,07	0	0
050001	04458619675	191,44	191,44	0	0
050001	05496675120	5.364,39	5.364,39	0	0
050001	05962439104	39.192,75	39.192,75	0	0
050001	06627420104	3.352,89	3.352,89	0	0
050001	06657265115	5.074,50	5.074,50	0	0
050001	07428049334	22.042,67	22.042,67	0	0
050001	07461240153	22.655,98	22.655,98	0	0

050001	08451303153	2.672,21	2.672,21	0	0
050001	08472548104	22.655,98	22.655,98	0	0
050001	08491512799	218,16	218,16	0	0
050001	08841567708	16,71	16,71	0	0
050001	09069879115	2.077,37	2.077,37	0	0
050001	09527294746	21,53	21,53	0	0
050001	09657886104	41.822,67	41.822,67	0	0
050001	09708707368	62.053,56	62.053,56	0	0
050001	09928405115	3.243,43	3.243,43	0	0
050001	10174001134	22.655,98	22.655,98	0	0
050001	11260190110	17.234,17	17.234,17	0	0
050001	11365145115	2.355,15	2.355,15	0	0
050001	11387793187	2.041,18	2.041,18	0	0
050001	11426411120	3.270,34	3.270,34	0	0
050001	11645059120	702,41	702,41	0	0
050001	11864656115	3.722,01	3.722,01	0	0
050001	12049743149	103.315,55	103.315,55	0	0
050001	13885913836	165,03	165,03	0	0
050001	14406675191	104.909,83	104.909,83	0	0
050001	14441870159	37.775,56	37.775,56	0	0
050001	14472155168	29.774,14	29.774,14	0	0
050001	14591537153	13.638,92	13.638,92	0	0
050001	14636522168	7.285,97	7.285,97	0	0
050001	14765446034	169.918,93	169.918,93	0	0
050001	14910048863	43,77	43,77	0	0
050001	15122409153	22.464,45	22.464,45	0	0
050001	15281310100	22.655,98	22.655,98	0	0
050001	15285804191	3.322,92	3.322,92	0	0
050001	15297462134	20.862,50	20.862,50	0	0
050001	15394204187	3.595,13	3.595,13	0	0
050001	15958906100	2.595,95	2.595,95	0	0
050001	16323009153	2.153,96	2.153,96	0	0
050001	17022295808	162,49	162,49	0	0
050001	18218997172	128,65	128,65	0	0
050001	18224199134	254,61	254,61	0	0
050001	18320805104	65.635,44	65.635,44	0	0
050001	18367488172	132,58	132,58	0	0
050001	18443575115	9.471,36	9.471,36	0	0
050001	18620361791	3.268,08	3.268,08	0	0
050001	18651747187	30,35	30,35	0	0
050001	19176201600	169.086,58	169.086,58	0	0
050001	19337060400	1.687,96	1.687,96	0	0
050001	19726600120	3.307,72	3.307,72	0	0
050001	21412987172	10,75	10,75	0	0
050001	22064362134	3.246,04	3.246,04	0	0
050001	22125450100	2.350,07	2.350,07	0	0
050001	22125450100	529.305,21	529.305,21	0	0
050001	22236260172	3.783,53	3.783,53	0	0

050001	22285504187	6.091,61	6.091,61	0	0
050001	22405881870	50,37	50,37	0	0
050001	22589970110	3.681,35	3.681,35	0	0
050001	22803394120	3.669,75	3.669,75	0	0
050001	23890150187	57,68	57,68	0	0
050001	23992263134	223.195,29	223.195,29	0	0
050001	24492043187	177,73	177,73	0	0
050001	24758647100	873,66	873,66	0	0
050001	24844187104	315,62	315,62	0	0
050001	25605081845	77,01	77,01	0	0
050001	25879332187	3.266,36	3.266,36	0	0
050001	26218496520	41,06	41,06	0	0
050001	26540703104	11.885,46	11.885,46	0	0
050001	26701898149	6.632,18	6.632,18	0	0
050001	26707888153	3.709,25	3.709,25	0	0
050001	27082903120	16.572,26	16.572,26	0	0
050001	27736398801	21,57	21,57	0	0
050001	28016165168	3.874,97	3.874,97	0	0
050001	28498704120	5,3	5,3	0	0
050001	28712455172	3.132,02	3.132,02	0	0
050001	28720221800	22,28	22,28	0	0
050001	28720814100	5.305,75	5.305,75	0	0
050001	29002907168	15,64	15,64	0	0
050001	29282284115	3.330,13	3.330,13	0	0
050001	29775833191	23,74	23,74	0	0
050001	30985544104	54,64	54,64	0	0
050001	31005179115	118,6	118,6	0	0
050001	31020216115	417,97	417,97	0	0
050001	31684130115	1.964,40	1.964,40	0	0
050001	31716512115	3.722,01	3.722,01	0	0
050001	32491158191	1.402,03	1.402,03	0	0
050001	32639279149	93,32	93,32	0	0
050001	32986696104	554,27	554,27	0	0
050001	33501254172	3.906,28	3.906,28	0	0
050001	33914001100	138,39	138,39	0	0
050001	34023283304	54,34	54,34	0	0
050001	34209956520	9.657,70	9.657,70	0	0
050001	34338136120	1.107,94	1.107,94	0	0
050001	34389725149	6.214,20	6.214,20	0	0
050001	34430210187	536,5	536,5	0	0
050001	35184485104	3.232,26	3.232,26	0	0
050001	36150770672	110,84	110,84	0	0
050001	36510858134	114,87	114,87	0	0
050001	36679038120	2.132,96	2.132,96	0	0
050001	36882224153	3.242,62	3.242,62	0	0
050001	36888028100	5.645,04	5.645,04	0	0
050001	37200143120	264,67	264,67	0	0
050001	37228455134	364,76	364,76	0	0

050001	37333283100	3.345,11	3.345,11	0	0
050001	37356100134	3.329,41	3.329,41	0	0
050001	37962663120	4.468,60	4.468,60	0	0
050001	38958155191	147,28	147,28	0	0
050001	39521885904	57,57	57,57	0	0
050001	39675718820	265,02	265,02	0	0
050001	39687473487	3.578,33	3.578,33	0	0
050001	39888843168	50	50	0	0
050001	41023919168	366,53	366,53	0	0
050001	41639464115	465	465	0	0
050001	41648897134	53,21	53,21	0	0
050001	42054141291	103,72	103,72	0	0
050001	42659850330	127,7	127,7	0	0
050001	42823277153	8.605,82	8.605,82	0	0
050001	42899621149	27.155,82	27.155,82	0	0
050001	43046266391	134,47	134,47	0	0
050001	44036728504	13.549,05	13.549,05	0	0
050001	44312954100	16,1	16,1	0	0
050001	44413181115	47,73	47,73	0	0
050001	46179747172	3.919,06	3.919,06	0	0
050001	46240217115	3.367,61	3.367,61	0	0
050001	46254285134	6.631,58	6.631,58	0	0
050001	46481869749	3.325,07	3.325,07	0	0
050001	47174536115	44,66	44,66	0	0
050001	47816368100	81,58	81,58	0	0
050001	47906286715	38.201,22	38.201,22	0	0
050001	48037613100	5,3	5,3	0	0
050001	48278475172	3.317,29	3.317,29	0	0
050001	48442011153	113,66	113,66	0	0
050001	49052926115	6.166,10	6.166,10	0	0
050001	49061356172	451,95	451,95	0	0
050001	49280635115	143,37	143,37	0	0
050001	49300857134	3.579,47	3.579,47	0	0
050001	49493477134	271,28	271,28	0	0
050001	50510002153	3.246,70	3.246,70	0	0
050001	50522760104	3.281,97	3.281,97	0	0
050001	50550144153	162,24	162,24	0	0
050001	50552449172	69,77	69,77	0	0
050001	52362159191	60,11	60,11	0	0
050001	52384187104	115,44	115,44	0	0
050001	52390853153	209,45	209,45	0	0
050001	52413713115	22,28	22,28	0	0
050001	52420205120	53,21	53,21	0	0
050001	53240170191	5.247,87	5.247,87	0	0
050001	53532600315	93,3	93,3	0	0
050001	53894278153	2.417,28	2.417,28	0	0
050001	54805350997	114,87	114,87	0	0
050001	55339921115	189,07	189,07	0	0

050001	55369928134	261,51	261,51	0	0
050001	55375766191	137,54	137,54	0	0
050001	55400914187	72,14	72,14	0	0
050001	55404154187	402,12	402,12	0	0
050001	55605168134	750,63	750,63	0	0
050001	55685137168	149,38	149,38	0	0
050001	55687695168	149,37	149,37	0	0
050001	56382022187	62,1	62,1	0	0
050001	57323054168	109,74	109,74	0	0
050001	57363854149	3.221,59	3.221,59	0	0
050001	57816980191	21,57	21,57	0	0
050001	58529276000	21,57	21,57	0	0
050001	58610367134	16.788,60	16.788,60	0	0
050001	58731210104	607,66	607,66	0	0
050001	59313730472	39,76	39,76	0	0
050001	60202564134	57,59	57,59	0	0
050001	60220155100	29,56	29,56	0	0
050001	60557729149	139,6	139,6	0	0
050001	60562765115	22,28	22,28	0	0
050001	60631015191	6.535,93	6.535,93	0	0
050001	60657995134	5,57	5,57	0	0
050001	60665254172	111,32	111,32	0	0
050001	61011673134	97,07	97,07	0	0
050001	61064475604	13.687,98	13.687,98	0	0
050001	61130974120	145,55	145,55	0	0
050001	61141372134	138,98	138,98	0	0
050001	61928950159	177,23	177,23	0	0
050001	62084321115	69,15	69,15	0	0
050001	63402718120	302,46	302,46	0	0
050001	63506572172	180,82	180,82	0	0
050001	63531917153	141,19	141,19	0	0
050001	63570777120	21,57	21,57	0	0
050001	63586002572	151,45	151,45	0	0
050001	64468852372	87,73	87,73	0	0
050001	64632342149	253,55	253,55	0	0
050001	64770826168	187,1	187,1	0	0
050001	64798682187	270,76	270,76	0	0
050001	64835740882	6.448,47	6.448,47	0	0
050001	65847962134	106,48	106,48	0	0
050001	65856260104	201,45	201,45	0	0
050001	66658128120	297,43	297,43	0	0
050001	68057016604	13.846,65	13.846,65	0	0
050001	68699557515	280,73	280,73	0	0
050001	68861338100	33,43	33,43	0	0
050001	68967225172	21,58	21,58	0	0
050001	69023247191	85,92	85,92	0	0
050001	69152063100	21,57	21,57	0	0
050001	69215545115	114,33	114,33	0	0

050001	69326843149	93,3	93,3	0	0
050001	69404704172	83,88	83,88	0	0
050001	69479810182	59,94	59,94	0	0
050001	69486271100	104,97	104,97	0	0
050001	69581037187	21,53	21,53	0	0
050001	69646872115	29,56	29,56	0	0
050001	69887063134	25,16	25,16	0	0
050001	69903085168	82,15	82,15	0	0
050001	69982252100	143,01	143,01	0	0
050001	70090360125	50,37	50,37	0	0
050001	70102350159	305,28	305,28	0	0
050001	70155593153	74,64	74,64	0	0
050001	70515050687	407,85	407,85	0	0
050001	70824231104	21,53	21,53	0	0
050001	70836043120	14.302,80	14.302,80	0	0
050001	70836043120	13.005,45	13.005,45	0	0
050001	70836043120	19.025,36	19.025,36	0	0
050001	70883343134	124,6	124,6	0	0
050001	71015760520	259,17	259,17	0	0
050001	71142320120	27,86	27,86	0	0
050001	71283242168	21,57	21,57	0	0
050001	71341609120	479,78	479,78	0	0
050001	71359125191	44,73	44,73	0	0
050001	71449191134	258,36	258,36	0	0
050001	71877118168	16,71	16,71	0	0
050001	72671092849	5.512,45	5.512,45	0	0
050001	72689102153	87,73	87,73	0	0
050001	72721537172	39,29	39,29	0	0
050001	74661272315	97,07	97,07	0	0
050001	76281361172	44,32	44,32	0	0
050001	76628809153	539,22	539,22	0	0
050001	76824390330	64,18	64,18	0	0
050001	76990036168	22,15	22,15	0	0
050001	77007204104	255,11	255,11	0	0
050001	77100638100	151,25	151,25	0	0
050001	78403391153	162,24	162,24	0	0
050001	78752701115	169,57	169,57	0	0
050001	79136915572	27,86	27,86	0	0
050001	79342574149	296,62	296,62	0	0
050001	79348106104	229,77	229,77	0	0
050001	79380190115	44,93	44,93	0	0
050001	79418589168	138,17	138,17	0	0
050001	79760902168	27,86	27,86	0	0
050001	80111262100	110,83	110,83	0	0
050001	80295509104	52,25	52,25	0	0
050001	80546811191	102,31	102,31	0	0
050001	80752640100	166,57	166,57	0	0
050001	80785662120	380,02	380,02	0	0

050001	81183968191	21,21	21,21	0	0
050001	81576072134	44,06	44,06	0	0
050001	81639651187	71,01	71,01	0	0
050001	81862105120	109,13	109,13	0	0
050001	81879628104	616,36	616,36	0	0
050001	82310459100	72,57	72,57	0	0
050001	82427682187	163,51	163,51	0	0
050001	82527245153	123,01	123,01	0	0
050001	82527580106	77,95	77,95	0	0
050001	82816654168	110,46	110,46	0	0
050001	82875332104	119,36	119,36	0	0
050001	83205632320	33,42	33,42	0	0
050001	83700218168	314,11	314,11	0	0
050001	83753257168	162,71	162,71	0	0
050001	83888969115	16,71	16,71	0	0
050001	84193891100	70,51	70,51	0	0
050001	84378239191	22,15	22,15	0	0
050001	84383097120	288,52	288,52	0	0
050001	84441410115	43,5	43,5	0	0
050001	84804424172	45,03	45,03	0	0
050001	85421693104	335,52	335,52	0	0
050001	85519910197	76,58	76,58	0	0
050001	85590819172	16,71	16,71	0	0
050001	85612146191	22,28	22,28	0	0
050001	85734896187	21,57	21,57	0	0
050001	86336541134	23,65	23,65	0	0
050001	86337688104	43,35	43,35	0	0
050001	86597370759	217,01	217,01	0	0
050001	86599011500	154,77	154,77	0	0
050001	86907565153	43,77	43,77	0	0
050001	87112973104	100,72	100,72	0	0
050001	87418681100	80,53	80,53	0	0
050001	87430525172	109,26	109,26	0	0
050001	87434512172	86,87	86,87	0	0
050001	87456273120	85,05	85,05	0	0
050001	87457091149	160,24	160,24	0	0
050001	87467518153	80,89	80,89	0	0
050001	87478196187	108,03	108,03	0	0
050001	87653222668	53,21	53,21	0	0
050001	87999587168	266,48	266,48	0	0
050001	88107000153	131,46	131,46	0	0
050001	88186164120	46,43	46,43	0	0
050001	88186245120	106,68	106,68	0	0
050001	88220672153	10,87	10,87	0	0
050001	88541428168	54,04	54,04	0	0
050001	88585468149	103,57	103,57	0	0
050001	88745740100	164,04	164,04	0	0
050001	88758656120	49,34	49,34	0	0

050001	88983587172	42,58	42,58	0	0
050001	89669681120	70,28	70,28	0	0
050001	89858484100	199,11	199,11	0	0
050001	90006127134	129,48	129,48	0	0
050001	90452437172	163,75	163,75	0	0
050001	90485726149	26,87	26,87	0	0
050001	90584945868	37.693,42	37.693,42	0	0
050001	91154936104	21,57	21,57	0	0
050001	91784131172	108,94	108,94	0	0
050001	91801427100	283,77	283,77	0	0
050001	91929270500	22,16	22,16	0	0
050001	91960320149	21,58	21,58	0	0
050001	92188737172	82,15	82,15	0	0
050001	92546919172	114,87	114,87	0	0
050001	92581927100	109,14	109,14	0	0
050001	93061510559	33,43	33,43	0	0
050001	93274904520	91,5	91,5	0	0
050001	93557868591	21,57	21,57	0	0
050001	93929366134	97,07	97,07	0	0
050001	94547629587	49,07	49,07	0	0
050001	95215840687	78,65	78,65	0	0
050001	95591460178	47,73	47,73	0	0
050001	95673911149	21,57	21,57	0	0
050001	96228431153	26,24	26,24	0	0
050001	96704632115	15,91	15,91	0	0
050001	97378313068	87,73	87,73	0	0
050001	97604836100	27,86	27,86	0	0
050001	97991155749	103,57	103,57	0	0
050001	99190680120	53,03	53,03	0	0

Razões e Justificativas: Valor inserido de conformidade com a macro-função do SIAFI 02.11.40.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
212152200	**OBRIG.TRIBUT. POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS**				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo final em 31/12/2010**	**Movimento devedor**	**Movimento credor**	**Saldo final**
050001	004884780001/02	2.046,80	2.046,80	0	0
050001	004884780001/02	308,45	308,45	0	0
050001	004884780001/02	681,56	681,56	0	0
050001	004884780001/02	144,23	144,23	0	0
050001	004884780001/02	1.064,03	1.064,03	0	0
050001	004884780001/02	212,32	212,32	0	0
050001	004884780001/02	530,81	530,81	0	0
050001	004884780001/02	722,25	722,25	0	0
050001	004884780001/02	118,12	118,12	0	0
050001	004884780001/02	122,04	122,04	0	0

050001	004884780001/02	1.344,76	1.344,76	0	0
050001	004884780001/02	1.893,28	1.893,28	0	0
050001	004884780001/02	1.466,97	1.466,97	0	0
050001	004884780001/02	1.233,35	1.233,35	0	0
050001	004884780001/02	108,23	108,23	0	0
050001	004884780001/02	10,28	10,28	0	0
050001	004884780001/02	1.335,50	1.335,50	0	0
050001	004884780001/02	9,03	9,03	0	0
Razões e justificativas: Valor inserido de conformidade com a Macro-função do SIAFI 02.11.40.					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
212192200	**DÉB. DIVERSOS POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS**				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo final em 31/12/2010**	**Movimento devedor**	**Movimento credor**	**Saldo final**
050001	09742409072	6.789,01	6.789,01	0	0
050001	01923155105	30,04	30,04	0	0
050001	02367304602	30,04	30,04	0	0
050001	71381279104	30,04	30,04	0	0
050001	38994496300	29,97	29,97	0	0
050001	77178157100	30,04	30,04	0	0
050001	94321370159	30,04	30,04	0	0
050001	89185048100	30,04	30,04	0	0
050001	02108789910	30,04	30,04	0	0
Razões e justificativas: Valor inserido de conformidade com a Macro-função do SIAFI 02.11.40.					

3.2 – Análise Crítica

Não há registro de valores inscritos nas contas contábeis para reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito no dia 31/12/2011, uma vez que, ainda no exercício de 2011, foi indicada a existência de disponibilidade orçamentária para quitação de todos os passivos constantes do processo administrativo STJ n. 8440/2009, razão pela qual foi promovida a baixa dos respectivos registros no SIAFI. No entanto, não foi possível quitar parte dos passivos então existentes, visto que se encontram sob revisão administrativa ou pendentes de documentação complementar a ser fornecida pelos titulares dos créditos.

Os passivos pendentes de liquidação somam R$ 193.942,54 (cento e noventa e três mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e serão reinscritos, no exercício de 2012, nas contas contábeis SIAFI para reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito. Salienta-se que, solucionadas as pendências acima indicadas, poderá ser promovida a liquidação desses passivos.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

4.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R$1,00

Restos a pagar processados				
Ano de inscrição	Montante inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	154.731,54	-	151.299,56	3.431,98
2009	10.509,40	-	10.509,40	-
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Total	165.240,94	-	161.808,96	3.431,98
Restos a pagar não processados				
Ano de inscrição	Montante inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2011
2010	47.860.419,40	11.739.515,92	30.491.743,60	5.629.159,88
2009	8.246.888,17***	3.630.448,32	3.300.322,53	1.316.117,32
2008	765.686,90**	87.904,69	64.800,00	612.982,21
2007	26.232.053,73*	5.851.577,07	10.991.928,67	9.388.547,99
Total	83.105.048,20	21.309.446,00	44.848.794,80	16.946.807,40

Observações:
(*) O valor de R$ 26.232.053,73 corresponde ao valor reinscrito de RP não processado 2007.
(**) O valor de R$ 765.686,90 corresponde ao valor reinscrito de RP não processado 2008.
(***) O valor de R$ 8.246.888,17 corresponde ao valor reinscrito de RP não processado 2009.

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2 – Análise Crítica

Na abertura do exercício de 2011, foram inscritos em restos a pagar o valor de R$ 16.950.239,38, sendo processados R$ 3.431,98 e não-processados R$ 16.946.807,40. Entre os não-processados foram cancelados R$ 21.309.446,00 e pagos R$ 44.848.794,80. Do RP processado foram pago R$ 161.808,96.

A unidade adota o método de envio de questionário para todos os gestores de contratos/despesas com a finalidade de obter o valor a ser inscrito em restos a pagar. Caso não receba a resposta tempestiva, o valor correspondente é cancelado, sendo a responsabilidade recaída sobre o gestor.

Para a reinscrição em restos a pagar, o ordenador de despesas envia um ofício para a Secretaria do Tesouro Nacional, contendo o número do empenho e o valor. Para a reinscrição dos saldos de 2007, 2008, 2009 e 2010 foi enviado o Ofício nº 00296/2011-SAF, cujas despesas têm previsão de pagamento confirmada.

Esclareça-se que inexiste impacto financeiro quanto ao pagamento de restos a pagar de exercício anteriores, uma vez que o recurso financeiro é disponibilizado para o órgão previamente à inscrição.

As razões da permanência de restos a pagar não processados referem-se a pendências de pagamentos contratuais e de precatório, cuja ordenação está sob condição suspensiva.

Houve uma atuação efetiva da administração do Tribunal que viabilizou o pagamento de mais de R$ 30 milhões e a anulação de mais de R$ 11 milhões de restos a pagar no ano de 2010, restando a pagar apenas R$ 5 milhões.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

5.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 +.1.2)	**2888**	**2807**	**111**	**159**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	33	33	7	7
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2855	2774	104	152
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2741	2660	84	130
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	111	111	20	21
2. Servidores com Contratos Temporários	**0**	**0**	**0**	**0**
3. Total de Servidores (1+2)	**2888**	**2807**	**111**	**159**

Fonte: Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	112
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	52
1.2. Exercício de Função de Confiança	60
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	36
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	36
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	0

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**17**
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	7
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	9
5.5. Mandato classista	1
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	**1**
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**167**

Fonte:Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	**396**	**389**	**151**	**151**
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	254	247	101	104
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	67	67	23	25
1.2.4. Sem vínculo	65	65	25	20
1.2.5. Aposentados	10	10	2	2
2. Funções gratificadas	**1054**	**1018**	**636**	**638**
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1010	974	622	624
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	44	44	14	14
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	**1450**	**1407**	**787**	**789**

Fonte:Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	**322**	**812**	**1114**	**384**	**61**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	6	12	15
1.2. Servidores de Carreira	322	812	1108	372	46
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	**184**	**533**	**553**	**119**	**18**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	159	155	28	9
2.3. Funções gratificadas	146	374	398	91	9
3. Totais (1+2)	**506**	**1345**	**1667**	**503**	**79**

Fonte:Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	**0**	**0**	**26**	**42**	**425**	**692**	**1448**	**53**	**7**
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	30	2	0	1
1.2. Servidores de Carreira	0	0	26	42	425	662	1446	53	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	**0**	**0**	**3**	**5**	**130**	**415**	**822**	**27**	**5**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	136	233	14	3
2.3. Funções gratificadas	0	0	3	5	127	279	589	13	2
3. Totais (1+2)	**0**	**0**	**29**	**47**	**555**	**1107**	**2270**	**80**	**12**

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte:SARH

5.2 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	408	073
1.2 Compulsória	003	000
1.3 Invalidez Permanente	049	002
1.4 Outras	000	000
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	248	002
2.2 Compulsória	003	000
2.3 Invalidez Permanente	018	002
2.4 Outras	000	000
3. Totais (1+2)	729	079

Fonte: Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	117	13
1.2. Proporcional	14	1
2. Em Atividade	106	0
3. Total (1+2)	**237**	**14**

Fonte: Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

5.3 – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1.Nível Superior					R$ 5.116.530,33
1.1.Área Fim	338	334	324	331	
1.2.Área Meio	146	156	148	136	
2.Nível Médio					
2.1.Área Fim	92	92	95	93	
2.2.Área Meio	45	48	48	49	
3.TOTAL	**621**	**630**	**615**	**609**	

Fonte: Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça

5.4 – Demonstração de Custo de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.

Valores em R$ 1,00

		Despesas Variáveis								
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Exercícios Anteriores	Decisão Judicial	TOTAL
Membros de Poder e Agentes Políticos										
2009	8.850.390,69	0,00	769.953,55	474.462,96	579.108,53	290.661,45	0,00	2.086.328,16	563.856,04	13.614.761,38
2010	9.046.404,01	0,00	776.794,67	392.589,80	529.939,27	252.626,99	0,00	4.050,00	600.203,10	11.602.607,84
2011	9.041.814,68	0,00	50.448,12	176.864,43	503.726,49	72.821,92	0,00	1.273.920,42	573.092,94	11.692.689,00
Servidores de Carreira que não ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
2009	151.361.252,06	840.241,46	15.439.245,19	8.650.237,92	12.903.613,89	1.150.150,09	0,00	326.941,56	562.718,90	191.234.401,07
2010	143.027.637,39	902.663,51	12.767.916,63	8.699.841,91	12.590.725,70	1.277.980,88	0,00	48.545,41	582.186,33	179.897.497,76
2011	141.513.077,75	1.092.012,49	12.356.809,34	9.390.069,11	12.477.397,33	1.214.871,22	0,00	190.843,00	593.363,26	178.828.443,50
Servidores com Contratos Temporários										
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2009	18.201.921,65	11.177,74	1.840.314,49	548.157,71	1.109.152,95	117.781,24	0,00	4.573,48	33.296,25	21.866.375,51
2010	17.508.259,61	1.139,41	1.415.800,89	492.242,01	1.109.497,65	146.217,58	0,00	1.836,34	24.761,25	20.699.754,74
2011	15.120.624,28	736,63	1.275.202,79	551.096,23	1.008.696,38	109.780,01	0,00	25.314,90	18.414,00	18.109.865,22
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2009	32.023.332,64	33.553.731,24	6.647.290,21	1.955.780,25	4.951.111,14	328.045,78	0,00	68.756,46	50.403,20	79.578.450,92
2010	32.311.040,79	33.682.719,81	5.831.368,31	2.050.586,62	5.235.258,42	247.846,11	0,00	1.836,60	42.600,18	79.403.256,84
2011	32.216.743,20	33.062.439,68	5.487.676,23	2.736.727,95	5.196.368,72	141.814,28	0,00	100.104,60	44.828,05	78.986.702,71
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2009	92.576.704,33	22.521.085,11	11.984.416,00	4.181.826,83	8.576.810,91	330.797,54	0,00	82.505,78	247.612,75	140.501.759,25
2010	100.639.833,43	24.276.543,76	10.812.006,31	3.926.387,20	9.568.938,86	464.714,42	0,00	3.150,47	239.268,01	149.930.842,46
2011	99.440.337,13	24.301.735,08	10.843.605,96	5.374.272,62	9.558.755,34	600.284,81	0,00	73.690,18	266.427,26	150.459.108,38

Notas Explicativas:

1. A coluna "Vencimentos e Vantagens Fixas" consolida valores relativos a: vencimento básico, gratificação de atividade judiciária, gratificação de atividade externa (Lei n. 11.416, de 15/12/2006); subsídio (Leis n. 11.143, de 26/7/2005, e n. 12.041, de 8/10/2009); diferença de subsídio (Resolução STJ n. 9 de 29/9/2009); vantagem pecuniária individual (Lei n. 10.698, de 12/6/2006); vantagem pessoal nominalmente identificada (Lei n. 8.112/90, art. 62-A); adicional por tempo de serviço (situações constituídas até 8/3/1999, conforme Lei n. 8.112/90); diferença decorrente da decisão do Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências 729/2006 e adicional de qualificação – pós-graduação/mestrado/doutorado (Lei n. 11.416/06).

2. A coluna "Retribuições" consolida valores relativos a: exercício de cargo em comissão e função comissionada, inclusive substituições (Lei n. 11.416/06 e arts. 38, 39 e 62 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990); remuneração percebida por gestante exonerada no exercício de cargo ou função comissionada (Resolução STJ n. 9 de 12/11/2003) e diferença decorrente da decisão do Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências 729/2006 (celetistas).

3. A coluna "Gratificações" consolida valores relativos a: gratificação natalina (Lei n. 8.112/90, art. 63) e 13° salário (CLT), inclusive proporcionais, e gratificação de encargo por curso e concurso (Lei n. 8.112/90, art. 76-A).

4. A coluna "Adicionais" consolida valores relativos a: adicional de férias, adicional de insalubridade/periculosidade, adicional noturno, adicional por serviço extraordinário (Lei n. 8.112/90, art. 76, 68, 75 e 73 respectivamente); adicional de qualificação - treinamento (Lei n. 11.416/06) e gratificação de atividade de segurança (Lei n. 11.416/06).

5. A coluna "Indenizações" consolida valores relativos a: ajuda de custo (Resolução STJ n. 7 de 28/2/2005); diárias de viagem (Resolução STJ n. 1 de 12/4/2007); indenização de férias (Lei n. 8.112/90, art. 78, §3°); indenização de transporte (Ato STJ n. 153 de 22/9/2006) e auxílio moradia (Lei n. 8.112/90, art. 51, IV).

6. A coluna "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" consolida valores relativos a: abono de permanência (EC n. 41, art. 3°, § 1°) e assistência à saúde (Lei n. 8.112/90, art. 230).

7. A coluna "Demais Despesas Variáveis" consolida valores relativos a: assistência pré-escolar (Portaria STJ n. 167 de 16/6/1990); auxílio natalidade (Lei n. 8.112/90, art. 196); auxílio alimentação (Lei n. 8.460, de 17/9/1992, art. 22); auxílio transporte (MP n. 2.165, de 13/8/1991).

8. A coluna "Exercícios Anteriores" consolida os valores reconhecidos como passivos de exercícios anteriores que foram pagos no exercício indicado. Nos anos de 2009 e 2010, não foram descriminados esses valores por não terem sido solicitados nos relatórios de gestão desses anos. Assim, eles se encontram agrupados com os vencimentos/vantagens fixas e despesas variáveis.

9. A coluna "Decisão Judicial" consolida os valores pagos por decisões judiciais, incluindo os débitos decorrentes de revogação de mandados de segurança e liminares judiciais. Nos anos de 2009 e 2010, não foram descriminados esses valores por não terem sido solicitados nos relatórios de gestão dos anos anteriores. Assim, eles se encontram agrupados com os vencimentos/vantagens fixas e despesas variáveis.

10. Nos relatórios de gestão dos anos anteriores as informações dos campos "Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior" e "Servidores Ocupantes de Funções Comissionadas" encontravam-se trocadas , sendo ajustadas neste relatório.

5.5 – Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.1. Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Técnico Judiciário Apoio Especializado – Operador de Computador	16	16	16	Cargo em extinção – não se aplica.	0
Técnico Judiciário, Área Administrativa – Segurança	196	201	208	Cargo em extinção – não se aplica.	5
Técnico Judiciário, Área Administrativa – Transporte	20	20	20	Cargo em extinção – não se aplica.	0
Técnico Judiciário, Área Administrativa – Apoio de Serviços Diversos (área de serviços gerais)	86	89	95	Cargo em extinção – não se aplica.	3
Análise crítica da situação da terceirização no órgão:					
Trata-se de cargos que ainda constam do Plano de cargos do STJ, todavia foram colocados **em extinção** por intermédio dos seguintes e respectivos normativos internos: *Portaria n. 64, de 14 de março de 2007; Portaria n. 392, de 29 de agosto de 2008; Ato n. 124, de 19 de maio de 2004 e Ato n. 275, de 17 de setembro de 2004.* As atividades inerentes a esses cargos estão relacionadas direta ou indiretamente com as seguintes categorias de mão de obra terceirizada: *vigilante; motorista; servente de limpeza; técnico em elétrica de autos; mecânico de veículos; auxiliar de almoxarifado; técnico em máquinas, web designer; eletricista e digitalizadores.*					

Fonte: Sistema Administra – STJ, contratos e informações dos gestores.

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Essa situação não se aplica ao Tribunal, tendo em vista que a terceirização só ocorre para cargos que já foram formalmente colocados em extinção ou outras atividades que não constem do Plano de cargos do STJ.

5.5.2. Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Essa situação não se aplica ao Tribunal, tendo em vista que a terceirização só ocorre para cargos que já foram formalmente colocados em extinção ou outras atividades que não constem do Plano de cargos do STJ.

5.5.3. Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade

Quadro A.5.12 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superior Tribunal de Justiça														
UG/Gestão: 050001/00001				**CNPJ: 00.488.478/0001-02**										
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	L	O	015/2011	02.843.359/0001-56	01/04/2011	31/03/2012	223	223					A
2010	L	E	071/2010	33.584.665/0005-72	17/09/2010	15/03/2011	210	210	13	13			E
2009	V	O	076/2009	37.162.435/0006-57	01/10/2009	30/09/2012	259	259					P
2009	V	O	075/2009	72.620.735/0001-29	26/09/2009	27/09/2012	32	32	4	4			P
Observações:													
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Sistema Administra – STJ, contratos e informações dos gestores.

5.5.4. Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do órgão

Quadro A.5.13 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superior Tribunal de Justiça													
UG/Gestão: 050001/00001				CNPJ: 00.488.478/0001-02									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	9	O	077/2011	05.795.607/0001-29	28/12/2011	27/12/2012			10	10			A[1]
2011	11	O	069/2011	01.026.798/0001-03	06/12/2011	05/12/2012	2	2	11	11	1	1	A
2011	7	O	068/2011	26.444.653/0001-53	13/12/2011	12/12/2012	13	7					A[2]
2011	11	E	058/2011	33.584.665/0005-72	19/09/2011	17/03/2012	31	31					A
2011	11	O	046/2011	03.231.368/0001-59	05/08/2011	04/08/2012	4	4	9	9	1	1	A
2011	14	O	032/2011	02.843.359/0001-56	01/07/2011	30/06/2012			27	27			A
2011	11	O	027/2011	26.241.737/0001-90	06/06/2011	05/06/2012	6	6	2	2	1	1	A
2011	11	O	012/2011	05.926.726/0001-73	25/03/2011	24/03/2012			1	1			A
2010	14	E	080/2010	33.584.665/0005-72	07/12/2011	30/06/2011	02	02	24	24			E[3]
2010	14	O	068/2010	00.706.148/0001-46	02/09/2010	01/09/2012					7	7	P
2010	14	O	064/2010	01.596.964/0001-07	01/09/2010	31/08/2012	118	105	104	103			P
2010	14	O	062/2010	26.499.871/0001-95	17/08/2010	16/08/2012			5	5			P
2010	14	E	057/2010	01.596.964/0001-07	02/08/2010	01/09/2010	159	105	123	97			E
2010	14	O	049/2010	02.196.969/0001-05	31/07/2010	30/07/2012			14	14			P
2010	11	O	043/2010	00.080.287/0001-07	15/06/2010	18/08/2011	31*	31*					E[4]
2010	6	O	041/2010	02.843.359/0001-56	04/06/2010	03/06/2012	98	98					P
2009	14	O	085/2009	26.444.653/0001-53	21/10/2009	20/10/2012			278	264			P
2009	14	O	077/2009	10.688.520/0001-92	28/09/2009	27/09/2011	22	22					E
2009	12	O	075/2009	72.620.735/0001/29	28/09/2009	27/09/2012	32	32	4	4			P
2009	3	O	076/2009	37.162.435/0006-57	1º/10/2009	30/09/2012	235	259					P
2009	14	O	071/2009	01.596.964/0001-07	31/08/2011	30/08/2012			5	5			P
2009	4	O	071/2009	01.596.964/0001-07	31/08/2011	30/08/2012	156	119					P
2009	10	O	071/2009	01.596.964/0001-07	31/08/2011	30/08/2012	10	10					P
2009	14	O	071/2009	01.596.964/0001-07	31/08/2011	30/08/2012	14	14					P
2009	14	O	067/2009	33.584.665/0005-72	10/08/2011	09/08/2012			22	22	1	1	P
2009	9	O	114/2009	33.584.665/0001-49	04/01/2010	03/01/2012			8	8			P
2009	14	O	037/2009	03.495.108/0001-90	27/04/2009	26/04/2011	60	3					E

2007	9	O	151/2007	00.404.317.0001-93	28/12/2007	27/12/2011			10	10			E
2007	14	O	121/2007	36.770.857/0001-38	06/09/2007	05/09/2012	134	134					P
2007	11	O	073/2007	38.061.495/0001-31	12/06/2007	11/08/2011	4	4	9	9	1	1	E[5]
2007	11	O	027/2007	00.032.227/0001-19	06/03/2007	05/03/2012	10*	10*					P
2006	11	O	111/2006	26.241.737/0001-90	05/06/2006	04/06/2011	6	6	2	2	1	1	E
2006	11	O	066/2006	33.158.874/0001-20	01/04/2006	31/03/2012	38	38	2	2	3	3	P[6]
2006	11	O	013/2006	05.926.726/0001-73	06/02/2006	05/02/2011			1	1			E

Observações:

[1] Contrato 077/2011 – previsão de preencher todos os postos de trabalho.

[2] Contrato 068/2011 – profissionais com limitação física.

[3] Contrato 080/2010 – reconhecimento de dívida referente ao período de 5/6/2011 a 30/6/2011.

[4] Contrato 043/2010 – reconhecimento de dívida referente ao período de 15/6/2011 a 18/8/2011.

[5] Contrato 073/2007 – vigência encerrada antecipadamente (Quinto Termo de Apostilamento).

[6] Contrato 066/2006 – prorrogação excepcional da vigência (Décimo Primeiro Termo Aditivo). Acréscimo temporário de dois oficiais eletricistas e dois ajudantes de eletricista pelo período de três meses (Décimo Segundo Termo Aditivo).

*** Não exige nível de escolaridade.**

LEGENDA

Área:

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móvies*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizes*
14. *Outras*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Sistema Administra – STJ, contratos e informações dos gestores.

5.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Indicador: Absenteísmo

Análise:
O indicador referente ao absenteísmo no STJ faz parte do Plano Estratégico STJ 2010-2014 e está mencionado no item 2.4.7 Indicadores Institucionais:
- 4.2 Absenteísmo

Indicador: Educação Continuada

Análise:
Os indicadores referentes à Educação Continuada no STJ fazem parte do Plano Estratégico STJ 2010-2014 e estão mencionados no item 2.4.7 Indicadores Institucionais:
- 5.1 Capacitação nas competências estratégicas
- 5.3 Servidor treinado
- 5.2 Planejamento Anual de Capacitação

Indicador: Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Análise (acidentes de trabalho):
No ano de 2011, 5 caracterizações de acidente de serviço foram validadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, tendo sido retificado o enquadramento da licença médica para licença por acidente em serviço.
Cumpre registrar que, embora os pedidos tenham tido seu enquadramento retificado para licença médica por acidente de serviço no ano de 2011, dois dos acidentes ocorreram no ano de 2010.

Análise (doenças ocupacionais):
Não foram encontradas situações específicas que pudessem ser caracterizadas como doenças ocupacionais.

Indicador: Aposentadoria *versus* reposição do quadro

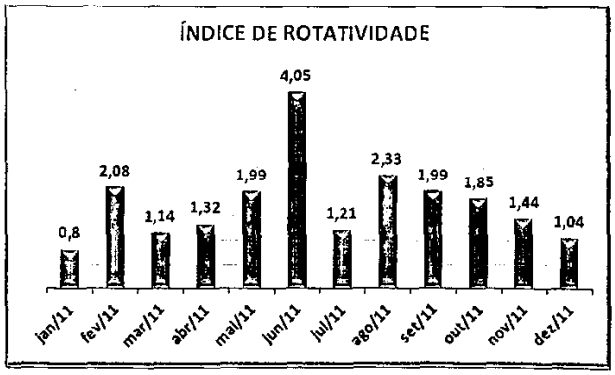
Análise: As reposições são feitas periodicamente, à medida que ocorrem as vacâncias, incluindo as que são motivadas por aposentadoria. No entanto, para as vagas atualmente existentes nos cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária, Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade: Biblioteconomia, Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade: Medicina - ramo: Clínica Médica, , Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade: Medicina, ramo: Psiquiatria, Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade: Psicologia e Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado - Especialidade: Telecomunicação e Eletricidade, o STJ está em vias de publicar edital para realização de concurso público para provimento de vagas, tendo em vista que não há certame válido referente a esses cargos.

Indicador: Índice de Rotatividade

Meta	Manter a rotatividade de pessoal abaixo de 5% do quadro, até dez/2014						
	LB/2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	30%	<5%	<5%	<5%	<5%	<5%	<5%

O que mede	Mede o percentual de substituição de servidores no período, em relação à lotação total média.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP
Unidade diretamente responsável	Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP
Contribui para o alcance da meta	Todas as unidades do Tribunal
Quando medir	Periodicidade mensal
Onde medir	Sistema Administrativo de Recursos Humanos – SARH (mudanças de lotação)
Por que medir	Para conhecer a saúde da organização, para identificar problemas e minimizar impactos relacionados à produtividade e à migração do conhecimento quando o servidor muda de lotação.
Como medir	MVES – Menor valor entre entradas e saídas LTM – Lotação total média Fórmula: (MVES / LTM) x 100
Observações	- No cálculo do menor valor será considerado o seguinte: exemplo, se forem cinco entradas e dez saídas, usam-se apenas as cinco entradas. Se forem dez entradas e cinco saídas, usam-se as cinco saídas. - Para se calcular a lotação total média, é necessário proporcionalizar a lotação dos servidores na unidade. - Considera-se como ENTRADA o início da lotação do servidor MAIOR que a data de criação da unidade. - Considera-se como SAÍDA o fim da lotação MENOR que a data de extinção da unidade.
Resultado	**1,77%**

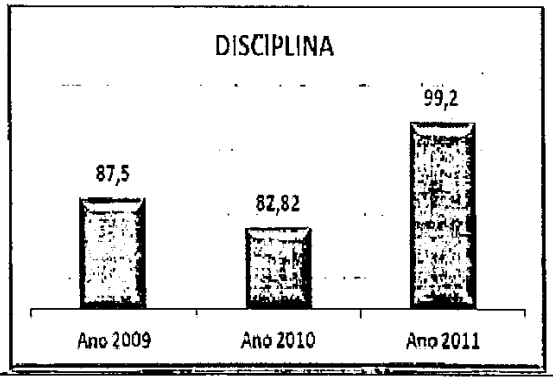
Gráfico:



Análise: A média do índice de rotatividade no ano de 2011 foi de 1,77%, tendo sofrido ligeira queda se comparado ao ano de 2010, que foi de 1,94%.
No mês de junho, houve uma elevação no índice de rotatividade, se comparado aos demais meses do ano, tendo em vista que ocorreram duas aposentadorias de ministros (Min. Aldir Passarinho e Min. Hamilton Carvalhido), a saída do Desembargador Convocado Celso Limongi e a saída do Ministro Luiz Fux para o STF. Tais fatos desencadearam diversas mudanças de lotação de servidores.

Indicador: Disciplina						
Meta	Atingir, no mínimo, 70% da pontuação máxima no fator Disciplina nas avaliações de desempenho funcional (conforme exigência da Portaria Conjunta n. 1, de 7 de março de 2007)					
	LB/2009	2010	2011	2012	2013	2014
	70%	70%	70%	70%	70%	70%
O que mede	A pontuação média obtida pelos servidores efetivos do STJ no fator "disciplina" das avaliações de desempenho funcional realizadas anualmente.					
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP					
Unidade diretamente responsável	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP					
Contribui para o alcance da meta	Todas as unidades do Tribunal					
Quando medir	Periodicidade anual					
Onde medir	Sistema Gestão de Desempenho - GD					
Por que medir	Para aferir o comportamento dos servidores neste fator, previsto na Lei n. 8.112/90.					
Como medir	Média de todas as menções atribuídas ao fator "disciplina" nas avaliações de desempenho dos servidores efetivos e em desenvolvimento na carreira do STJ. A escala para pontuação nas avaliações varia de zero a quatro. A nota do fator em percentual é obtida pela divisão da menção atribuída ao fator pela nota máxima possível no fator quatro. **Fórmula:** Média final x 100 **Fonte de Dados:** Sistema de Gestão de Desempenho - GD					
Resultado	99,2%					

Gráfico:



Análise:

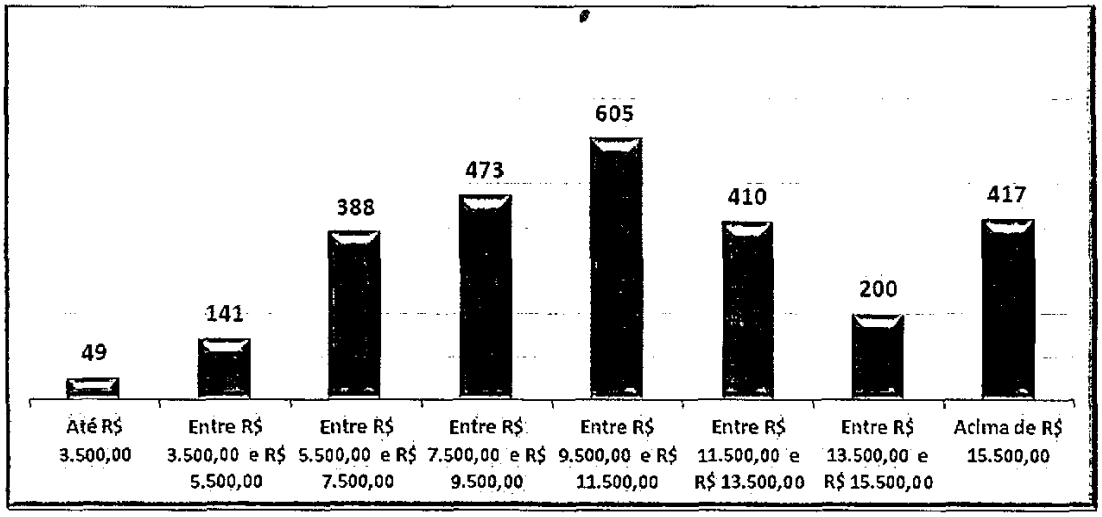
Em todos os anos analisados, a meta de 70% foi superada. Em 2009 e 2010, este indicador era composto por cinco itens distintos. O formulário, em si, era extenso. No intuito de aperfeiçoar o processo de avaliação de desempenho funcional, em 2011, foi utilizado um formulário mais objetivo e consequentemente, com menos itens. Dessa forma, o indicador "disciplina" passou a ser avaliado por um item apenas. Além disso, o cálculo da média passou a contemplar a autoavaliação do servidor, cujo peso é um e o do avaliador é peso dois. Tais modificações podem ter influenciado no alto percentual do indicador.

Pirâmide de Remuneração - Servidores Ativos

Informações referentes ao mês de dezembro/2011

Faixa	Qtd	Valor (R$)	Média (R$)
Até R$ 3.500,00	49	102.304,67	2.087,85
Entre R$ 3.500,00 e R$ 5.500,00	141	706.045,23	5.007,41
Entre R$ 5.500,00 e R$ 7.500,00	388	2.571.750,26	6.628,22
Entre R$ 7.500,00 e R$ 9.500,00	473	3.997.708,43	8.451,81
Entre R$ 9.500,00 e R$ 11.500,00	605	6.381.400,94	10.547,77
Entre R$ 11.500,00 e R$ 13.500,00	410	5.092.646,11	12.421,09
Entre R$ 13.500,00 e R$ 15.500,00	200	2.878.435,62	14.392,18
Acima de R$ 15.500,00	417	7.789.527,46	18.679,92
TOTAL	**2.683**	**29.519.818,72**	

Custo: Remuneração Cargo Efetivo + Remuneração FC/CJ + Benefícios/Auxílios



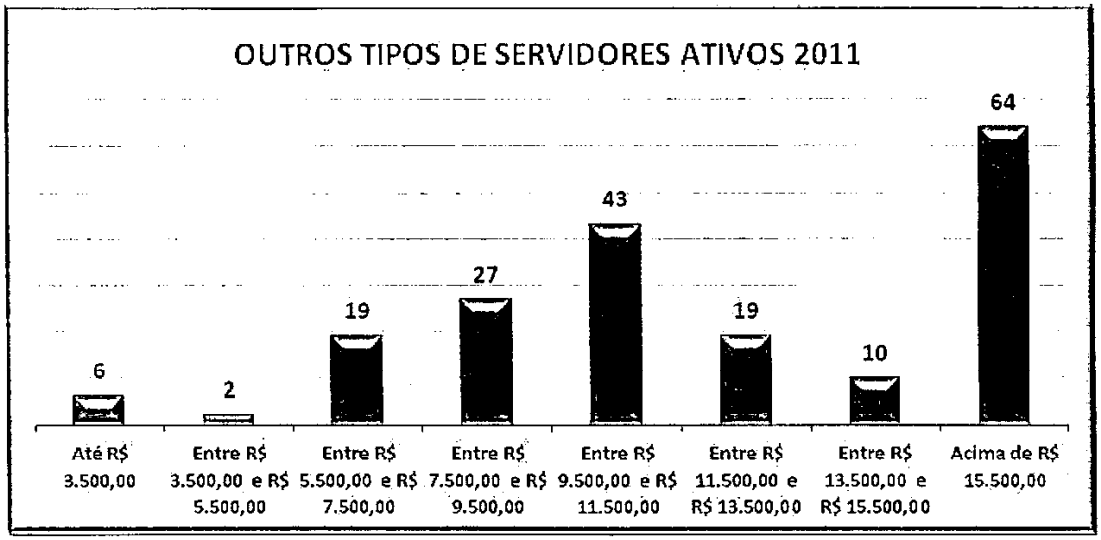
Pirâmide de Remuneração - Outros Tipos de Servidores Ativos

Informações referentes ao mês de dezembro/2011

Faixa	Qtd	Valor (R$)	Média (R$)
Até R$ 3.500,00	6	8.319,89	1.386,65
Entre R$ 3.500,00 e R$ 5.500,00	2	10.407,34	5.203,67
Entre R$ 5.500,00 e R$ 7.500,00	19	122.350,48	6.439,50
Entre R$ 7.500,00 e R$ 9.500,00	27	233.822,64	8.660,10
Entre R$ 9.500,00 e R$ 11.500,00	43	445.533,54	10.361,25
Entre R$ 11.500,00 e R$ 13.500,00	19	231.717,30	12.195,65
Entre R$ 13.500,00 e R$ 15.500,00	10	146.115,10	14.611,51
Acima de R$ 15.500,00	64	1.469.442,27	22.960,04
TOTAL	**190**	**2.667.708,56**	

Custo: Remuneração cargo efetivo + remuneração FC/CJ + benefícios/auxílios

Outros ativos: servidores requisitados + servidores cedidos + servidores sem vínculo + servidores com exercício provisório



6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

6.1 – Instrumentos de transferência vigentes no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Superior Tribunal de Justiça										
CNPJ: 00488478/0001-02			UG/GESTÃO: 050001/00001							
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contr aparti da	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	Termo de Cooperação STJ 6/2009	090006	742.773,60	N/A	0,00	277.141,60	19/08/09	19/08/11	1
		090036			0,00	138.000,00			

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Conselho da Justiça Federal										
CNPJ: 00508903/0001-88			UG/GESTÃO: 090026/00001							
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	Convênio 002/1998	050001	N/A	N/A	2.154.387,00	16.033.027,10	23/11/98	Indeter.	1
4	Acordo de Cooperação Técnica 01/2005	050001	N/A	N/A	0,00	2.605.448,61	03/01/05	Indeter.	4

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.1.2.Quantidade de Instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superior Tribunal de Justiça						
CNPJ: 00488478/0001-02			UG/GESTÃO: 050001/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	N/A	1	1	N/A	139.141,60	276.000,00 (*)
Termo de Compromisso						
Totais	N/A	1	1	N/A	139.141,60	276.000,00

Fonte: SIAFI Operacional

Nota: (*) No Relatório de Gestão de 2010 o valor informado referente ao exercício de 2009 foi R$ 742.773,60. O valor correto segundo o SIAFI Operacional R$ é de R$ 276.000,00.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Conselho da Justiça Federal						
CNPJ: 00508903/0001-88			UG/GESTÃO: 090026/00001			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	1	1	2.154.387,00	2.260.999,05	1.205.680,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	1	1			1.100.000,00
Termo de Compromisso						
Totais	2	2	2	2.154.387,00	2.260.999,05	2.305.680,00

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superior Tribunal de Justiça					
CNPJ: 00488478/0001-02		UG/GESTÃO: 050001/00001			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	742.773,60	415.141,60	0,00	55,89%
Termo de Compromisso					
Totais	1	742.773,60	415.141,60	0,00	55,89%

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Conselho da Justiça Federal					
CNPJ: 00508903/0001-88		UG/GESTÃO: 090026/00001			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio (*)	1	N/A	15.926.415,05	2.500.000,00 (**)	N/A
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	N/A	2.605.448,61	0,00	100%
Termo de Compromisso					
Totais	2	N/A	18.531.863,66	2.260.000,00	

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

(*) Convênio não registrado no SIAFI tendo em vista que suas etapas não guardam relação de simetria com aquelas definidas na Instrução Normativa 01/97 STN

(**) O valor consta da informação da Coordenadoria de Benefícios.

6.2 – Informações sobre a prestação de contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A .6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superior Tribunal de Justiça					
CNPJ: 00488.478/0001-02			UG/GESTÃO: 050001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		N/A	N/A
		Montante Repassado		N/A	N/A
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A
2010	Contas prestadas		Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A
2009	Contas prestadas		Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas		Quantidade	N/A	N/A
			Montante Repassado (R$)	N/A	N/A

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5 – Visão geral da Análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superior Tribunal de Justiça					
CNPJ: 00.488.478/0001-02			UG/GESTÃO: 050001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			N/A	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		N/A	N/A
		Montante repassado (R$)		N/A	N/A
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	N/A	N/A
			Quantidade Reprovada	N/A	N/A
			Quantidade de TCE	N/A	N/A
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	N/A	N/A
			Montante repassado (R$)	N/A	N/A
2010	Quantidade de contas prestadas			N/A	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		N/A	N/A
		Quantidade Reprovada		N/A	N/A
		Quantidade de TCE		N/A	N/A
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		N/A	N/A
		Montante repassado (R$)		N/A	N/A
2009	Quantidade de contas prestadas			N/A	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		N/A	N/A
		Quantidade Reprovada		N/A	N/A
		Quantidade de TCE		N/A	N/A
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		N/A	N/A
		Montante repassado		N/A	N/A
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		N/A	N/A
		Montante repassado		N/A	N/A

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Conselho da Justiça Federal					
CNPJ: 00508903/0001-88			UG/GESTÃO: 090026/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios (*)	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			N/A	N/A
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		1	N/A
		Montante repassado (R$)		2.154.387,00	N/A
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	N/A	N/A
			Quantidade Reprovada	N/A	N/A
			Quantidade de TCE	N/A	N/A
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	N/A	N/A
			Montante repassado (R$)	N/A	N/A
2010	Quantidade de contas prestadas			1	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2.260.999,05	N/A
		Quantidade Reprovada		N/A	N/A
		Quantidade de TCE		N/A	N/A
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		N/A	N/A
		Montante repassado (R$)		N/A	N/A
2009	Quantidade de contas prestadas			1	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1.205.680,00	N/A
		Quantidade Reprovada		N/A	N/A
		Quantidade de TCE		N/A	N/A
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		N/A	N/A
		Montante repassado		N/A	N/A
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	N/A
		Montante repassado		10.305.349,00	N/A

Fonte: SIAFI OPERACIONAL

(*) Convênio não registrado no SIAFI tendo em vista que suas etapas não guardam relação de simetria com aquelas definidas na Instrução Normativa 01/97 STN

O Tribunal mantém o Convênio 002/1998 com o Conselho da Justiça Federal com o objetivo de proporcionar aos servidores e dependentes daquele órgão assistência médica e odontológica por meio da rede de credenciados do STJ. Esse convênio foi firmado por tempo indeterminado.

Conforme citado no quadro A.6.1, o Termo de Cooperação STJ 6/2009, celebrado entre o STJ e a Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Ceará, expirou em 19/8/2011.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

7.1 – Modelo de declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

Superior Tribunal de Justiça
Secretaria de Administração e Finanças

DECLARAÇÃO

Eu, Sulamita Avelino Cardoso Marques, CPF nº **351.920.621-87**, Secretária de Administração e Finanças em exercício, da Secretaria de Administração e Finanças, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

2. Declaro, outrossim, que não houve em 2011 ajustes a serem registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV, pois não foram firmados termos com Órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, com vistas à execução de programa de governo, nos moldes da Portaria Interministerial nº 127/2008 e do art. 13, § 2º do Decreto nº 6.170, de 25/7/2007.

Brasília, 10 de fevereiro de 2012.

Sulamita Avelino Cardoso Marques
351.920.621-87
Secretária de Administração e Finanças/SAF
em exercício

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores do superior tribunal de justiça, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	5	3	31
	Entregaram a DBR	5	3	31
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	187	190	1407
	Entregaram a DBR	187	189	1403
	Não cumpriram a obrigação	0	1	4

Fonte:Banco de dados do Sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH do Superior Tribunal de Justiça.

8.2 – Análise Crítica

Em relação às declarações das autoridades, a Assessoria de Atendimento aos Ministros é a unidade responsável pelo recolhimento, formalização, controle e guarda das declarações de bens e rendas (DBRs) e das autorizações de acesso aos dados da declaração de imposto de renda constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil relativas aos ministros do STJ.

As DBRs ou autorizações de acesso são recebidas em formulário de papel e inseridas em processos devidamente numerados. Após o cumprimento da exigência estabelecida no art. 7º da IN n. 67, de 6 de julho de 2011, os processos são arquivados no cofre desta Assessoria.

Registre-se, ainda, que esta unidade não dispõe de sistema informatizado para gerenciar esse procedimento e que não realiza qualquer tipo de análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com remuneração recebida.

Por oportuno, comunico que se encontra prejudicada a informação referente às "providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR", considerando que todos os ministros atenderam tal solicitação.

Já no que tange às declarações dos servidores (funções comissionadas), a Secretaria de Gestão de Pessoas é a unidade responsável por gerenciar o recebimento das declarações de bens e rendas (DBR) e das autorizações de acesso aos dados da declaração de imposto de renda constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil.

As declarações são recebidas em papel e arquivadas em processos devidamente numerados, os quais são acondicionados em envelopes lacrados. Após o recebimento da declaração, registra-se em sistema informatizado para controle da entrega da declaração.

A Seção de Registros Funcionais procedeu à cobrança da entrega da declaração dos servidores que não cumpriram a obrigação estabelecida pela Lei n. 8.730/93, tendo encaminhado ofício aos cinco servidores nessa situação.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 – Estrutura de Controles Internos

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x

Considerações gerais:
Metodologia adotada: grupo focal.

Composição: as reuniões foram compostas pelos titulares das unidades vinculadas à Secretaria do Tribunal ou seus substitutos.
1ª Reunião: Diretor-Geral, Secretária de Comunicação Social, Secretário de Administração e Finanças, Secretário da Judiciária (em exercício), Secretária dos Órgãos Julgadores (em exercício), Secretário de Jurisprudência, Secretária de Documentação, Secretário de Gestão de Pessoas (em exercício); Secretário de Serviços Integrados de Saúde (em exercício), Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Secretário de Segurança (em exercício) e Assessora-Chefe de Modernização e Gestão, Secretária de Controle Interno (em exercício).

2ª Reunião: Diretor-Geral, Secretária de Comunicação Social (em exercício), Secretário de Administração e Finanças (em exercício), Secretária Judiciária, Secretária dos Órgãos Julgadores (em exercício), Secretário de Jurisprudência, Secretária de Documentação, Secretário de Gestão de Pessoas (em exercício); Secretário de Serviços Integrados de Saúde (em exercício), Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Secretário de Segurança (em exercício) e Assessora-Chefe de Modernização e Gestão.

A avaliação realizada foi qualitativa, produzida com a orientação de uma facilitadora e registro em ata, as quais se organizaram nos seguintes passos:
- Orientação quanto aos objetivos da avaliação;
- Explicação e nivelamento de conceitos;
- Deliberação geral sobre os itens avaliados;
- Votação.

LEGENDA
Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais: Ver observações abaixo do quadro.					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Observações:

1. Redução do consumo de energia e de água, conforto térmico, melhoria da qualidade interna do ar, durabilidade e qualidade dos materiais utilizados, manejo sustentável, utilização de materiais de origem reciclada e reciclável, coleta seletiva, consumo consciente, utilização de materiais atóxicos, não poluentes, que garantem a saúde e salubridade dos usuários.
5. No Tribunal há um projeto de conservação de água que está sendo desenvolvido pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) com vistas à implantação de equipamentos economizadores de água em substituição às torneiras (neste caso, torneiras hidromecânicas já vêm sendo adquiridas pelo Tribunal, conforme processo demandado pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura - CEAR/SAF) e às bacias sanitárias atualmente instaladas, bem como a implantação de reservatório de águas pluviais para suprir a demanda de água potável na lavagem de calçadas e fachadas dos prédios. As torneiras hidromecânicas foram adquiridas, porém ainda não foram instaladas em sua totalidade, de modo que não há como dimensionar o impacto sobre o consumo de água. Além disso, de acordo com informações obtidas da CEAR, as lâmpadas atualmente instaladas são todas econômicas. No ano de 2011, a economia de energia em relação a 2010 foi da ordem de 2,95%. O PRSA, além de campanhas de conscientização e consumo consciente, tem proposto a realização de um projeto de eficiência energética a partir da análise e verificação das condições de consumo do sistema de iluminação, fachada dos prédios e sistema de ar condicionado.
6. Papel e envelope reciclados, sacos de lixo oxibiodegradável.
8. A especificação de alguns itens tem sido modificada a fim de contemplar a aquisição de materiais reciclados (caso do papel e envelope reciclados), que possam ser reciclados após o uso ou ainda que utilizem embalagens que possam ser recicladas. Foram adquiridos também, copos retornáveis de modo a estimular a redução de uso de copos plásticos.
12. Campanha do Consumo Consciente e Combate ao Desperdício – realizada por intermédio de visitas às unidades. Foram visitadas 70% das unidades do Tribunal. Campanha "Use um pouco da sua energia economizado a do STJ" – realizada mediante a divulgação de cartaz em todas as áreas comuns do STJ. Campanha "Trocar o elevador, em pelo menos, um lance de escada faz bem à saúde e ao meio ambiente!", feita em parceria com a Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Serviços de Saúde, realizada por meio da divulgação de cartaz em todas as áreas comuns do STJ, a partir de dez/2011. Minuto de economia – divulgação na intranet de dicas de economia, particularmente de água e energia. Elaboração e distribuição de questionário para verificar as medidas de economicidade em relação ao consumo de energia elétrica nas instalações do STJ. Elaboração e divulgação do Guia de Práticas Sustentáveis.
13. Realização semanal da feira orgânica, realização de eventos de comemoração de datas importantes do calendário ambiental (Dia da Árvore, Semana do Meio Ambiente) para sensibilização e conscientização sobre a proteção ao meio ambiente. Elaboração e divulgação do Guia de Práticas Sustentáveis.

O questionário foi respondido pela equipe do Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), vinculado ao Gabinete do Diretor-Geral do STJ. As avaliações realizadas contemplam a visão e ações do PRSA, considerando ainda que em meados no ano de 2011, muitos processos de aquisição do STJ passaram a ser direcionados ao Programa para que houvesse manifestação pertinente aos critérios de sustentabilidade a serem aplicados nos procedimentos licitatórios considerando as alterações na Lei n. 8666/93. Está em curso o "Projeto de Implementação de Licitações Sustentáveis" que pretende estabelecer uma metodologia de compras sustentáveis incluindo a criação de um guia, além da capacitação de gestores para inserção de critérios de sustentabilidade no projeto básico.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

11.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Brasília -DF	5	11
	Subtotal Brasil	5	11
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	11

Fonte: SPIUnet

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Não há imóveis locados de terceiros sob a gestão do Superior Tribunal de Justiça.

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício 2011	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
050001	9701.17437.500-1	Entrega – Adm. Federal Direta	Regular		26/02/2008	R$ 655.693,49	-	-
050001	9701.17498.500-4	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom		25/02/2008	R$ 135.113.955,58	-	-
050001	9701.21585.500-2	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom		25/02/2008	R$ 549.672,17	-	-
050001	9701.22033.500-3	Entrega – Adm. Federal Direta	Regular		25/02/2008	R$ 806.007,29	-	-
050001	9701.23707.500-0	Entrega – Adm. Federal Direta	Novo		28/12/2007	R$ 1.087.162,66	-	-
Total							**R$ 7.200.284,19**	-

Fonte: SPIUnet e SIAFI

Notas explicativas:

1. As despesas com manutenção de imóveis no exercício de 2011 (**R$ 7.200.284,19**) se referem ao somatório da *despesa com material p/manutenção de bens imóveis* mais as *despesa de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis* e *despesa com manutenção e conservação de bens imóveis*, registradas nas contas do Sistema SIAFI 333903024, 333903916 e 333903704, respectivamente.

1.1 Nas *despesas com material p/manutenção de bens imóveis* no exercício de 2011 foram usados os seguintes critérios:

DMMBI = (VEI + DRA) - VEF

DMMBI = (R$ 299.897,03 + R$ 679.780,87) – R$ 316.449,04 = **R$ 663.228.96**

DMMBI - Despesas com material p/manutenção de bens imóveis no exercício de 2011

VEI - Valor do estoque inicial - saldo de almoxarifado 1° de janeiro de 2011 – 113180100 Subitem 24

DRA - Despesa realizada no ano de 2011 (333903024)

VEF - Valor do estoque final (saldo de almoxarifado em 31 de dezembro de 2011) – 113180100 Subitem 24

1.2 O valor de **R$ 3.010.862,60** foi extraído da conta SIAFI 333903916 - *Despesas de serviço de manutenção e conservação de bens imóveis.*

1.3 O valor de **R$ 3.526.192,63** foi extraído da conta SIAFI 333903704 - *Despesas de manutenção e conservação de bens imóveis.*

1.4 As despesas com manutenção de imóveis no exercício de 2011 são iguais à soma dos valores encontrados na *despesa com material p/manutenção de bens imóveis* mais *despesas de serviço com manutenção mais conservação de bens Imóveis* e *despesas de manutenção e conservação de bens imóveis.*

(R$ 663.228.96 + R$ 3.010.862,60 + R$ 3.526.192,63) = R$ 7.200.284,19

2. Conforme extrato da conta do SIAFI 344905192 – *Instalações*, não houve a ocorrência de despesas com a manutenção de instalações no exercício de 2011.

3. Não foram encontrados dados referente ao valor histórico dos imóveis no SPIUnet, bem como não foi possível individualizar por imóvel as despesas com manutenção no exercício de 2011.

4. No quadro acima não foram relacionados os imóveis funcionais, tendo em vista que eles fazem parte da UG 170021 – Superintendência do Patrimônio da União/DF, consoante informação no SPIUnet, cujo acesso não está facultado a este Tribunal.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	164 Servidores 135 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Questão não compreendida				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: A metodologia utilizada para analisar os quesitos do questionário foi baseada na consolidação das respostas dadas pelo Secretário, Coordenadores e Assessores desta Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010 – Quadro A.12.1

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

Esclarece-se que, em atendimento ao que dispõe a Decisão Normativa nº 108/TCU, Anexo II, item 13, este Tribunal não faz uso do cartão de pagamento do Governo Federal.

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

Esclarece-se que em atendimento ao que dispõe a Decisão Normativa nº 108/TCU, Anexo II, item 14, Renúncia Tributária, este item não se aplica ao Superior Tribunal de Justiça.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

15.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

As informações referentes ao item constam do Anexo IV deste Relatório de Gestão.

15.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há deliberações pendentes de atendimento.

16. PARTE A, ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

16.1 – Recomendações da SCI atendidas no exercício

As informações referentes ao item constam do Anexo V do Relatório de Gestão 2011, enviado ao Tribunal de Contas da União, atendendo à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

16.2 – Recomendações da SCI pendentes de atendimento no exercício

As informações referentes ao item constam do Anexo VI do Relatório de Gestão 2011, enviado ao Tribunal de Contas da União, atendendo à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010

17.1 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Quadro B.1.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Superior Tribunal de Justiça	050001

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília	**Data**	6/1/2012
Contador Responsável	Janailton Goulart de Oliveira	**CRC nº**	017646/O-7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011

1. Registros Contábeis

As demonstrações contábeis contemplam todas as transações e operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais realizadas pelo Superior Tribunal de Justiça no decorrer do exercício financeiro de 2011.

Os atos de gestão foram registrados de acordo com os princípios e critérios contábeis geralmente aceitos e, naquilo que é específico, com os princípios que norteiam a Administração Pública Federal, com a Lei n. 4.320/1964 e com as normas editadas pelo órgão central de contabilidade do Governo Federal, merecendo destaque as informações a seguir:

- Como informado nas notas explicativas, às demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2010, naquele ano o STJ iniciou a contabilização da depreciação, tendo como base os bens incorporados ao patrimônio, conforme orientação contida na macrofunção SIAFI 020330 – reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na administração direta da União, autarquias e fundações. No exercício de 2011, o novo método provocou um impacto diminutivo no patrimônio líquido na ordem de R$ 16.324.924,94.
- O total de restos a pagar não processados no início do exercício de 2011 era de R$ 83.105.048,20, restando R$ 16.634.417,40 a liquidar no final do exercício, que somados aos inscritos, R$ 96.286.993,30 (empenhos do exercício de 2011), totalizam o valor de R$ 112.921.410,70 a liquidar para o próximo exercício.
- No exercício de 2010, o total de receitas arrecadadas pelo STJ a título de taxas pela prestação de serviços (emolumentos e custas judiciais) foi de R$ 25.644.706,54. Ao final deste exercício, foi verificado um aumento de 1.060.894,84 na arrecadação totalizando o valor de R$ 26.705.601,38.

2. Restrições Contábeis Registradas

A conformidade contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, tomando-se por base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, a tabela de eventos, o plano de contas da União e a conformidade dos registros de gestão.

Além desses critérios, também foram observadas as orientações contidas, principalmente, nas macro-funções do SIAFI 02.11.21 – Suprimento de Fundos, que trata dos procedimentos referentes a suprimento de fundos, 02.10.03 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis, que trata dos principais procedimentos a serem adotados para análise da consistência das informações contábeis e 02.03.19 – Demonstrações Contábeis, no qual se tem a estrutura das demonstrações, orientações para análise e verificação das demonstrações e orientações internas do órgão.

As restrições contábeis registradas no exercício estão relacionadas abaixo, juntamente com as razões que as motivaram:

203 – Saldo alongado em contas transitórias do passivo circulante: os saldos alongados referem-se a:

- retenções *ad cautelam* sobre pagamentos efetuados a fornecedores. Essas retenções decorrem de descumprimento ou atrasos na execução dos contratos, por parte dos fornecedores. Contudo, a praxe demonstrada pela Administração tem sido definir a destinação dos recursos retidos (conversão em multa ou pagamento ao fornecedor), apenas quando solicitada pela unidade de controle, não atentando para os prazos estabelecidos por ela para apresentação de defesa prévia dos fornecedores. É oportuno salientar que a restrição somente é registrada quando o valor retido permanece por períodos superiores a trinta dias;
- saldos nas contas 2.1.1.2.3.02.00, 2.1.2.6.1.00.00, 2.1.2.6.4.00.00, regularizados somente no início dos meses seguintes, tendo em vista a impossibilidade de fazer retroagir a data do documento financeiro de recolhimento para o Tesouro Nacional.

212 – Divergência entre os valores liquidados *versus* o passivo financeiro, relacionada a saldo alongado na conta 1.9.9.9.6.51.01, referente a valor não registrado no mês de agosto, mas regularizado em setembro, de forma não retroativa.

952 - Falta e/ou atraso nas conformidades de registro de gestão, referente aos meses de janeiro, setembro e novembro.

Mensalmente, é dado conhecimento à Administração do registro da conformidade contábil, com os respectivos códigos de restrição, se for o caso, e suas razões.

Janailton Goulart de Oliveira

Chefe da Seção de Auditoria Contábil – SEACO/CAUD/SCI

Em exercício

CRC/DF: 017646/O-7

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No ano de 2011, os esforços do STJ para manter-se como Tribunal da Cidadania incluíram, entre outros, investimento em tecnologia da informação, gestão da transparência no uso dos recursos orçamentários e melhoria dos procedimentos administrativos.

Também as oportunidades de desenvolvimento oferecidas buscaram valorizar o quadro de servidores, de forma a manter o comprometimento e a motivação de seus colaboradores para com o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Em 2011, o Tribunal publicou novas normas e regulamentos a fim de buscar a eficiência operacional, em especial no seguimento referente à excelência na gestão administrativa. Entre os temas abordados, destacam-se gestão de pessoas, estrutura orgânica, controle de acesso e gestão orçamentária. Foram direcionados também grandes esforços para o mapeamento e padronização dos processos de trabalho, buscando um alinhamento entre o planejamento estratégico e a execução operacional.

O aspecto da cidadania foi amplamente difundido, tendo sido beneficiadas mais de dezessete mil pessoas no período, com ações voltadas para os estudantes, idosos, deficientes, sentenciados e visitantes em geral.

Outra preocupação constante foi com a sustentabilidade. Diversas iniciativas implementadas já mostram os primeiros resultados. Cabe destacar a inclusão de metodologia de licitações sustentáveis e a elaboração de proposta para instituição de uma política de sustentabilidade.

Todo esse investimento teve como objetivo oferecer aos jurisdicionados instrumentos mais eficazes de acesso aos serviços e à informação, demonstrando o empenho em aproximar a justiça da sociedade e em melhorar os serviços prestados ao cidadão.

Para o ano de 2012, o STJ continuará dando foco ao alinhamento estratégico entre os objetivos da organização, os processos de trabalho, os indicadores de desempenho e as diversas ações operacionais.

Com este relatório, o STJ atende às exigências legais e presta sua contribuição, permitindo aos órgãos fiscalizadores a apreciação e o julgamento dos resultados, além de contribuir para o fortalecimento da administração pública e para o exercício pleno da cidadania.

Ressalta-se o comprometimento de todos, magistrados e servidores, com o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro do Tribunal, permitindo ao STJ ser reconhecido como referência de gestão no Poder Judiciário.

ANEXOS

Anexo I – Quadro de Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Anexo II – Resultados da Enfam em 2011

Anexo III – Resultados das Metas Nacionais 2011

Anexo IV – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Anexo I – Quadro de Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça
2010 e 2011

Períodos ⇨ / Processos ⇩	2010	2011	Variação (%)
Processos Recebidos	223.192	304.224	36,31
Processos Julgados em Sessão	86.808	79.099	-8,88
Processos Decididos Monocraticamente	243.475	238.006	-2,25
Total de Processos Julgados (incluindo AgRg e EDcl)	330.283	317.105	-3,99
Acórdãos Publicados	85.654	79.993	-6,61
Processos Baixados	235.932	208.424	-11,66
Média de Processos Distribuídos por Relator	7.442	9.645	29,60
Média de Processos Julgados (incluindo AgRg e EDcl) por Relator	10.734	10.514	-2,05

Dados do Ministro Presidente, Vice-Presidente e MP

	2010	2011
Decisões e Despachos Proferidos pelo Ministro Presidente	45.542	48.621
Decisões e Despachos Proferidos em Recursos Extraordinários	9.079	9.313
Decisões e Despachos Diversos Proferidos pelo Ministro Vice-Presidente (exceto RE)	12.042	6.637
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2010 e 31/12/2011	9.105	10.884

Recursos Repetitivos - Dados coletados até 31/12/2011

Recursos repetitivos	Afetados	Julgados	Sobrestados
Corte Especial	57	40	17
1ª Seção	294	256	38
2ª Seção	66	39	27
3ª Seção	48	39	9
Total	465	374	91

Processos em tramitação a partir da data de registro (19/12/2011): 343.775.

Fontes: Nupre; Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.
Nota: Nos processos julgados estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração. As referidas petições não constam nos processos recebidos.

Anexo II – Resultados da Enfam em 2011

Relatório de Atividades da Escola Nacional de Magistratura em 2011

ATRIBUIÇÕES

A Enfam tem por missão aprimorar a seleção e promover a formação continuada e o aperfeiçoamento do magistrado de forma a contribuir para uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, bem como consolidar-se no âmbito do Poder Judiciário como órgão central e diretivo do processo de formação e aperfeiçoamento dos juízes.

Suas atividades estão voltadas para os seguintes objetivos:

- aprimorar o processo de seleção de novos juízes;
- promover a atualização constante dos magistrados;
- proporcionar formação teórica e prática do operador do Direito;
- fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional;
- aproximar ainda mais o Judiciário da realidade do cidadão;
- garantir que os magistrados estejam em permanente formação acadêmica e humanística;
- cooperar com as escolas federais e estaduais da magistratura no oferecimento e execução de treinamentos e cursos;
- contribuir para que todas as escolas da magistratura tenham padronização mínima, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada região;
- facilitar a troca de experiências entre as escolas da magistratura e entre os magistrados;
- buscar práticas de gestão que permitam a socialização de experiências e de problemas vivenciados pelos magistrados.

Nesse sentido, entre outras atividades, a Enfam idealiza, propõe, viabiliza e organiza cursos, no Brasil e no exterior, para magistrados; credencia cursos das escolas federais e estaduais da magistratura, destinados tanto para ingresso quanto para vitaliciamento e promoção na carreira; fomenta pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional; e apoia financeiramente as escolas de todos os entes da Federação na realização de cursos de formação e de aperfeiçoamento.

Missão

Promover ações educacionais para a magistratura disseminando conhecimento, editando normas e zelando pelo seu cumprimento.

Visão

Ser referência como instituição que norteia os rumos da formação e aperfeiçoamento da magistratura nacional.

1 – DECISÕES DO CONSELHO SUPERIOR DA ENFAM

As principais decisões do Conselho Superior da Enfam no ano de 2011 foram:

- aprovação do Regimento Interno da Enfam, em 6/6/2011;

- Resolução n. 01/2011, de 6/6/2011, que dispõe sobre o curso de formação para o ingresso na magistratura e os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção dos magistrados;

- Resolução n. 02/2011, de 28/9/2011, que trata sobre a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Escolas Judiciais;

- Instrução Normativa n. 01/2011, de 28/9/2011, que estabelece a tabela de retribuição financeira pelo exercício de atividade docente na Enfam.

2 – COORDENADORIA DE ENSINO

Credenciamento de cursos

Em 2011, foram credenciados pela Enfam 373 novos cursos destinados à formação continuada e à atualização de juízes, o que corresponde a 14894 horas de aulas, para 35.132 vagas, atendendo-se a pedidos de trinta escolas da magistratura, federais e estaduais, com abrangência em todo o país.

Núcleo de Educação à Distancia

Durante o exercício de 2011, a Coordenadoria de Ensino, por meio do Núcleo de Educação à Distância, com o objetivo de difundir metodologias de ensino que enfatizem a formação humanística e pragmática dos magistrados, promoveu os seguintes cursos para a formação de multiplicadores, em parceria com Escolas da Magistratura estaduais e federais e outros órgãos com ênfase no ensino à distância.

- Administração Judiciária - Módulo Gestão Cartorária: 394 vagas em 12 turmas - 30 horas/aula.

- Administração Judiciária - Módulo Gestão Financeiro-Orçamentária: feito em parceria com o TCU com 120 vagas em quatro turmas - 20 horas/aula.

- Gestão de Varas Criminais e de Execução Penal: fruto de parceria entre a Enfam, o CEJ e o CNJ, coordenado pelo ex-conselheiro Walter Nunes, com três turmas para magistrados estaduais, totalizando 565 vagas e uma turma para magistrados federais com 173 vagas - 40 horas/aula.

- Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos: fruto da parceria entre Enfam e STJ. Primeiro curso inteiramente produzido na casa e um dos mais elogiados, com três turmas, totalizando 124 vagas - 60 horas.

Eventos e cursos presenciais

- *Workshop* sobre Planejamento Estratégico:

Encontro realizado em Brasília, no dia 27/9/2011, com os alunos da turma de Planejamento Estratégico, para alinhar o planejamento das Escolas de Magistratura.

- Curso de Mediação e Técnicas Autocompositivas:

Este curso foi realizado em Brasília, de 7 a 9/10/2011, em parceria com a AGU, para juízes federais e advogados da União, cujo objetivo foi o aprendizado prático de técnicas de mediação e arbitragem.

- III FONAVID – Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher:

Em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica/MJ – SRJ/NT nº 3/2009, foi realizado o III Encontro do FONAVID, no período de 23 a 25 de novembro, na cidade de Cuiabá-MT, com a organização do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e apoio desta Escola, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ-MJ), Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O evento teve o objetivo de compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei n. 11.340/06, denominada *Lei Maria da Penha*, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma do acesso à Justiça e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens da ampliação de competência do sistema.

- Colóquios sobre Ética Profissional e a Redação Forense como Ferramenta para a Efetividade do Processo:

O evento foi promovido em parceria com a ENM/AMB, no dia 24/11/2011, no auditório do CJF, para juízes e advogados de todo o país, cujos objetivos foram abordar a questão da ética na magistratura e na advocacia, bem como desenvolver técnicas de redação forense.

- I Encontro Internacional sobre Violência de Gênero – Brasil-Espanha

Esse encontro foi realizado no auditório da Emerj-RJ, de 5 a 7/12/2011, apresentou as políticas para a efetivação dos direitos humanos desenvolvidos por Brasil e Espanha sobre a questão da violência contra a mulher.

As avaliações de reação dos eventos/cursos apresentaram os seguintes resultados:

- 92,8% dos nossos alunos consideram nossos cursos bons ou ótimos;
- 91,0% dos nossos alunos consideram que o curso terá um grande impacto no desempenho do magistrado;
- 91,8% consideram nossos tutores bons ou ótimos;
- 96,8% dos nossos alunos desejam fazer novos cursos na Enfam; *feedbacks* extremamente positivos em TODAS as edições e turmas, especialmente elogiando a qualidade do material, empenho e profissionalismo dos tutores, uso de recursos dinâmicos (videoaulas, fóruns de discussão e estudos de caso) que fazem com que o curso tenha contextualização na atividade do magistrado

3 – ENCONTRO DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA

Visando compartilhar conhecimentos e experiências na implementação da proposta pedagógica da Enfam, com destaque para a formação destinada ao ingresso na magistratura, foram realizados, em Brasília, cinco Encontros de Coordenadores Pedagógicos das Escolas da Magistratura Federais e Estaduais.

Os eventos, organizados pela Enfam, ocorreram a cada dois meses com a participação de representantes de 32 escolas de magistratura, federais e estaduais, escolas de magistratura militar e eleitoral e estabeleceram oportunidades para debater questões relacionadas ao planejamento estratégico, ao modelo pedagógico proposto e aos critérios que norteiam o credenciamento de cursos desenvolvidos pelas escolas.

Na ocasião, foram apresentados os projetos:

- Educação à Distância da Enfam;

- Sistema de Gerenciamento de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (SISFAM) e (GEFAM);
- Modelo Didático Pedagógico Nacional;
- Plano Nacional de Capacitação;
- Avaliação Nacional de Aprendizagem;
- Planejamento Estratégico 2011-2015 da Enfam e das escolas estaduais e federais;
- Discussão da efetividade da Resolução n. 126/2011 CNJ;
- Plano Nacional de Formação de Formadores.

4 – ENCONTROS DO COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA (COPEDEM)

A Enfam esteve presente, de forma ativa, aos encontros do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), que tem como objetivo geral discutir melhorias na formação e aperfeiçoamento de juízes e servidores.

5 – COORDENADORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Durante o ano de 2011, a Coordenadoria de Relações Institucionais desenvolveu diversas ações para a cooperação e o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais de ensino e de pesquisa no campo do Direito e da magistratura.

Acordos de Cooperação Firmados em 2011

Importantes acordos de cooperação com entidades estrangeiras e nacionais foram assinados no ano de 2011, com o objetivo de fomentar eventos de treinamento, pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional, bem como de proporcionar o intercâmbio de informações sobre programas, metodologias e sistemas de capacitação judicial.

Acordos firmados com entidades nacionais:

- Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
Assinatura: 22/3/2011
Objeto: a conjugação de esforços entre os partícipes para garantir a melhor aplicação e implementação da Lei n.11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

- Associação Nacional dos Magistrados Brasileiros / Escola Nacional da Magistratura.
Assinatura: 7/4/2011

Objeto: a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e a realização de cursos e outros eventos visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

- Advocacia-Geral da União / Escola da Advocacia-Geral da União.
Assinatura: 7/4/2011
Objeto: a cooperação técnico-científica e cultural, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências e a realização de cursos e outros eventos visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de magistrados e de membros da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

- A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres).
Assinatura: 25/11/2011
Objeto: a conjugação de esforços entre as partes com vistas a estabelecer cooperação técnica em atividades que possam contribuir para a consolidação e implementação dos instrumentos previstos na Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha, incluindo aporte técnico ao Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FONAVID), além de outras ações relacionadas à prevenção e eliminação da violência contra as mulheres.

Acordos firmados com entidades Estrangeiras:

- Conselho Superior da Magistratura (Portugal).
Assinatura: 29/6/2011
Objeto: promover a cooperação entre as partes, o intercâmbio de informações, pesquisas e estudos sobre temas relevantes para o aprimoramento da formação inicial e continuada de magistrados e da prestação jurisdicional, em particular na área da gestão e administração judiciária de ambos os países.
- Centro de Estudos Judiciários (Portugal).
Assinatura: 28/6/2011
Objeto: promover a cooperação entre as partes, o intercâmbio de pesquisas e estudos sobre temas relevantes para o aprimoramento da formação inicial e continuada dos magistrados, com foco na abordagem humanista e pragmática, observando-se a multidisciplinaridade no tratamento dos conteúdos.
- União Internacional de Juízes de Língua Portuguesa (Portugal).
Assinatura: 29/6/2011
Objeto: promover a cooperação entre as partes, o intercâmbio de pesquisas e estudos sobre temas relevantes para o aprimoramento da formação inicial e continuada dos magistrados, com foco na abordagem humanista e pragmática, observando-se a multidisciplinaridade no tratamento dos conteúdos.
- Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) de Moçambique.
Assinatura: 22/9/2011
Objeto: promover a cooperação entre as partes, o intercâmbio de pesquisas e estudos sobre temas relevantes para o aprimoramento de formação inicial e continuada de magistrados e da prestação jurisdicional. Promover as boas práticas relativas à formação inicial e continuada de magistrados, com foco na abordagem humanista e pragmática, observando-se a multidisciplinaridade no tratamento dos conteúdos.

Participação em Eventos de Organismos Internacionais no ano de 2011

- Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais – RIAEJ

A Enfam é membro desde 2007 da rede. A Escola integra a Junta Diretiva da RIAEJ e participa de suas reuniões, nas quais são discutidas as ações prioritárias a serem executadas pelos diversos grupos de trabalho, estabelecidos por eixos temáticos definidos durante a Assembléia Geral.

Uma das ações da Enfam em 2011 no âmbito da rede, o Ciclo Ibero-Americano de Videoconferências de 2011 foi concluído no fim de novembro, com a videoaula sobre o tema "acesso à justiça dos povos indígenas". De março até a última videoaula, foram realizadas 29 das 32 videoconferências previstas pela Escola Judicial Edgar Cervantes Villata, da Costa Rica, membro da RIAEJ, responsável pelo ciclo. As videoaulas permitiram o intercâmbio de conhecimento entre os membros da rede, ao mesmo tempo em que serviram como capacitação para os magistrados brasileiros.

Em 2011, a participação do Brasil se deu nos seguintes eventos:

- XXIV Reunião da Junta Diretiva.

Nos dias 29 e 30 de agosto, a Enfam, representada por seu coordenador de Relações Institucionais, senhor Fabio Florêncio, participou da XXIV reunião da Junta Diretiva da RIAEJ, na Cidade de Villa de Leyva, Colômbia.

Durante a reunião, foram discutidos e abordados os seguintes assuntos: o relatório da prestação de contas da Secretaria Geral; os preparativos para a realização da VI Assembléia Geral, como o relatório de progresso sobre a organização da VI Assembleia Geral da RIAEJ; Relatório do Eixo Temático 5: "Construção de um paradigma curricular para a formação de juízes e juízas"; preparação das publicações para a VI Assembleia RIAEJ: Apresentação das Escolas e Centros da RIAEJ; preparação das publicações para a VI Assembleia RIAEJ: Resultados dos Eixos Temáticos do Plano de Ação 2009-2011; preparação da V Feira Ibero-americana do Livro Judicial; preparação do ato solene: Comemoração do X Aniversário da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais 2001-2011; preparação metodologia apresentações das escolas e centros da RIAEJ "Formação Judicial na América Latina: Balanço 2001-2011"; preparação metodologia: formulação e aprovação do Plano de Ação 2011-2013; preparação metodologia: assuntos administrativos da RIAEJ; apresentação de imagem, divulgação e materiais para a VI Assembléia Geral RIAEJ; revisão e ajustes na agenda preliminar da VI Assembleia Geral da RIAEJ; e, plano de trabalho e compromissos da Junta Diretiva para a realização da VI Assembleia Geral da RIAEJ.

Destaca-se que a Enfam comunicou o interesse na inclusão da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) como membro da rede, o que foi prontamente aprovado pelos demais membros da Junta Diretiva.

De acordo com as normas de funcionamento da RIAEJ, é a Assembleia Geral que decide sobre a admissão de novos membros. O procedimento, que vem sendo aplicado na RIAEJ nestes casos, inicia-se pelo envio da solicitação de adesão pela escola interessada para a Secretaria Geral, com o propósito de ser apresentado em reunião da Junta Diretiva e, posteriormente, apresentado à Assembleia Geral.

- VI Assembleia Geral.

A Assembleia Geral é o órgão máximo da RIAEJ, realizada a cada dois anos, composta por todas as escolas judiciais e os centros públicos e unidades de capacitação judicial integrantes. Tem como função primordial aprovar o plano de ação da Rede, eleger a Junta Diretiva e a Secretaria *Pro*

Tempore entre seus membros e receber os resultados das tarefas desenvolvidas pelos grupos de trabalho. A presidência da Assembleia se elege por voto de seus membros.

A VI Assembleia Geral e a reunião da Junta Diretiva da Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais ocorreram de 8 a 11 de setembro, em Cartagena das Índias, Colômbia. Representaram a Enfam, o Ministro Castro Meira, membro do Conselho Superior da Enfam, e o Secretário Geral, Dr. Francisco Lopes.

Na Assembleia, foi apresentado pelos membros da RIAEJ, o Balanço da Formação Judicial na Ibero-américa de 2001 - 2011, bem como, os resultados dos eixos temáticos do Plano de Ação 2009 - 2011 e a projeção do mesmo para o período 2011 – 2013. Na mesma ocasião, foi realizada a V Feira Ibero-americana do Livro Judicial e, como ato central, foi comemorado o décimo aniversário da criação da RIAEJ.

***The International Organization for Judicial Training* – IOJT**

A Enfam é membro desde agosto de 2010 do IOJT. Com o objetivo de promover ações de cooperação, treinamento, intercâmbio e conferências, oferecendo oportunidades de aperfeiçoamento para as instituições de ensino judicial, educadores e magistrados. O IOJT - *The International Organizational of Judicial Training* - foi criado com o fim de dar suporte ao trabalho das instituições dedicadas à educação judicial e ao Direito em todo o mundo.

A cada dois anos, o IOJT realiza sua conferência internacional para a discussão dos temas relacionados com o treinamento judicial. A Enfam esteve presente na 5ª Conferência Internacional do IOJT, realizada em Bordeaux, na França. O evento ocorreu na sede da Escola da Magistratura francesa, nos dias 31 de outubro, 1°, 2 e 3 de novembro.

Durante a referida conferência, o Diretor Geral da escola, Ministro Cesar Asfor Rocha, proferiu palestra na mesa redonda 10: "Respondendo às novas necessidades no campo da formação judicial", com o tema: "Formação judicial e processos desmaterializados".

6 – COORDENADORIA DE PESQUISA

Durante o ano de 2011, a Enfam, por meio de pesquisas, estudos, elaboração de minutas e publicação de atos normativos, prosseguiu os esforços para alinhar os objetivos e as metas das Escolas Judiciais de Magistratura e da Escola Nacional, procurando diagnosticar lacunas, facilitar suas atividades e unificar as normas procedimentais para a formação e aperfeiçoamento de magistrados em todo o país.

Buscou-se efetivar o papel da Escola Nacional oferecendo a regulamentação de procedimentos que viabilizassem a missão constitucional da Enfam de regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura.

Salutar foi a publicação da Resolução Enfam n. 1, de 6 de junho de 2011, que dispõe sobre o curso de formação para ingresso e os cursos de aperfeiçoamento para vitaliciamento e promoção dos magistrados, pois satisfez o intuito de compilar as normas já publicadas pela Enfam e formalizar as práticas já existentes no credenciamento e na realização de cursos, dispondo num só documento as regras que preservam a continuidade do aperfeiçoamento de magistrados e a excelência na atividade judicante.

Na continuidade da tarefa de convergir a metodologia e os procedimentos realizados nas escolas estaduais e federais, foi feito estudo para elaboração e publicação da Resolução Enfam nº 2, de 28 de setembro de 2011, que dispõe sobre a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito não só da Enfam, como das Escolas Judiciais de Magistratura. O intuito foi o de alinhar os conceitos e as atividades dos capacitadores, conteudistas, tutores e demais docentes, com foco na contratação e na retribuição financeira, assim como nas exigências de

atuação desses profissionais para a efetivação com eficiência da missão constitucional da Enfam e do intuito de todas as Escolas de Magistratura.

Em decorrência da publicação da Resolução Enfam n. 2/2011, a Instrução Normativa n. 1/2011 estabeleceu valores para retribuição pela atividade docente no âmbito da Escola Nacional que poderá ser considerada como paradigma de tabela para as Escolas Judiciais de Magistratura, respeitando as peculiaridades de cada uma delas.

Nas pesquisas e estudos realizados para a publicação de normas e para o prognóstico das necessidades com o intuito de estabelecer a qualidade do ensino a magistrados, foi possível coligir material suficiente para reestabelecer a discussão e a elaboração do Regimento Interno da Enfam que dispõe sobre a finalidade, as atribuições e, principalmente a organização dessa Escola Nacional para o bom desempenho de seus objetivos.

Ainda no âmbito da pesquisa, mas além da atuação normativa, foram iniciados os trabalhos para o projeto intitulado Revista Jurídica Virtual, que pretende receber trabalhos de magistrados, de autoria própria ou em parceria e inédito na Enfam, visando estimular os debates sobre a legislação nacional e as políticas públicas, a atualização dos magistrados e a formação teórica dos operadores do Direito. Pautados na experiência de outros órgãos, mormente na Escola da AGU - Advocacia-Geral da União, a intenção do projeto é a dedicação exclusiva aos trabalhos oriundos da magistratura, tais como artigos jurídico-científicos e sentenças definitivas cujo teor seja inusitado e sem precedentes na Enfam.

Seguiu-se, também, a feitura dos trabalhos de pesquisa para adentrar a possibilidade de instituir, no âmbito da Escola Nacional, a figura do coordenador de área temática. A intenção é que o Diretor-Geral da Enfam estabeleça as áreas temáticas de importância para a formação e aperfeiçoamento de magistrados, bem como para toda a comunidade jurídica, com base nos conteúdos programáticos mínimos estabelecidos pela Enfam. A sugestão é que o coordenador de área temática seja um ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo Diretor-Geral da Enfam, que atuaria no desenvolvimento de projetos de pesquisa e nas atividades de coordenação de cursos.

Ainda em andamento estão as pesquisas e os estudos de elaboração de resolução da Enfam que tem como mister apurar os requisitos básicos referentes à aquisição da vitaliciedade, considerando a necessidade de aprimoramento do sistema de acompanhamento do trabalho e da conduta do magistrado durante o biênio do estágio probatório, de maneira a ensejar sua adequada avaliação com vistas à aquisição ou não da vitaliciedade. A minuta de resolução, assim que aprovada pelo conselheiro relator passará pelo crivo do Conselho Superior da Enfam. Nessa linha de trabalho, há também estudos para a normatização da promoção por merecimento e por antiguidade na carreira da magistratura.

Em prosseguimento, também, estão a participação e o secretariado desta Escola Nacional na Comissão encarregada pelos trabalhos de revisão da Resolução CNJ n. 126, de 22 de fevereiro de 2011. A comissão, que conta com representantes de vários órgãos do Poder Judiciário, tem por escopo debater, levantar dados e rever as normas sobre a capacitação judicial de servidores públicos e magistrados e, ainda, estabelecer o regramento de formação e aperfeiçoamento desses em respeito às competências das Escolas Nacionais da Magistratura, Conselho Nacional de Justiça e demais envolvidos.

7 – COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

De janeiro a dezembro deste ano, a Coordenadoria de Comunicação Social da Enfam produziu e publicou132 matérias, com aproximadamente 25 linhas cada uma, totalizando, portanto, 3,3 mil linhas. Considerando a média de 75 acessos por texto publicado, ao longo do período foram

registrados 9.900 acessos. Nesse volume não estão incluídas as matérias eventualmente veiculadas no *site* do Superior Tribunal de Justiça.

A Coordenadoria também participou ativamente de atividades de outras áreas da Enfam. Por exemplo, colaborou na elaboração de projetos gráficos para as coleções Selo Enfam e Temas e Temáticas Jurídicas. Além disso, produziu material gráfico para o curso de Mediação, realizado com apoio da AGU, para três encontros de diretores e coordenadores de Escolas da Magistratura, para o encontro envolvendo a comunidade negra e para o seminário sobre Direito Comercial.

Em 2011, também foram editados os boletins informativos de números 9, 10,11 e 12, relativos, respectivamente, aos trimestres de janeiro/março, abril/junho, julho/setembro e outubro/dezembro. O primeiro da série teve como matéria principal a proposta do ministro Cesar Rocha de estreitar a colaboração da Enfam com as escolas de magistratura. As prioridades para o biênio 2010/2011 foram destaque da edição seguinte, enquanto as duas últimas trataram dos resultados do primeiro ano da gestão do ministro e do curso pioneiro de mediação.

8 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com o objetivo de enfrentar ameaças, aproveitar oportunidades, minimizar fraquezas e obter o melhor proveito possível de suas forças, a Enfam revisou o Planejamento Estratégico tanto o próprio quanto o das escolas estaduais e federais, com o prazo de cinco anos, referente ao período 2011 – 2015.

Em conformidade com a Resolução n. 70 do Conselho Nacional de Justiça, o Planejamento contém as principais ações a serem desenvolvidas para que a Enfam cumpra sua missão e crie melhores condições para prestação de serviços, da forma mais eficiente possível.

Anexo III – Resultados das Metas Nacionais 2011

Resultados do STJ quanto às metas nacionais do Poder Judiciário Nacional em 2011

Metas	*Status* (até 31/12/2011)
Meta 1: Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.	**Meta cumprida** O Escritório Corporativo de Projetos do STJ funciona junto à Coordenadoria de Planejamento Estratégico – CPES/AMG.
Meta 2: Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.	**Meta não aplicável ao STJ**
Meta 3: Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.	**Meta não cumprida** Julgados: 247.334 Distribuídos: 289.685 Percentual de cumprimento: **85,38%**
Meta 4: Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.	**Meta cumprida** O STJ possui várias ações em andamento destinadas aos estudantes, a saber: Museu-escola, Despertar Vocacional Jurídico, Saber Universitário da Justiça, Programa de Visitação Técnica e o *site* destinado ao público infantil, o STJunior. Há ainda o programa Sociedade para todas as idades, destinado aos idosos.

Resultados do STJ quanto às metas nacionais do Poder Judiciário, pendentes de 2009 e 2010

Metas	*Status* (até 31/12/2011)
Meta 2/2009: Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005 (em 1°, 2° grau ou tribunais superiores). **Meta 2/2010:** Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em primeiro grau, segundo grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do júri, até 31 de dezembro de 2007.	**Meta não cumprida:** Meta 2 de **2009** (distribuídos até 31/12/2005) Acervo inicial: 35.989 Julgados: 31.857 Pendentes: 4.132 Percentual de cumprimento: **88,51%** Meta 2 de **2010** (distribuídos em 2006): Acervo inicial: 11.138 Julgados: 9.484 Pendentes: 1.654 Percentual de cumprimento: **85,15%** **Total (2009 e 2010):** Acervo inicial: 47.127 Julgados: 43.784 Pendentes: 3.343 Percentual de cumprimento: **87,72%**
Meta 3/2010: Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e em 20% o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).	**Meta não cumprida** Acervo inicial: 1330 Acervo atual de execuções: 1.380 Execuções novas distribuídas: 191 Execuções baixadas (acumulado): 141 Percentual de cumprimento: **- 37,59%**
Meta 4/2010: Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	**Meta não cumprida** Total de acórdãos publicados: 79.993 Total de acórdãos publicados em até 10 dias: 31.914 Percentual de acórdãos publicados em até 10 dias (2011): **39,90%** Percentual de acórdãos publicados em até 10 dias (dez/2011): **29,04%**

Anexo IV - Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superior Tribunal de Justiça	Não se Aplica

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	---			DI	Ofício n. 12/2011-SECEX-3, de 17/2/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Superior Tribunal de Justiça	**Não se aplica**

Descrição da deliberação:

Solicita que sejam designados os servidores responsáveis (no mínimo dois) pelo envio do Relatório de Gestão do Superior Tribunal de Justiça ao TCU. Solicita, também, que seja enviada à 3ª Secretaria de Controle Externo – TCU, até o dia 25/2/2011, por meio de ofício, a relação dos responsáveis selecionados (nome e CPF), devidamente cadastrados no Portal TCU.

Providências adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica	Não se aplica

Síntese da providência adotada:

Em 25/2/2011, foi enviado o Ofício nº 3/SCI ao Secretário de Controle Externo – SECEX 3 – TCU, informando os nomes e CPF das servidoras designadas, cientificando aquele órgão de que o cadastramento das responsáveis já havia sido realizado no sítio do TCU, na forma recomendada.

Síntese dos resultados obtidos

Cadastramento de dois servidores responsáveis pelo envio do Relatório de Gestão do STJ no Portal do TCU e encaminhamento do Ofício nº3/SCI ao Secretário de Controle Externo – SECEX 3 – TCU informando o providenciado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Trata-se de recomendação operacional que foi prontamente acatada.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superior Tribunal de Justiça	Não se aplica

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 005.459/2006-1			DI	Ofício n. 0058/2011-SEFIP, de 17/2/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	**Código SIORG**
Superior Tribunal de Justiça	**Não se aplica**

Descrição da deliberação:

Solicita, com a maior brevidade possível, o encaminhamento do Processo consolidado 005.459/2006-1, bem como o processo original da aposentadoria de servidora, para uma nova análise.

Providências adotadas

Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Secretaria de Gestão de Pessoas	Não se aplica

Síntese da providência adotada:

Em 25/2/2011, por meio do Ofício nº 2/SCI, a Secretaria de Controle Interno encaminhou ao Chefe do Serviço de Administração do TCU os originais dos processos acima referenciados.
Em 9/12/2011, por meio do Ofício nº 0453/2011 SEFIP, o Chefe do Serviço de Administração do TCU devolveu o original do processo STJ n. 5951/2001, o qual foi remetido a SGP.
Em 9/12/2011, por meio da Comunicação Processual n 44527/2011-SEPIF/TCU foi encaminhada cópia do Acórdão n. 9908/2011- Primeira Câmara (TCU), mediante o qual foi considerada desnecessária a revisão de ofício da aposentadoria de servidora e ainda considerados legais os atos de interesse dos servidores nele especificados.

Síntese dos resultados obtidos

Nos termos do Acórdão 9908/2011 – TCU foi ratificado o julgamento de legalidade da aposentadoria de servidora conforme Acórdão 1156/2006 – 1ª Câmara, de 9/5/2006.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve dificuldade no atendimento da diligência.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superior Tribunal de Justiça	Não se aplica

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 007.728/2007-9			DI	Controle n. 28526-SEFIP, de 7/4/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Superior Tribunal de Justiça	Não se aplica

Descrição da Deliberação:

Solicita adoção das providências pertinentes, tendo em vista a Ação Ordinária nº 18565-46.2011.4.01.3400, na qual o Exmo. Sr. Juiz Federal da 9ª Vara Federal do DF concedeu a antecipação de tutela para suspender "os efeitos do Acórdão n. 5469/2008, Processo n. 007.728/2007-9, em relação ao Autor (...), mantendo íntegro o ato do Eg. Superior Tribunal de Justiça que lhe concedeu a aposentadoria por invalidez permanente, (...) até o julgamento final da presente ação".

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	Não se aplica

Síntese da providência adotada:

Em 15/6/2011, a SGP informou, por meio do Memorando n. 73, que o Ofício n. 28.526-SEFIP/TCU foi juntado ao Processo STJ n. 4277/2011 e submetido ao Senhor Diretor-Geral para deliberação quanto ao cumprimento da decisão exarada nos autos da Ação Ordinária n. 18565-46.2011.4.01.3400.

Foi apurada a quantia de R$ 286.563,71 (duzentos e oitenta e seis mil quinhentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos), relativa ao período de 25/12/2008 a 11/1/2011. O servidor foi cientificado pelo Comunicado nº 56/2011. Contudo, o servidor apresentou requerimentos, os quais foram analisados pela Seção de Aposentadorias e Pensões. A Seção concluiu pelo indeferimento do pedido, tendo o Diretor-Geral determinado o prosseguimento da cobrança.

O servidor apresentou a Certidão n. 5, datada de 20/6/2011, expedida pelo Secretario de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, consignando que o servidor protocolou, naquela Secretaria, em 21/3/2011, Embargos de Declaração contra a decisão proferida, em 15/3/2011, no Acórdão n. 1.547/2011 – Segunda Câmara (TCU) e que tais embargos suspendem os prazos para cumprimento do acórdão embargado.

Dessa forma, informa-se que a cobrança do débito ficará suspensa até nova determinação superior.

Aos 5 dias de janeiro de 2012, o Ministro Presidente do STJ, Ministro Ari Pargendler, emitiu o Ofício nº 5/2012/GP, direcionado à Presidência do TCU, visando corrigir a omissão do Ofício nº 908/2011/GP, emitido em 21/9/2011, no sentido de lhe atribuir os efeitos de um pedido de reconsideração ou de um recurso. Tal ofício retificador foi recebido no Gabinete da Presidência do TCU no dia 5/1/2012.

Síntese dos resultados obtidos

Não foram realizadas providências, haja vista comunicado do TCU informando a existência de decisão judicial que ampara a manutenção de sua situação como aposentado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve dificuldade no atendimento da diligência.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa	**Código SIORG**
Superior Tribunal de Justiça	Não se aplica

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 002.791/2011-0				Controle n. 30627-SEFIP, de 20/5/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Superior Tribunal de Justiça	Não se aplica

Descrição da Deliberação:

Solicita adoção das providências pertinentes, tendo em vista o Acórdão n. 2961/2011/TCU – Primeira Câmara (TCU), prolatado na Sessão de 10/5/2011, Ata 15/2011. Encaminhamento, juntamente com a resposta ao ofício, do comprovante de ciência da interessada.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Assessoria de Atendimento aos Ministros Secretaria de Gestão de Pessoas	Não se aplica

Síntese da providência adotada:

Em 3/6/2011, por meio de despacho, a ASM encaminhou cópia dos ofícios enviados à pensionista e à Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Fazenda.

Em 28/6/2011, por meio do Acórdão 5272/2011 da Primeira Câmara (TCU), o Min. Valmir Campelo conheceu dos embargos de declaração apresentados pela interessada, porém, os rejeitou no mérito, "mantendo inalterado o Acórdão 2.961/2011–Primeira Câmara (TCU), tendo em vista que não restou demonstrada a necessidade de correção, nos termos previstos no art. 34, caput, da Lei nº 8.443/1992".

Em 6/7/2011, por meio do ofício n. 650/GP, o Presidente deste Tribunal determinou o cumprimento do Acórdão n. 2961/2011 – Primeira Câmara, referente à pensão do Montepio Civil da União.

O Conselho da Administração, em sessão do dia 25/8/2011, decidiu dar provimento ao recurso interposto pela pensionista, para declarar a nulidade do ato que determinou a retenção dos valores de proventos decorrentes de pensão civil que foram somados aos oriundos de montepio facultativo e reafirmar a observância do disposto na Resolução n 13, de 21/3/2006, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do relator e ainda estender os efeitos da decisão às outras pensionistas que se apresentem em situação idêntica.

Síntese dos resultados obtidos

Foi providenciada a devolução integral dos valores descontados a título de "teto constitucional" nas folhas de pagamento de julho e agosto passados das pensionistas, conforme contido no processo TC 002.791/2011-0. Para uma das pensionistas também foi restituído valor ressarcido ao erário por meio de pagamento de Guia de Recolhimento da União. Esses créditos foram efetivados em folha de pagamento suplementar ainda no mês de agosto de 2011.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve dificuldade no atendimento da diligência.

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**
Superior Tribunal de Justiça	Não se aplica

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 021.566/2006-0				Ofício n. 0234/SEFIP, de 13/7/2011

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Superior Tribunal de Justiça	**Não se aplica**

Descrição da Deliberação:

Devido a possíveis acumulações de cargos, empregos ou funções públicas, solicita o lançamento do desligamento no sistema Sisac de dois servidores, na hipótese de os servidores já terem se desligado desse órgão/entidade quando da posse em outro cargo, emprego ou função pública. Solicita, para os casos não abrangidos pela solicitação anterior, a confirmação se os servidores em questão ainda continuam trabalhando nesse órgão/entidade, se ainda pertencem de fato aos quadros desse órgão/entidade.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas	Não se aplica

Síntese da providência adotada:

Em 1/8/2011 foi enviado o Ofício nº 14/SCI à SEFIP/TCU informando a data em que os referidos servidores foram desligados desse órgão/entidade, na forma recomendada.

Síntese dos resultados obtidos

Comprovado o desligamento e descaracterizada a acumulação de cargos pelos servidore, conforme processo TC 021.566/2006-0.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve dificuldade no atendimento da diligência.

Edição de hoje: 150 páginas

(OS: 11268/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL